

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/12/2010 à 31/12/2010	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Relatório da Administração	26
Notas Explicativas	35
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	198

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva	204
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	206
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	207
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	208
Motivos de Reapresentação	209

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	131.881.028
Preferenciais	112.462.912
Total	244.343.940
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,06888
Reunião do Conselho de Administração	10/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Preferencial		0,06888

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 30/11/2010
1	Ativo Total	12.010.952	11.563.122	11.166.872
1.01	Ativo Circulante	3.948.060	4.474.830	5.150.692
1.01.01	Disponibilidades	24.494	7.560	6.560
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.063.431	1.067.900	1.729.656
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	639.461	210.769	711.228
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	423.970	857.131	1.018.428
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	26.488	24.297	359.539
1.01.03.01	Carteira própria	771	19.847	321.124
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	0	0	33.102
1.01.03.03	Instrumentos financeiros e derivativos	25.451	4.450	5.313
1.01.03.04	Vinculados a prestação de garantias	266	0	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	10.931	2.151	17.842
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	0	0	9.394
1.01.04.02	Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	936	831	804
1.01.04.03	Correspondentes no país	9.995	1.320	7.644
1.01.05	Relações Interdependências	0	911	1.831
1.01.05.01	Transferências internas de recursos	0	911	1.831
1.01.06	Operações de Crédito	1.827.357	2.044.236	1.947.752
1.01.06.01	Operações de crédito - setor privado	2.337.740	2.973.783	2.942.585
1.01.06.02	(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	-510.383	-929.547	-994.833
1.01.08	Outros Créditos	914.540	1.190.647	968.839
1.01.08.01	Carteira de câmbio	71.051	0	0
1.01.08.02	Rendas a receber	8.568	5.491	5.544
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	969	18.966	114
1.01.08.04	Diversos	437.772	643.499	505.929
1.01.08.05	Titulos e créditos a receber	472.239	546.848	479.838
1.01.08.06	(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	-76.059	-24.157	-22.586
1.01.09	Outros Valores e Bens	80.819	137.128	118.673
1.01.09.01	Outros valores e bens	105.749	192.657	199.198

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 30/11/2010
1.01.09.02	(Provisão para desvalorização)	-72.365	-117.022	-120.822
1.01.09.03	Despesas antecipadas	47.435	61.493	40.297
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.807.137	6.833.077	5.738.338
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	451.696	526.165	146.356
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	451.696	526.165	146.356
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.919.483	1.549.780	1.369.914
1.02.02.01	Carteira própria	1.211.802	1.430.822	1.286.712
1.02.02.02	Vinculados a compromissos de recompra	565.205	114.681	66.239
1.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	102.208	4.277	16.963
1.02.02.04	Vinculados a prestação de garantias	40.268	0	0
1.02.05	Operações de Crédito	3.066.995	3.316.821	2.844.587
1.02.05.01	Operações de crédito - setor privado	3.212.508	3.316.821	2.844.587
1.02.05.02	(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	-145.513	0	0
1.02.07	Outros Créditos	2.218.619	1.339.990	1.270.832
1.02.07.01	Carteira de câmbio	10.083	0	0
1.02.07.02	Diversos	2.208.536	1.339.990	1.270.832
1.02.08	Outros Valores e Bens	150.344	100.321	106.649
1.02.08.01	Despesas antecipadas	150.344	100.321	106.649
1.03	Ativo Permanente	255.755	255.215	277.842
1.03.01	Investimentos	238.926	238.791	262.153
1.03.01.02	Participações em Controladas	238.466	238.338	261.700
1.03.01.04	Outros Investimentos	460	453	453
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.435	8.702	8.520
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	35.775	38.047	37.961
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-29.340	-29.345	-29.441
1.03.04	Intangível	10.394	7.722	7.169
1.03.04.01	Ativos intangíveis	19.402	14.579	13.865
1.03.04.02	(Amortização acumuladas)	-9.008	-6.857	-6.696

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 30/11/2010
2	Passivo Total	12.010.952	11.563.122	11.166.872
2.01	Passivo Circulante	5.965.122	6.354.922	5.883.917
2.01.01	Depósitos	3.723.375	3.270.878	3.069.016
2.01.01.01	Depósitos á vista	97.461	46.282	41.741
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	2.695.399	804.224	549.825
2.01.01.03	Depósitos a prazo	930.515	2.420.372	2.477.450
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	442.472	21.903	38.791
2.01.02.01	Carteira própria	442.472	0	33.216
2.01.02.02	Carteira de terceiro	0	21.903	5.575
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	77.161	15.979	11.951
2.01.03.01	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	66.711	0	0
2.01.03.02	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	10.450	15.979	11.951
2.01.04	Relações Interfinanceiras	325.226	1.594.853	1.532.816
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	0	0	5.895
2.01.04.02	Correspondentes no pais	325.226	1.594.853	1.526.921
2.01.05	Relações Interdependências	3.809	522	1.048
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	3.809	522	1.048
2.01.09	Outras Obrigações	1.393.079	1.450.787	1.230.295
2.01.09.01	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	8.842	5.707	10.579
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	646.472	5.183	205.183
2.01.09.03	Fiscais e previdenciárias	108.577	20.951	20.821
2.01.09.04	Negociação e intermediação de valores	14.541	0	0
2.01.09.05	Dívidas subordinadas	23.896	24.657	17.084
2.01.09.06	Diversas	590.146	1.141.030	742.128
2.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	605	253.259	234.500
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.647.141	5.007.638	4.943.699
2.02.01	Depósitos	1.505.879	2.321.106	2.361.292
2.02.01.01	Depósitos interfinanceiros	25.805	12.639	14.194
2.02.01.02	Depósitos a prazo	1.480.074	2.308.467	2.347.098

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 30/11/2010
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	121.370	114.530	66.130
2.02.02.01	Carteira própria	121.370	114.530	66.130
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.152.790	833.100	858.050
2.02.03.01	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	237.891	0	0
2.02.03.02	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	914.899	833.100	858.050
2.02.09	Outras Obrigações	1.867.102	1.738.902	1.658.227
2.02.09.01	Fiscais e previdenciárias	437.453	402.249	377.476
2.02.09.02	Dividas subordinadas	937.900	1.041.375	1.072.562
2.02.09.03	Diversas	470.465	95.624	85.134
2.02.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	21.284	199.654	123.055
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	339	3.545	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.398.350	197.017	339.256
2.05.01	Capital Social Realizado	1.108.091	1.108.091	1.108.091
2.05.01.01	De domiciliados no país	1.020.586	1.020.428	1.006.996
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	87.505	87.663	101.095
2.05.02	Reservas de Capital	172	172	172
2.05.04	Reservas de Lucro	290.121	0	483.570
2.05.04.01	Legal	0	0	42.884
2.05.04.02	Estatutária	0	0	440.686
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-34	5	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	5	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-911.251	-1.252.577

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.551.314	33.723	0
3.01.01	Rendas de operações de crédito	2.312.885	142.248	0
3.01.02	Resultado de operações com tvn	85.550	36.492	0
3.01.03	Resultado c/instrumentos financeiros e derivativos	149.056	-145.019	0
3.01.04	Resultado de operações de cambio	3.823	2	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.907.907	-39.389	0
3.02.01	Operações de captação no mercado	-1.047.391	-20.919	0
3.02.03	Operações de empréstimos e repasses	-44	-5	0
3.02.04	(Provisão p/créditos de liq. duvidosa)	-860.472	-18.465	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	643.407	-5.666	0
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.132.720	-142.784	0
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	319.533	1.114	0
3.04.02	Despesas de Pessoal	-74.754	-2.518	0
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.222.106	-123.723	0
3.04.04	Despesas Tributárias	-112.024	-22.345	0
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	243.122	24.735	0
3.04.05.01	Rendas de tarifas bancárias	0	20.671	0
3.04.05.02	Outras receitas operacionais	243.122	4.064	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-321.534	-11.076	0
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	35.043	-8.971	0
3.05	Resultado Operacional	-489.313	-148.450	0
3.06	Resultado Não Operacional	-100.046	-17.032	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-589.359	-165.482	0
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	649.597	23.238	0
3.08.03	Ativo fiscal diferido	661.926	23.464	0
3.08.04	Provisão para contribuição social	-4.623	-85	0
3.08.05	Provisão para imposto de renda	-7.706	-141	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	60.238	-142.244	0
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	60.238	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-34	0	0
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-57	0	0
4.02.02	Imposto de Renda	23	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.204	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.327.735	-719.056	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	314.223	-113.949	0
6.01.01.01	Lucro/(prejuízo) líquido do período	60.238	-142.244	0
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	4.687	389	0
6.01.01.03	Provisão para desvalorização de bens não de uso	-44.658	-3.842	0
6.01.01.04	Provisão para contingências	0	10.490	0
6.01.01.05	Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	117.328	17.060	0
6.01.01.06	Equivalência patrimonial	-35.043	8.971	0
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	860.472	18.465	0
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-649.597	-23.238	0
6.01.01.09	Perda por impairment/Provisões por desvalorização de ativos	937	0	0
6.01.01.10	Perda/(ganho) na venda de imobilizado	-102	0	0
6.01.01.11	Ajuste de avaliação patrimonial	-39	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.641.958	-605.107	0
6.01.02.01	Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	-289.883	-494.669	0
6.01.02.02	(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	-252.962	158.795	0
6.01.02.03	Aumento em relações interdependências	4.198	394	0
6.01.02.04	(Aumento)/redução em operações de crédito	466.705	-587.183	0
6.01.02.05	(Aumento)/redução em outros créditos	-812.957	-253.337	0
6.01.02.06	Aumento em outros valores e bens	-186.905	-14.445	0
6.01.02.07	Aumento/(redução) em depósitos	-362.730	161.676	0
6.01.02.08	Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	427.408	31.512	0
6.01.02.09	Aumento em relações interfinanceiras	-1.278.408	77.728	0
6.01.02.10	Aumento em outras obrigações	196.738	218.933	0
6.01.02.11	Aumento/(redução) em instrumentos financeiros derivativos	-549.956	91.944	0
6.01.02.12	Aumento/(redução) resultado de exercícios futuros	-3.206	3.545	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	149.088	-12.024	0
6.02.01	Alienação de imobilizado de uso	239	45	0
6.02.02	Alienação no intangível	0	5	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
6.02.03	Alienação de bens não de uso	120.522	32.692	0
6.02.04	Aquisição de imobilizado de uso	-1.194	-439	0
6.02.05	Aplicações no intangível	-4.971	-735	0
6.02.06	Aquisição de bens não de uso próprio	0	-43.592	0
6.02.07	Aquisição de investimentos	-508	0	0
6.02.08	Dividendos recebidos	35.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.826.760	-44.536	0
6.03.01	Aumento de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-56.878	-20.922	0
6.03.02	Redução de dividas subordinadas	-253.199	-23.614	0
6.03.03	Emissão de letras financeiras	227.668	0	0
6.03.04	Depósito de acionista	1.920.000	0	0
6.03.05	Juros sobre o capital próprio provisionados	-16.831	0	0
6.03.06	Reversão de juros sobre capital próprio do 1º semestre de 2010	6.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-351.887	-775.616	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	386.597	1.162.213	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.710	386.597	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.108.091	172	0	0	-911.251	5	197.017
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-148.035	0	-148.035
5.02.01	Ajuste de Exercícios Anteriores (nota explicativa nº 21.e)	0	0	0	0	-148.035	0	-148.035
5.03	Saldo Ajustado	1.108.091	172	0	0	-1.059.286	5	48.982
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	60.238	0	60.238
5.05	Destinações	0	0	0	3.012	-13.843	0	-10.831
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-16.831	0	-16.831
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	3.012	2.988	0	6.000
5.05.03.01	Reserva Legal (nota explicativa nº 21.b)	0	0	0	3.012	-3.012	0	0
5.05.03.02	Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio do 1º Semestre de 2010 (nota explicativa 21.c)	0	0	0	0	6.000	0	6.000
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-39	-39
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-39	-39
5.12	Outros	0	0	0	287.109	1.012.891	0	1.300.000
5.12.01	Depósito de Acionista (nota explicativa nº 21.d)	0	0	0	0	1.300.000	0	1.300.000
5.12.02	Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros	0	0	0	287.109	-287.109	0	0
5.13	Saldo Final	1.108.091	172	0	290.121	0	-34	1.398.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.108.091	172	0	483.570	-1.252.577	0	339.256
5.03	Saldo Ajustado	1.108.091	172	0	483.570	-1.252.577	0	339.256
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-142.244	0	-142.244
5.05	Destinações	0	0	0	-483.570	483.570	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-483.570	483.570	0	0
5.05.03.01	Reversão de reserva legal e reserva p/integridade de patrimônio líquido	0	0	0	-483.570	483.570	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	5	5
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	5	5
5.13	Saldo Final	1.108.091	172	0	0	-911.251	5	197.017

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
7.01	Receitas	1.437.393	38.113	0
7.01.01	Intermediação Financeira	2.551.314	178.742	0
7.01.02	Prestação de Serviços	319.533	21.785	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-860.472	-18.465	0
7.01.04	Outras	-572.982	-143.949	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.047.435	-165.943	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-807.216	-2.643	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.865	-8	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-141.983	-2.635	0
7.03.04	Outros	-662.368	0	0
7.03.04.01	Comissões pagas a lojistas e promotores	-662.368	0	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	-417.258	-130.473	0
7.05	Retenções	-4.687	-389	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.687	-389	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	-421.945	-130.862	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.043	-8.971	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	35.043	-8.971	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	-386.902	-139.833	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	-386.902	-139.833	0
7.09.01	Pessoal	62.456	2.120	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	52.519	1.760	0
7.09.01.02	Benefícios	5.164	290	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.448	70	0
7.09.01.04	Outros	325	0	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-525.021	-495	0
7.09.02.01	Federais	-544.274	-495	0
7.09.02.02	Estaduais	3	0	0
7.09.02.03	Municipais	19.250	0	0
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.425	786	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
7.09.03.01	Aluguéis	15.425	786	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	60.238	-142.244	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	16.831	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	43.407	-142.244	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 30/11/2010
1	Ativo Total	15.266.340	16.636.323	16.179.286
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.816	9.222	1.172.225
1.01.01	Disponibilidades	25.816	9.222	1.172.225
1.02	Aplicações Financeiras	1.270.311	566.675	521.126
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.269.545	551.005	520.400
1.02.01.01	Títulos para Negociação	80.476	58.760	43.718
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.068.722	491.414	475.878
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	119.410	0	0
1.02.01.04	Depósitos Compulsórios no Banco Central	937	831	804
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	766	15.670	726
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	766	15.670	726
1.03	Empréstimos e Recebíveis	10.594.440	13.152.307	11.823.794
1.03.01	Empréstimos e adiantamentos de instituições financeiras	909.026	799.576	413.738
1.03.02	Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.685.414	12.352.731	11.410.056
1.05	Outros Ativos	3.350.530	2.863.067	2.617.749
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	36.189	81.805	91.764
1.05.03	Outros	3.314.341	2.781.262	2.525.985
1.05.03.01	Ativos diferidos	2.715.031	2.038.975	1.980.082
1.05.03.02	Outros ativos	599.310	742.287	545.903
1.07	Imobilizado	11.559	37.300	37.189
1.07.01	Imobilizado de Uso	11.559	37.300	37.189
1.08	Intangível	13.684	7.752	7.203
1.08.01	Intangíveis	13.684	7.752	7.203

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 30/11/2010
2	Passivo Total	15.266.340	16.636.323	16.179.286
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	533	452.913	357.554
2.01.01	Derivativos	533	452.913	357.554
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.894.835	0	0
2.02.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	924.107	0	0
2.02.02	Dívidas Subordinadas	949.274	0	0
2.02.03	Derivativos	21.454	0	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	8.826.968	13.697.825	13.054.068
2.03.01	Depósitos de instituições financeiras	3.237.632	933.394	822.006
2.03.02	Depósitos de clientes	2.804.913	4.768.945	4.856.513
2.03.03	Obrigações por títulos e valores mobiliários	0	845.574	866.270
2.03.04	Relações com correspondentes	312.425	1.790.789	1.526.921
2.03.05	Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	2.471.998	4.307.131	3.906.879
2.03.06	Dívidas subordinadas	0	1.051.992	1.075.479
2.04	Provisões	840.443	663.672	628.195
2.04.01	Provisões para Passivos contingentes, compromissos e outras provisões	179.345	113.451	105.794
2.04.02	Provisões técnicas de seguros	115.722	129.471	127.393
2.04.03	Provisões para riscos fiscais	545.376	420.750	395.008
2.05	Passivos Fiscais	259.329	204.989	203.355
2.05.01	Correntes	28.348	0	1.645
2.05.02	Diferidos	230.981	204.989	201.710
2.06	Outros Passivos	2.471.638	2.162.856	2.146.568
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	972.594	-545.932	-210.454
2.08.01	Capital Social Realizado	1.108.091	1.108.091	1.108.091
2.08.01.01	Capital Social - País	1.020.586	1.020.428	1.108.091
2.08.01.02	Capital Social - Exterior	87.505	87.663	0
2.08.02	Reservas de Capital	172	172	172
2.08.04	Reservas de Lucros	290.121	0	483.570
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-425.788	-1.655.902	-1.804.207

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 30/11/2010
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-34	5	0
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	32	1.702	1.920

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	5.210.106	0	0
3.01.01	Receitas com juros e similares	5.210.106	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-4.203.159	0	0
3.02.01	Despesas com juros e similares	-3.034.533	0	0
3.02.02	Perdas (líquidas de recuperações)no valor recuperável de ativos financeiros	-1.168.626	0	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.006.947	0	0
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.329.260	0	0
3.04.02	Despesas de Pessoal	-106.099	0	0
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.335.040	0	0
3.04.04	Despesas Tributárias	-149.109	0	0
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	775.023	0	0
3.04.05.01	Ganhos(perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	163.022	0	0
3.04.05.02	Receitas de tarifas e comissões	143.563	0	0
3.04.05.03	Outras receitas	468.438	0	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-514.035	0	0
3.04.06.02	Depreciações e amortizações	-5.372	0	0
3.04.06.03	Provisões líquidas	-94.593	0	0
3.04.06.04	Resultado líquido das operações de seguros	69.176	0	0
3.04.06.05	Resultado na alienação de ativo não corrente destinado a venda	-109.799	0	0
3.04.06.06	Outras despesas	-373.447	0	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-322.313	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	553.381	0	0
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	231.068	0	0
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	231.068	0	0
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	231.065	0	0
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3	0	0
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,95000	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
3.99.01.02	PN	0,95000	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	231.068	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-39	0	0
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-65	0	0
4.02.02	Imposto de Renda	26	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	231.029	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	231.026	0	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.066.455	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	996.835	0	0
6.01.01.01	Prejuízo operacional antes da tributação	-322.313	0	0
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	5.372	0	0
6.01.01.03	Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	48.133	0	0
6.01.01.04	Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para venda	109.799	0	0
6.01.01.05	Perda por impairment/ provisões por desvalorização de ativos	967	0	0
6.01.01.06	Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	1.168.626	0	0
6.01.01.07	Provisões técnicas de seguros e previdência	-13.749	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.063.290	0	0
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos compulsórios	-106	0	0
6.01.02.02	Redução em instrumentos de patrimônio	19.128	0	0
6.01.02.03	(Aumento) em instrumentos de dívida	-603.198	0	0
6.01.02.04	(Aumento) em derivativos ativos	-119.460	0	0
6.01.02.05	(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-455.427	0	0
6.01.02.06	Redução em empréstimos e adiantamentos a clientes	1.498.691	0	0
6.01.02.07	Redução em outros ativos	20.263	0	0
6.01.02.08	(Redução) em passivos financeiros	-430.926	0	0
6.01.02.09	(Redução) em relações com correspondentes	-1.478.364	0	0
6.01.02.10	Aumento em depósitos de instituições financeiras	2.304.238	0	0
6.01.02.11	(Redução) em depósitos de clientes	-2.191.700	0	0
6.01.02.12	(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-1.835.133	0	0
6.01.02.13	Aumento em passivos fiscais	54.340	0	0
6.01.02.14	Aumento em outros passivos	154.364	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-98.846	0	0
6.02.01	Alienação do ativo tangível	23.423	0	0
6.02.02	Alienação do ativo intangível	194	0	0
6.02.03	Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	143.689	0	0
6.02.04	Aquisição do ativo tangível	-1.689	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
6.02.05	Aplicações do ativo intangível	-8.458	0	0
6.02.06	Aquisição de ativos não correntes mantidos para venda	-256.005	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.835.918	0	0
6.03.01	(Redução) em obrigações por títulos e valores mobiliários	-56.878	0	0
6.03.02	(Redução) em dívidas subordinadas	-253.199	0	0
6.03.03	Depósito de acionista	1.920.000	0	0
6.03.04	Variação nas participações minoritárias	-1.673	0	0
6.03.05	Emissão de letras financeiras	227.668	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-329.383	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	395.433	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.050	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.108.091	172	0	-1.655.902	5	-547.634	1.702	-545.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.108.091	172	0	-1.655.902	5	-547.634	1.702	-545.932
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	1.289.170	0	1.289.170	-1.673	1.287.497
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.830	0	-16.830	0	-16.830
5.04.08	Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-1.673	-1.673
5.04.09	Depósito de Acionista (nota 28 e)	0	0	0	1.300.000	0	1.300.000	0	1.300.000
5.04.10	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	6.000	0	6.000	0	6.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	231.065	-39	231.026	3	231.029
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.065	0	231.065	3	231.068
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-39	-39	0	-39
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	290.121	-290.121	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	290.121	-290.121	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.108.091	172	290.121	-425.788	-34	972.562	32	972.594

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
7.01	Receitas	2.554.400	0	0
7.01.01	Intermediação Financeira	3.866.125	0	0
7.01.02	Prestação de Serviços	360.618	0	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.168.626	0	0
7.01.04	Outras	-503.717	0	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.648.002	0	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-953.493	0	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.874	0	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-191.559	0	0
7.03.04	Outros	-759.060	0	0
7.03.04.01	Comissões Pagas a Lojistas e Promotores	-759.060	0	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	-47.095	0	0
7.05	Retenções	-5.372	0	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.372	0	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	-52.467	0	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	-52.467	0	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	-52.467	0	0
7.09.01	Pessoal	89.063	0	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	71.448	0	0
7.09.01.02	Benefícios	10.568	0	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.678	0	0
7.09.01.04	Outros	369	0	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-388.028	0	0
7.09.02.01	Federais	-415.878	0	0
7.09.02.02	Estaduais	4	0	0
7.09.02.03	Municipais	27.846	0	0
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.430	0	0
7.09.03.01	Aluguéis	15.430	0	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	231.068	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 29/11/2010 à 30/11/2010
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	16.831	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	214.234	0	0
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3	0	0

Relatório da Administração



Banco Panamericano S.A.

Relatório da Administração – 2011

10 de Fevereiro de 2012



Relatório da Administração

Relatório da Administração – 2011

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Panamericano”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As Informações Anuais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, foram descobertas irregularidades e inconsistências contábeis no Banco que não permitiam que suas demonstrações financeiras até então publicadas refletissem sua real situação patrimonial. Assim, dada a inviabilidade de se reconstituir, de forma apropriada, as demonstrações financeiras anteriores a novembro de 2010, a Administração que assumiu suas funções naquela data não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um “balanço patrimonial especial de abertura”, com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia em 30 de novembro de 2010.

Como consequência, as informações trimestrais de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício terminados, respectivamente, em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estão prejudicadas em relação à sua comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Sílvio Santos (“GSS”), então acionista controlador do Panamericano, através da Sílvio Santos Participações S.A. (“SSP”) e da BF Utilidades Domésticas Ltda. (“BF”), celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações da Companhia de titularidade do GSS pelo preço de R\$450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 110% da Taxa DI. O efetivo pagamento poderá ser feito a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando o valor a ser pago limitado à importância máxima de R\$3,8 bilhões. Na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) celebraram novo acordo de acionistas do Panamericano, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior.

Outras medidas firmadas no mês de janeiro de 2011 afetaram positivamente a estrutura de liquidez e o capital regulatório da Companhia. O escopo destas medidas incluiu, entre outras, a cessão de créditos sem coobrigação no montante aproximado de R\$3,5 bilhões.

Nos dias 04 e 25 de maio de 2011, o Bacen aprovou as eleições dos diretores ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 05 e 27 de abril de 2011, respectivamente. Dessa forma, os Srs. José Luiz Acar Pedro (como Diretor Superintendente), Eduardo Nogueira Domeque, Iuri Rapoport, Leandro de Azambuja Micotti, Paulo Alexandre da Graça Cunha, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa e Willy Otto Jordan Neto passaram a integrar a Diretoria da Companhia.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão do Panamericano de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

Relatório da Administração

Relatório da Administração – 2011

Em razão desta aquisição, o Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$200 milhões e US\$300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Também no mês de julho e como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125 milhões e cupom em dólares de 11% ao ano.

Ainda em razão da mudança de controle, o BTG Pactual realizou uma Oferta Pública de Ações (“OPA”) aos acionistas minoritários, na qual foram asseguradas as mesmas condições acordadas para a compra das ações do antigo acionista controlador. Em 16 de setembro de 2011, o leilão da OPA foi realizado por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e nele o BTG Pactual adquiriu 4.552 ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% das ações dessa espécie.

Em 27 de outubro de 2011, o Bacen aprovou a eleição dos conselheiros ocorrida na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de junho de 2011. Dessa forma, os Srs. Jorge Fontes Hereda (Presidente), André Santos Esteves (Vice-Presidente), Antônio Carlos Canto Porto Filho, José Luiz Acar Pedro, Mateus Affonso Bandeira e Roberto Balls Sallouti passaram a integrar o Conselho de Administração da Companhia. Em seguida, em 03 de novembro de 2011, o Bacen aprovou a eleição do Sr. Carlos Eduardo Pereira Guimarães para diretor do Banco, ocorrida na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2011.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Panamericano firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$940 milhões, de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”). A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. Esta aquisição adicionará à Companhia uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos 88 pontos de venda da BM Sua Casa.

Na mesma data, o Conselho de Administração do Banco convocou uma Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para o dia 18 de janeiro de 2012, para deliberar sobre o aumento do capital social do Panamericano no valor de até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais. Nos termos da proposta da administração, o preço de emissão das ações será de R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial. O aumento de capital tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades da Companhia, de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos tributários atualmente detidos pelo Banco; e (iii) possibilitar a realização, pelo Panamericano, de novos investimentos e aquisições, inclusive com relação à potencial aquisição da BFRE. Foi apresentada ainda à Assembleia uma proposta de alteração do Estatuto Social para: (i) criação de um Comitê de Remuneração; e (ii) incremento do dividendo obrigatório da Companhia, dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado no exercício social de 2012, sendo ainda majorado para 35% a partir do exercício social de 2013 (inclusive).

Relatório da Administração



Relatório da Administração – 2011

ACORDO OPERACIONAL

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal de adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

O Acordo Operacional anterior, firmado pela Caixa e pelo Panamericano em 26 de julho de 2010, que estabelece regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições, permanece válido em suas condições. Seu objetivo de criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação do portfólio de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros, continuará a ser perseguido.

AMBIENTE ECONÔMICO

Estimamos que o PIB tenha registrado um resultado ligeiramente positivo no quarto trimestre do ano passado. Com isso, o crescimento de 2011 deve ter se encerrado um pouco abaixo de 3% – estimamos alta de 2,8% – com visível moderação em relação ao desempenho de 2010, quando houve crescimento de 7,5%. A desaceleração da economia, particularmente mais intensa no segundo semestre, refletiu a virtual estagnação da produção industrial no ano e uma desaceleração do crescimento – ainda forte – do varejo, que deve ter encerrado o ano próximo de 6%. Em 2010, tanto a produção industrial quanto as vendas no varejo ampliado haviam registrado alta de dois dígitos (10,5% e 12,2%, respectivamente). No segundo semestre de 2011, houve alguma perda de confiança empresarial, acumulação indesejada de estoques e redução do ritmo de investimentos. Tal desaquecimento refletiu medidas de restrição ao crédito adotadas desde fins de 2010 e um aperto monetário implementado pelo Bacen desde o início do ano, bem como a deterioração do cenário internacional, além de desafios estruturais da economia brasileira, dentre os quais as deficiências de infraestrutura, a carga tributária elevada e um aumento do custo da mão de obra. A partir de meados do segundo semestre, contudo, as políticas de restrição ao crédito começaram a ser revertidas. O Bacen iniciou um ciclo de afrouxamento monetário e outras medidas de estímulo setorial foram adotadas. A reversão da política monetária provocou uma queda acentuada nas taxas de empréstimos interbancários de um ano, que são fortemente correlacionadas, com uma defasagem de alguns meses, com as condições de crédito para o tomador final. Essa flexibilização macroeconômica deverá agir para dar suporte à demanda. Assim, há razões para crer em uma aceleração da economia até o segundo semestre de 2012, levando a um crescimento do PIB de 3,3%.

Em relação à inflação, o IPCA terminou 2011 em 6,5%, no topo da banda de meta de inflação, após um pico de 7,3% em setembro e elevação de 5,9% em 2010. Apesar da pressão registrada no início de 2011, a alimentação no domicílio terminou o ano em alta de 5,4% (vs. 10,7% em 2010), não tendo sido o principal segmento culpado pelo resultado anual. Já os serviços acumularam alta de 9%, com alta cada vez mais homogênea entre subgrupos. Neste contexto e, de forma pouco surpreendente, as medidas de núcleo da inflação terminaram o ano em 6,8%, acima da inflação cheia. Este quadro reforça um cenário de convergência apenas gradual da inflação daqui para frente, a não ser pela contribuição, ao longo dos primeiros meses do ano, de uma base forte de comparação da inflação nesse período. Nesse contexto, esperamos que a inflação recue para 5,2% ao final de 2012.

Relatório da Administração



Relatório da Administração – 2011

No setor externo, as últimas informações não alteraram nosso cenário para o déficit em conta-corrente em 2012 (pouco acima de 2% do PIB). O déficit segue sendo financiado pelas diversas fontes do balanço de pagamentos. No segundo semestre de 2011, observou-se uma depreciação da taxa de câmbio. Apesar de questões sobre o aumento de incertezas regulatórias no mercado de câmbio ao longo do ano e da súbita reversão da postura de política monetária em agosto, tal movimento também refletiu de forma importante uma deterioração de fundamentos – preços de commodities, valor do dólar americano em relação a outras moedas centrais e prêmios de risco – sugerindo obstáculos para uma reversão rápida a patamares mais apreciados, a não ser por uma melhora considerável dessas mesmas variáveis. Enquanto isso, do lado fiscal, observamos ao longo de 2011 resultados expressivos proporcionados pelo bom desempenho das receitas e contenção mais forte do que o antecipado das despesas, especialmente dos investimentos. A expectativa para 2012 é de cumprimento da meta fiscal cheia, porém os riscos não são desprezíveis em função da provável desaceleração do crescimento das receitas e de pressões advindas do ano eleitoral. De qualquer forma, tendo sido superado o ceticismo que inicialmente cercou os compromissos fiscais para 2011, a meta para o superávit primário tornou a ganhar credibilidade.

Por fim, em relação à política monetária, o comunicado mais recente emitido pelo Bacen foi a ata do Copom de janeiro, onde afirma-se abertamente que “o Copom atribui elevada probabilidade à concretização de um cenário que contempla a taxa Selic se deslocando para patamares de um dígito”. No linguajar tradicionalmente contido do Copom, essa frase transmite praticamente uma certeza de que a taxa básica cairá sim para abaixo dos 10% em 2012. A não ser que as perspectivas de inflação deteriorem drasticamente, parece muito difícil que o Bacen volte atrás nesse recado.

Ao longo dos próximos meses, os mercados continuarão atentos ao crescimento da economia mundial e, em particular, aos eventos na Zona do Euro. Da mesma maneira, no mercado doméstico, os agentes monitorarão os indicadores de atividade econômica e inflação, bem como a comunicação do Bacen, a fim de delinear os próximos passos da autoridade monetária.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O ano de 2011 foi marcado pela profunda reestruturação das operações do Panamericano. Neste sentido, diversas medidas foram tomadas pela atual Administração para a revisão dos padrões internos de governança, gerenciamento e controle, incluindo a entrada em operação de novos sistemas, de novos modelos de avaliação e aprovação de crédito, assim como a revisão completa dos processos de crédito e cobrança. Estas medidas buscam criar condições consistentes para o crescimento futuro das operações de crédito em bases mais eficientes e foram o foco da Administração no ano passado.

Entre os novos sistemas de tecnologia da informação que já entraram em operação, cabe destacar os sistemas: (i) de controle de operações na BM&FBOVESPA; (ii) de gestão de compras e contratos; (iii) de recuperação de créditos, gestão da cobrança e arrecadação de créditos (Cyber); (iv) de gestão das operações de cessão de direitos creditórios, integrado com a C3; (v) de controle de lastro para operações de LCA e LCI; (vi) de controle das operações de Tesouraria e câmbio; e (vii) de aprovação de operações de crédito de varejo. Além desses sistemas, foi implantado um novo *site* de contingência e estão em fase de implementação os sistemas: (i) de gestão das carteiras de veículos e consignado; (ii) de crédito imobiliário; e (iii) de gestão de cargas em cartões pré-pagos, entre outros.

Em adição, houve remanejamento e readequação de equipes, com a incorporação de novos profissionais com experiência e reputação de mercado, segregação de várias funções e aperfeiçoamento de controles em diversas áreas, revisão dos contratos com fornecedores, além de outras ações para gestão mais eficiente de custos e melhoria operacional. Como resultado, as despesas administrativas caíram de 8,5% da produção total em

Relatório da Administração

Relatório da Administração – 2011

fevereiro de 2011 para 7,2% em dezembro do mesmo ano, com destaque para a queda das despesas de cobrança, da ordem de 28%, proporcionada pela redução do número de assessorias, de 36 para 15, e pela adequação da régua aos padrões de mercado, que resultou em maior eficiência das ações de cobrança. Efeitos adicionais destas iniciativas serão percebidos de forma gradual ao longo dos próximos trimestres.

A reorganização operacional foi acompanhada pelo redirecionamento estratégico na maior parte das linhas de negócios da Companhia, que teve como objetivo reestruturar, ampliar e diversificar seus negócios. A nova estratégia terá como foco a atuação em quatro grandes segmentos: financiamento ao consumo, crédito hipotecário, seguros e financiamento a empresas. Enquanto no primeiro o Panamericano já possui participação destacada, e agora irá concentrar seu crescimento em linhas de negócios com melhor relação entre risco e retorno, como o financiamento de automóveis novos e o crédito consignado, nos últimos a atuação do Banco era mais incipiente, devendo ser impulsionada pela incorporação de novas equipes e plataformas.

Após a redução do volume de operações de crédito no 1º semestre de 2011, em razão das ações de reestruturação operacional, além do ambiente de política monetária mais apertada e adoção de medidas restritivas ao crédito, o Panamericano foi capaz de acelerar a originação de ativos de crédito no segundo semestre do ano, com médias mensais de R\$623,4 milhões e R\$641,1 milhões no 4º e 3º trimestres, respectivamente, comparadas a R\$536,8 milhões na média do 1º semestre de 2011. Entre as medidas que contribuíram para a sensível expansão da produção, destacamos a substituição dos modelos de aprovação de crédito nos diversos segmentos de financiamento de veículos, ocorrida entre os meses de maio e junho, a contratação de equipe dedicada às operações de financiamento na rede de concessionárias de veículos, concluída em agosto, e as mudanças de estrutura empreendidas na área de financiamento a empresas.

A Carteira Total de Crédito era de R\$10,8 bilhões ao final do 4º trimestre, comparados a R\$10,5 bilhões em setembro de 2011 e R\$13,3 bilhões em dezembro de 2010. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$ 6,1 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$2,1 bilhões; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$1,9 bilhões, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$1,0 bilhão; e (iv) o saldo das operações de leasing, de R\$688,8 milhões. O saldo da carteira foi reduzido, no 4º trimestre, pela cessão de direitos creditórios no valor de R\$582,6 milhões, sem coobrigação, realizada no mês de dezembro. Cabe ressaltar que a carteira de crédito com resultado retido, que garante uma base de resultados recorrente para o Banco, vem sendo gradualmente ampliada desde o 1º trimestre. Neste sentido, houve aumento de R\$6,7 bilhões para R\$7,0 bilhões entre o final de março e o final de junho, que foi seguido pela elevação para R\$7,7 bilhões no final do 3º trimestre e, finalmente, para R\$8,7 bilhões em dezembro de 2011. O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 90,5% da carteira total no final do 4º trimestre.

O principal mercado de atuação da Companhia continuou sendo o de financiamento de veículos, onde foram concedidos R\$1.147,8 milhões em novos financiamentos no 4º trimestre, incluindo as operações de arrendamento mercantil, comparados aos R\$1.199,7 milhões originados no trimestre anterior. O Banco está ativamente presente em 6.891 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados. A estratégia para este mercado, reforçada com a contratação da nova equipe, tem sido orientada pela busca de maior participação no segmento de automóveis novos. Neste sentido, cabe destacar que no último trimestre de 2011, que foi o primeiro trimestre completo de atuação da referida equipe, o financiamento de automóveis novos já respondeu por 41,7% do financiamento total de veículos leves.

No segmento de crédito consignado, foram concedidos R\$123,8 milhões em novos financiamentos no 4º trimestre, valor 45,3% inferior ao do trimestre anterior. A redução das operações de crédito consignado ao longo de 2011 teve como causa a revisão dos processos de aprovação de crédito, dos roteiros operacionais de cada órgão e da participação em convênios menos rentáveis. À medida que for concluída a reformulação dos roteiros operacionais, processos, sistemas e estrutura de distribuição do produto, a originação de operações de crédito consignado deverá ser gradualmente acelerada a partir do início de 2012. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$114,4 milhões em novos financiamentos entre

Relatório da Administração

Relatório da Administração – 2011

outubro e dezembro, com redução de 21,7% em relação ao 3º trimestre. A soma das modalidades de crédito para Pessoas Físicas correspondeu a 74,1% da originação total de créditos no 4º trimestre de 2011.

No segmento de crédito a Empresas, a concessão de novos financiamentos foi de R\$484,3 milhões no 4º trimestre, fazendo com que a carteira atingisse R\$843,9 milhões no final do período, considerando neste total financiamentos de R\$19,6 milhões registrados em nome de pessoas físicas, mas que possuem características de crédito de atacado. Assim, a carteira apresentou um crescimento de 107,5% em relação ao trimestre anterior, fruto das ações que têm sido implementadas para a reestruturação da atuação neste segmento, tais como a reformulação e ampliação da equipe, a revisão de todo o processo de originação, aprovação e formalização dos contratos e suas garantias, e a adoção de uma política de perfil de crédito, melhorando a relação entre garantias, prazos e exposições.

No 4º trimestre de 2011 foram emitidos 54,7 mil novos cartões de crédito pelo Panamericano, entre titulares e adicionais, nas bandeiras MasterCard e Visa, acumulando a emissão de 608,8 mil cartões no ano. A base de contas de cartões de crédito, distribuída entre institucionais e híbridos, fechou o ano de 2011 em 2,0 milhões de contas, o equivalente a 3,0 milhões de cartões. O valor transacionado com os cartões de crédito Panamericano somou o montante de R\$736,7 milhões no último trimestre do ano, acumulando o faturamento de R\$3,0 bilhões em 2011.

No mês de agosto, o Panamericano concorreu com os outros emissores de cartões de crédito brasileiros a prêmios de qualidade operacional da bandeira Visa, para os quais se qualificam emissores com mais de doze milhões de transações por ano, e foi vencedor em duas das três categorias da premiação, a saber: maior taxa de eficácia nos *chargebacks* e menor taxa de solicitação de cópias do comprovante de venda. Em setembro, o Banco finalizou a integração da plataforma da Rêv Worldwide com sua rede de filiais e a rede de unidades lotéricas da Caixa. Essa integração possibilitou a criação da maior rede de recarga do Brasil para cartões pré-pagos multiuso.

Ao longo do último ano, o Banco revisitou todo o ciclo de vida da sua base de cartões de crédito, com o objetivo de tornar mais eficientes as ações para ampliar a rentabilidade do negócio. Neste sentido, foram redesenhadas as ações de ativação e iniciadas melhorias no programa de recompensas Maxi Bônus e nos processos de recuperação de créditos. Além disso, outras medidas foram tomadas para reduzir despesas e elevar as margens da operação, tais como a renegociação de parcerias de emissão de cartões *cobranded*, a implantação de modelos de concessão de crédito mais completos e estruturados e a racionalização dos investimentos para expansão da base, o que proporcionou a redução da razão entre despesas administrativas e receitas líquidas de 55% no 3º trimestre para 50% no último trimestre de 2011. Concluídas essas ações em 2012, as condições para a gestão mais eficiente e rentável do negócio de cartões estarão sensivelmente aprimoradas.

Os recursos captados totalizaram R\$10,8 bilhões ao final de dezembro, com uma redução de 3,7% sobre o saldo de R\$11,2 bilhões no final de setembro. Esta redução é fruto da estratégia de liquidação de passivos mais caros que o Banco vinha carregando em carteira. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo, que correspondiam a 22,3% do total, ou R\$2,4 bilhões; (ii) as cotas de terceiros em FIDCs exclusivamente de créditos originados pelo Banco, representando 9,9% do total, ou R\$1,1 bilhão; (iii) as Cessões de Crédito, com 19,3% do total ou R\$2,1 bilhões; (iv) as Emissões Externas no valor de R\$1,9 bilhão, equivalentes a 17,5% do total; e (v) os Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$2,7 bilhões, equivalentes a 25,2% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da nova composição acionária, o Banco vem adotando uma política de redução dos custos de captação e praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Em 31 de dezembro de 2011, os Depósitos a Prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 45,3%; (ii) pessoas jurídicas, com 24,7%; e (iii) pessoas físicas, com 30,0%.

Relatório da Administração

Relatório da Administração – 2011

O Panamericano apresentou no 4º trimestre de 2011 um Lucro Líquido de R\$13,6 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado de R\$2,8 milhões no trimestre anterior. O Lucro Líquido acumulado em 2011, no balanço consolidado, foi de R\$67,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$1.227,3 milhões, enquanto o Índice de Basiléia era de 10,18% e o valor da Margem Operacional estava negativo em R\$233,2 milhões. Se fizermos um exercício considerando, em 31 de dezembro de 2011, a integralização pelos acionistas controladores da totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no aumento de capital aprovado em 18 de janeiro de 2012, integralização esta que ocorreu em 31 de janeiro de 2012, no valor de R\$971,5 milhões, o Patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2011 seria de R\$2.198,8 milhões, enquanto o Índice de Basiléia seria de 15,14% e o valor da Margem Operacional seria de R\$319,6 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Panamericano, no trimestre e no exercício de 2011, não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC, não relacionados à auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de janeiro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram as propostas da Administração para: (i) aumento do capital social em até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão de até 297.520.662 novas ações ordinárias e preferenciais; (ii) alteração do Estatuto Social para criação de um Comitê de Remuneração; e (iii) incremento do dividendo obrigatório da Companhia.

Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Panamericano integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no aumento de capital aprovado em 18 de janeiro. Desta forma, o BTG Pactual exerceu seu direito de subscrição de 81.897.014 ações ordinárias, no valor total de R\$495,5 milhões, enquanto a Caixapar exerceu seu direito de subscrição de 78.685.354 ações ordinárias, no valor total de R\$476,0 milhões. Em razão da integralização das ações ordinárias, pelos acionistas controladores do Banco, demonstramos abaixo a composição acionária em 31 de janeiro de 2012, ainda pendente de homologação pelo Bacen:

Estrutura Acionária em 31/01/2012 ¹			
	ON*	PN*	Total*
Banco BTG Pactual S/A	149.156	24.717	173.873
Caixapar	143.307	24.712	168.019
Free-Float	0	63.034	63.034
Total	292.463	112.463	404.926

* Em milhares de ações

¹ Aguardando a homologação do Banco Central

Relatório da AdministraçãoRelatório da Administração – 2011

Também em 31 de janeiro de 2012, conforme divulgado em Fato Relevante, o Panamericano assinou os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. A conclusão e fechamento da operação está sujeita à verificação de condições, incluindo sua aprovação pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral a ser oportunamente convocada, e a aprovação pelo Bacen da transferência do controle acionário da Brazilian Mortgages.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução das medidas de reestruturação operacional do Panamericano e na aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. A matriz do Banco está localizada na avenida Paulista , 2.240, São Paulo, SP, Brasil. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros. Por intermédio de suas controladas diretas e indireta, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Panamericano e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “funding” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição.

Em 27 de maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (“BACEN”) manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30 de março de 2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13 de junho de 2011.

Com a conclusão da operação, a Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e o BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco , conforme novo acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31 de janeiro de 2011.

Em decorrência do acima exposto, a Caixapar e o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a Caixapar se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem cobrança, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões), sem qualquer subsídio explícito ou implícito nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 17 de junho de 2011 pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais (OPA) de emissão do Banco aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações ao ex-acionista controlador. No dia 16 de setembro de 2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Banco, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que os acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais da Instituição optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais da Instituição, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Prazo, conforme definida no Edital.

Notas Explicativas

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Banco BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Instituição, e participação de 37,64% (trinta e sete virgula sessenta e quatro por cento) do capital social do Banco.

A composição acionária atual no Banco, após a conclusão da OPA, passou a ser representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	67.259.323	51,00	24.716.838	21,98	91.976.161	37,64
Caixa Participações S.A. - Caixapar	64.621.695	49,00	24.712.286	21,97	89.333.981	36,56
Conselho de Administração	10	-	-	-	-	-
Mercado	-	-	63.033.788	56,05	63.033.798	25,80
Total	131.881.028	100,00	112.462.912	100,00	244.343.940	100,00

2. FATOS RELEVANTES

A administração que tomou posse em 09 de novembro de 2010, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas com os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das demonstrações financeiras em períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das demonstrações financeiras de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das práticas inadequadas e procedimentos irregulares utilizados no passado, prejudicaria toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induziria a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse de novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções mencionadas. Obteve-se, então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da instituição. Consequentemente, os gestores reconheceram a inadequação e enfatizaram a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2010, elaborado sob sua responsabilidade.

As demonstrações financeiras que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010, estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

- Relevante inadequação do balanço patrimonial de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010;
- Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas; e

Notas Explicativas

- Impossibilidade, dada a fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controles internos até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis se referem a períodos anteriores.

Em função do elevado grau de distorções mencionadas anteriormente, não estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras envolvendo todo o exercício de 2010. No entanto as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011, apresentam adequadamente todas as informações ao exercício corrente.

3. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (“IFRS”)), emitidos pelo International Accounting Standard Board (“IASB”). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS pelo Banco.

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786 do CMN, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (atualmente IFRS Foundation).

Em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações contábeis consolidadas divulgadas foram elaboradas pela administração com o propósito específico de atender a resolução 3.786 do CMN, optando pela elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS em 31 de dezembro de 2010 considerando 1º de dezembro de 2010 como data de transição e, dessa forma sem apresentar as cifras comparativas referentes ao ano de 2009. Com essa opção, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 não foram consideradas as primeiras demonstrações financeiras do Banco de acordo com o IFRS, mas demonstrações financeiras preliminares elaboradas com propósitos especiais, elaboradas em conexão com as primeiras demonstrações financeiras consolidadas em IFRS a serem elaboradas em 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações contábeis consolidadas de 2010 apresentadas em 2011 para fins de comparação, diferem das originalmente apresentadas de forma preliminar em atendimento à Carta-Circular nº 3.435/10, citadas no parágrafo anterior devido aos ajustes citados na Nota 3.2 a seguir.

Norma Internacional de Relatório Financeiro, IFRS 1 – “Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs)” estabelece que a primeira demonstração financeira de acordo com as normas internacionais seja apresentada comparativamente com o exercício anterior e que o balanço patrimonial contenha também os dados balanço de abertura.

Pelos motivos amplamente expostos na nota 2 “Fatos relevantes”, a atual Administração do Banco, elaborou as demonstrações financeiras consolidadas para 31 de dezembro de 2011, adotando o IFRS com data de transição inicial para 1º de dezembro de 2010, devido a impraticabilidade de utilizar cifras de 1º de janeiro de 2010. Assim não estão sendo apresentadas nas demonstrações do resultado

Notas Explicativas

abrangente, demonstrações do fluxo de caixa, e das mutações do patrimônio líquido de todo o exercício de 2010.

A reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido e a descrição dos efeitos das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN para aquelas utilizadas nestas demonstrações financeiras estão demonstradas na Nota 41 - "Transição para o IFRS".

Estas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2012.

3.2. Reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, originalmente elaboradas com o propósito específico de atender a Resolução 3.786 do CMN, foram reapresentados, conforme os ajustes a seguir:

	2010
- Baixa de contas transitórias (1)	50.789
- Ajuste do passivo de liquidação antecipada em operações de cessões de crédito (2)	195.936
- Subtotal	246.725
- Efeitos tributários	(98.690)
Total	148.035

(1) Refere-se a baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes há mais de 180 dias; e

(2) O Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Anteriormente essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aos cessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivos cessionários.

3.3. Base de consolidação

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as controladas e Entidades de Propósitos Específicos (EPEs), cujos percentuais de participação do controlador são os descritos a seguir.

Entende-se por "controladas" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida. Controle é o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As "Entidades de Propósito Específico" (EPE) são criadas para cumprir um objetivo específico e bem definido em operações e estrutura específicas. Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12, caso a organização as controle sob uma perspectiva econômica.

Notas Explicativas

	2011	2010
	%	%
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A. ("Seguradora") (a)	99,99	98,75
PanServ Prestadora de Serviços Ltda. (b)	99,99	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda. (c)	99,99	-
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.(a)	99,99	99,01
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa CDC FIDC") (d) (e)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa Master CDC FIDC") (d) (f)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF – Multisegmentos ("FIDC FF") (d) (g)	-	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro ("FIDC F BP") (d) (h)	100,00	100,00

(a) Em 27 de maio de 2011, a BF Utilidades Domésticas Ltda vendeu para o Banco 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A.; o processo foi aprovado pela SUSEP em 09 de agosto de 2011;

(b) Empresa constituída em 15 de junho de 2011;

(c) Empresa em fase não operacional constituída em 22 de julho de 2011;

(d) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto no SIC 12 – "Consolidation Special Purpose Entities";

(e) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Caixa CDC FIDC");

(f) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Caixa Master CDC FIDC");

(g) Fundo encerrado em 29 de Junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data; e

(h) Fundo constituído em Dezembro de 2010.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs e de saldos de cessões de crédito com coobrigação com instituições financeiras decorrente de transações de vendas com retenção de riscos e benefícios.

No processo de consolidação dos FIDCs e de cessões de crédito com coobrigação com instituições financeiras, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de "Empréstimos e recebíveis a clientes" do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Passivos Financeiros ao custo amortizado – obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito efetuadas foi eliminado integralmente como ajuste de "Receitas com juros e similares".

Na rubrica "Receitas com juros similares", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios cedidos e o custo do financiamento na rubrica "Despesas com juros e similares".

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas nas rubricas de "Receitas com juros e similares" e "Despesas com juros e similares".

Notas Explicativas

b) Empresas controladas

As empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, antes das eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Direta								Indireta	
	Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.		Panamericana de Seguros S.A.		Panserv Prest. de Serviços Ltda.		Panamericano Adm. e Corret. de Seguros e Prev. Priv. Ltda.	Panamericano Adm de consorcio Ltda		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010		2011	2010	
Total do ativo	1.698.451	2.235.196	312.178	306.529	8.600	-	86	30.972	28.205	
Total do passivo	1.595.787	2.129.257	179.360	172.429	5.584	-	111	18.079	16.366	
Patrimônio líquido	102.664	105.939	132.818	134.100	3.016	-	(25)	12.893	11.839	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício /mês	(3.275)	(6.229)	35.712	(2.811)	956	-	(25)	1.080	496	

c) Fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCS)

Considerando-se que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e são retidos substancialmente os riscos e benefícios sobre as operações, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras Consolidadas.

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados, os quais possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

i. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Notas Explicativas

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	108
Caixa Master CDC FIDC	112
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

ii. Natureza do envolvimento do banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter no mínimo 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

iii. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, nos montantes de R\$600.054 e R\$1.561.583, respectivamente, sem coobrigação. Ao manter os investimentos em cotas subordinadas dos FIDCs anteriormente mencionados, o Banco retém substancialmente os riscos e benefícios sobre os ativos transferidos e, desta forma, os recebíveis foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, portanto, não há ajustes IFRS decorrentes dessas operações.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro		FIDC FF Multisegmentos (1)
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2010
Ativo							
Disponibilidades	4	30	140	420	1	1	1
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	6.039	19.902	24.873	-	42.515	1.444	1.067
Direitos creditórios	265.304	415.661	1.401.148	1.742.536	636.311	317.096	208.418
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(40.138)	(2.763)	(163.195)	(11.083)	(138.850)	(1.585)	(135.375)
Outros valores	1	588	245	2.148	1.006	197	350
Total do Ativo	231.210	433.418	1.263.211	1.734.021	540.983	317.153	74.461
Passivo							
Outras obrigações	145	299	1.096	22.207	566	48.956	30
Patrimônio Líquido	231.065	433.119	1.262.115	1.711.814	540.417	268.197	74.431
Cotas seniores	36.147	118.279	383.348	659.667	424.975	215.534	10.590
Cotas subordinadas	194.918	314.840	653.727	853.386	115.442	52.663	63.841
Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	-	225.040	198.761	-	-	-
Total do Passivo	231.210	433.418	1.263.211	1.734.021	540.983	317.153	74.461

(*) Cotas de terceiros

(1) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Notas Explicativas

iv. **Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs**

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos, até o limite destas.

v. **Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$964.087 (R\$1.284.730 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

4. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as "Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) emitas pelo "International Accounting Standards Board(FASB), traduzidas para o português pelo instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo tributário como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) **Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do Banco.

b) **Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros**

i. **Definições e reconhecimento**

- Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.
- Instrumentos de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Notas Explicativas

- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.
- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada de resultado.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Notas Explicativas

- **Ativos financeiros mantidos para negociação:** (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- **Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles mantidos para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquido de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimentos e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.
- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinado no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias específicas previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo através do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos

Notas Explicativas

financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de Empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da administração. No exercício de dezembro de 2011 não houve reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias existentes.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalente de caixa:** saldos de caixa, depósitos à vista no Brasil e no exterior, e investimento de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até noventa dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros empréstimos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representado por títulos.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros Ativos:** referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como "Instituições Financeiras" ou Clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, impostos a compensar, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros".

Notas Explicativas

- **Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros".

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** compreendem aqueles passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).

As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas na demonstração consolidada do resultado na conta de "Despesas de juros e similares".

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação através de emissão de notas subordinadas no exterior.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação no caso dos FIDCs, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Notas Explicativas

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não avaliados ao valor justo são registrados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros". Os juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de "input" observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem aos instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de "swap" e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

Notas Explicativas

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	2011		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	528	79.948	80.476
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	119.410	119.410
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.068.722	-	1.068.722
Passivos financeiros mantidos para negociação	98	435	533
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	1.894.835	1.894.835

	2010		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	19.128	39.632	58.760
Ativos financeiros disponíveis para venda	491.414	-	491.414
Passivos financeiros para negociação	-	452.913	452.913

Notas Explicativas

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2011	2010		
ATIVO:				
Ativos financeiros mantidos para negociação				
Contratos de "swap"	199.358	39.632		Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Cotas de fundos de investimento	79.948	39.632	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado				
Contratos de "swap"	8.249	8.727	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
	71.699	30.905		
	119.410	-		
	119.410	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
PASSIVO:				
Passivos financeiros mantidos para negociação				
Contratos de "swap"	1.895.270	452.913		Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
	435	452.913	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado				
Contratos de "swap"	1.894.835	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
	21.454	-		
Dívidas subordinadas	949.274	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	924.107	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem investimentos em ações de empresas listadas e com preços cotados na BM&FBOVESPA, títulos públicos e cotas de fundos de investimento.

Na ausência de cotações públicas, o Banco desenvolve estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento, com base em dados observáveis e instrumentos financeiros similares. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos (swap), dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA, estão alocados no Nível 2.

O Banco não apresentava em 31 de dezembro de 2011 e 2010 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis (Nível 3).

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis	10.594.440	10.626.014	13.152.307	13.167.056
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.685.414	9.716.988	12.352.731	12.367.480
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	909.026	909.026	799.576	799.576
Ativos mantidos até o vencimento	766	766	15.670	15.694
Instrumentos de dívida	766	766	15.670	15.694
Passivos financeiros ao custo amortizado	8.826.968	9.683.395	11.604.323	11.958.466
Depósitos de clientes	2.804.913	3.615.034	4.768.945	5.119.414
Depósitos de instituições financeiras	3.237.632	3.284.468	933.394	937.068
Relações com correspondente	312.425	312.425	1.594.853	1.594.853
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	2.471.998	2.471.998	4.307.131	4.307.131

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

Notas Explicativas

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se basicamente às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas incluem as cotas em fundos de investimento e tiveram seus valores justos calculados pelos valores das respectivas cotas.
- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se basicamente às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação através de depósitos com taxas prefixadas e as captações no exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (BM&FBOVESPA).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco e não são baixados do balanço patrimonial consolidado. Transferências de ativos com retenção de todos ou a maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação efetuados à instituições financeiras e sem coobrigação efetuados à FIDCs conforme mencionado na nota explicativa nº 3, e operação de venda de títulos com compromissos de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são

Notas Explicativas

substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de hedge entre os instrumentos de hedge e os itens hedgeados quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de hedge, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do hedge .

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de hedge são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens hedgeados durante o período para o qual o hedge está designado, e se os resultados atuais de cada hedge estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como hedge de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de hedge são reconhecidas diretamente no resultado do período.

- **Estrutura de Hedge**

Durante o primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de hedge contábil de valor justo utilizando SWAPs cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de variação cambial e juros (cupom cambial) das captações externas em aberto.

Dessa forma, durante o mesmo período, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das captações externas, Dívidas subordinadas e Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, e dos derivativos de hedge, realizar testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do hedge contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de hedge diretamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas

- **Posição ativa**

A posição ativa da operação de hedge contábil é composta por posições em Dólar Americano (US\$) e taxas de juros (Depósito Interfinanceiro / CDI ou Prefixada) que apresentam como fatores primitivos de risco o preço à vista da moeda americana (dólar pronto) e a taxa de juros prefixada em reais (curva pré).

- **Posição passiva**

A posição passiva da operação de hedge é composta instrumentos de dívida emitidos nos mercados internacionais, na forma de notes e dívida subordinada. À semelhança dos bonds, representam a obrigação do emitente em pagar periodicamente juros a seu detentor, reembolsando o principal na data do vencimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados na operação de hedge contábil estão apresentados na nota explicativa nº 10.

g) Redução do valor recuperável (“*Impairment*”) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificado como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “empréstimos e recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurado ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (liquidadas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à

Notas Explicativas

redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota explicativa nº 7 – Gestão de risco operacional e de riscos financeiros.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo as operações vencidas a mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, neste caso, essas operações são consideradas extremamente improváveis quanto a sua recuperação.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (“*impairment*”) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores de ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

i) Operações compromissadas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não

Notas Explicativas

pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, através da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da administração.

k) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "outras despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso e 25 anos para imóveis.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração consolidada do resultado.

l) Ativo intangível

O ativo intangível representam benfeitorias em imóveis de terceiros e ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer ajustes ao valor recuperável.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com desenvolvimentos logiciais, benfeitorias em imóveis de terceiros e aquisição de direitos da utilização de base de clientes. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

Notas Explicativas

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

m) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

n) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Notas Explicativas

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas e despesas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

o) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – “Provisions, contingent liabilities and contingent assets”.

Notas Explicativas

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

p) Ativos fiduciários mantidos em custódia pelo banco

O Banco efetua a custódia de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém os valores totais desses ativos são divulgados através de nota explicativa.

q) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço, quando aplicável, são descontados a valor presente.

r) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre determinados limites e contribuição social de 15% para as empresas financeiras e do ramo de seguros, e de 9% para as demais empresas.

Através de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 16.d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis, compostas por perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros e valor justo.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

s) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial consolidado na conta de "Empréstimos e adiantamentos a clientes".

O balanço patrimonial consolidado foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	2011	2010
Carteira de arrendamento	14.184	45.587
Imobilizado de arrendamento	1.428.821	1.830.598
Depreciações acumuladas	(924.493)	(825.666)
Superveniência de depreciação	844.661	790.008
Credores por antecipação do valor residual	(674.376)	(752.482)
Saldo a valor presente	688.797	1.088.045

t) Contratos de seguros

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguros". A controlada Panamericana de seguros procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro", uma vez que os contratos emitidos transferem o risco significativo de seguro. A controlada Panamericana de Seguros define como risco significativo de seguro, como a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, na ocorrência de um evento de seguro. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11.

- **Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)**

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo Órgão Regulador das Seguradoras e com base em metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Notas Explicativas

Atualmente, as provisões técnicas constituídas pela controlada Panamericana de Seguros são calculadas a partir das seguintes metodologias:

- **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)**

O cálculo desta provisão é realizado a partir dos seguintes critérios de constituição:

- (a) Cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguros vigentes na data base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da PPNG é efetuado por certificado ou item.
- (b) Cálculo da provisão efetuado pro rata die, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.
- (c) Cálculo a partir do prêmio comercial retido, que corresponde ao valor recebido ou a receber do segurado (valor do prêmio emitido, pago à vista ou parcelado), nas operações de seguro direto ou de congêneres (nas operações de cosseguro aceito), líquido de cancelamentos, de restituições e de parcelas de prêmios transferidas a terceiros, em operações com congêneres (nas operações de cosseguro cedido).

- **Provisão de prêmios não ganhos - Riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE)**

Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada Panamericana de Seguros, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios, apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 meses, ou sobre a PPNG do mês de referência.

- **Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)**

O cálculo desta provisão é obtido atuarialmente, com base em Nota Técnica Atuarial, que apresenta uma metodologia estatística prospectiva.

A metodologia aplicada estima o valor das despesas e receitas futuras, dos riscos vigentes na data base do cálculo.

- **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)**

Constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da controlada Panamericana de Seguros, obedecidos os seguintes critérios estabelecidos em norma:

- (a) A controlada Panamericana de Seguros possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial para a apuração da PSL, a qual considera as indenizações e as despesas relacionadas, inclusive nos casos referentes às ações em demandas judiciais.

Notas Explicativas

- (b) A data de aviso do sinistro é correspondente à data do efetivo registro por parte da controlada Panamericana de Seguros.
- (c) O fato gerador da baixa da PSL é o efetivo recebimento da indenização, pelo Segurado ou Beneficiário, ou conforme os demais casos previstos em Lei.
- (d) Os sinistros avisados às sociedades seguradoras, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:
- (i) o valor acordado entre o segurado e a controlada Panamericana de Seguros;
 - (ii) o valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela controlada Panamericana de Seguros;
 - (iii) o valor estimado pela controlada Panamericana de Seguros, quando não tenha o Segurado indicado a avaliação do sinistro;
 - (iv) o valor igual à metade da soma da importância reclamada pelo Segurado e da oferecida pela controlada Panamericana de Seguros, no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro;
 - (v) o valor resultante da sentença transitada em julgado;
 - (vi) o valor máximo de responsabilidade por vítima ou por evento e por tipo de dano, nos seguros obrigatório de responsabilidade civil;
 - (vii) o valor do sinistro médio, para os ramos em que a sociedade seguradora possua informações capazes de gerar estatísticas consistentes, devendo ajustar esse valor registrado, após cada reavaliação do sinistro que melhore a estimativa da indenização a ser paga.

A metodologia de cálculo da PSL, mencionada na alínea (a) deste item, não substitui o critério de abertura do sinistro praticado pela controlada Panamericana de Seguros. Desta forma, esta metodologia visa apurar, apenas, uma eventual necessidade de constituição da PSL Complementar aos valores atualmente provisionados pela controlada Panamericana de Seguros, para cada ramo estudado.

A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

- **Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)**

O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da controlada Panamericana de Seguros.

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada Panamericana de Seguros, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecidos como triângulo de run-off, que consideram o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da controlada Panamericana de Seguros, a provisão

Notas Explicativas

de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pelo normativo do Órgão Regulador das Seguradoras.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Teste de adequação de passivos**

Atendendo ao IFRS 4 e regulamentação da SUSEP o Teste de Adequação de Passivos (TAP) foi efetuado para fins de elaboração das demonstrações financeiras .

Seguindo essas diretrizes a controlada Panamericana de Seguros avalia, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado, através da constituição de provisões técnicas adicionais ao IBNR ou PSL, caso a insuficiência seja originada da Provisão de Sinistros, ou à PIP, caso a insuficiência seja originada da Provisão de Prêmios.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a controlada Panamericana de Seguros considerou uma segmentação mínima estabelecida pelo normativo do Órgão Regulador das Seguradoras, que atende também ao IFRS 4. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2011, descontados pela relevante Estrutura a Termo da Taxa de Juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pelo Órgão Regulador das Seguradoras, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da controlada Panamericana de Seguros, data-base de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, concluiu-se que o passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas do custo de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa.

- u) **Operações de Consórcio**

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados, a comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo "outros passivos", no consolidado.

Notas Explicativas

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) Lucro básico e diluído por ação

É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas o Banco pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.

Em razão do prejuízo apurado no período de 1º a 31 de dezembro de 2010, essas ações possuem efeito anti-dilutivo.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existem instrumentos com potencial de diluição.

x) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Banco ou Financeiro; (ii) Seguros; (iii) Consórcios e (iv) Outros.

y) Patrimônio Líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

Notas Explicativas

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

O Banco apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro por ação ordinárias e preferenciais diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

5. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 7): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve

Notas Explicativas

ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b. Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e Recebíveis são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros disponíveis para venda e aqueles mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como :

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

c. Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo bens mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d. Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota explicativa nº 16, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De

Notas Explicativas

acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados ;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

6. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

O Banco não adotou antecipadamente as normas e alterações enumeradas a seguir, e a administração não espera impactos relevantes quando da aplicação dessas regras:

a. IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Substitui a orientação de consolidação no IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) e SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósitos Específicos, introduzindo um modelo de consolidação único para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida (ou seja, se uma entidade é controlada através de direitos de voto dos investidores ou através de outros arranjos contratuais como é comum em sociedades de propósito específico). Segundo o IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e
- iii) Capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

b. IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos

O IASB emitiu uma nova norma para contabilização de empreendimentos conjuntos, que substitui o IAS 31 - Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures). O princípio fundamental do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e

Notas Explicativas

obrigações e, as contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:

- Operações conjuntas (Joint operations): As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.
- Empreendimento conjunto (Joint venture): As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

c. IFRS 12 - Divulgações de Envolvimento com Outras Entidades

O objetivo da IFRS 12 é permitir que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a riscos decorrentes de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.

d. IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Em 12 de maio de 2011, o IASB substituiu a orientação sobre a mensuração do valor justo com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. Porém o IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo. A norma tem a aplicação antecipada permitida.

e. IAS 19 - Benefícios aos Empregados (2011)

Em 16 de Junho de 2011, o IASB emitiu um complemento que propõe alterações à contabilização dos benefícios dos planos de benefícios definidos na qual exigem o reconhecimento de mudanças na obrigação de benefícios definidos e nos ativos do plano, e no momento que essas mudanças entrarem em vigor, elimina-se o método do corredor e acelera-se o reconhecimento dos custos dos serviços incorridos. Define também mudanças nas obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano e propõe a desagregação em três componentes: os custos do serviço, juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos (ativos) e novas medições do líquido dos benefícios definidos (ativos). O cálculo pode ser inferior à taxa atualmente utilizada para calcular o retorno esperado sobre os ativos do plano, assim resultando em uma redução no lucro líquido. As alterações tem aplicação antecipada permitida. Aplicação retrospectiva é exigida, com certas exceções.

As normas acima mencionadas têm efetividade para períodos anuais com início após 1 de janeiro de 2013.

f. Alterações ao IAS 1 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Em 16 de Junho de 2011, o IASB emitiu as alterações ao IAS 1 que é o resultado de um projeto em conjunto com o Financial Accounting Standards Board (FASB), na qual fornece orientações sobre a apresentação dos itens contidos na demonstração do resultado abrangente e sua respectiva classificação. As alterações são efetivas para demonstrações de períodos com início em 1 de julho de 2012, com aplicação antecipada permitida.

g. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em 16 de dezembro de 2011, o IASB emitiu o IFRS 9 que substituirá o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos

Notas Explicativas

financeiros do Banco. A norma tem data efetiva para períodos anuais com início em janeiro de 2015 com aplicação antecipada permitida.

7. GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes principais riscos provenientes de suas atividades e dos instrumentos financeiros utilizados:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez;**
- **Risco de mercado; e**
- **Risco operacional.**

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR), processos de identificação, mensuração, mitigação e reporte, à exposição a riscos, políticas, e estrutura de capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Diretor Superintendente representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinadas a ele as Diretorias de Financeira, de Captação, Relações com Investidores e, a de Controladoria, Riscos e Compliance. A unidade responsável pelo gerenciamento de risco é a Gerência Geral de Riscos Corporativos que monitora os principais riscos aos quais o Banco está exposto:

- **Risco de Crédito:** É definido como a possibilidade da contraparte de um empréstimo, operação financeira ou qualquer outra com características de concessão de crédito (avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito, entre outras operações semelhantes), não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo assim, ocorrer perda parcial ou total da posição.
- **Risco de Mercado:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco. Essas flutuações podem ser advindas de variações de preços (ações e mercadorias), de taxas de juros, de índices de preço, de câmbio e/ou de volatilidade, as quais alteram o valor de mercado dos títulos possuídos pela instituição.
- **Risco de Liquidez:** Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a solvência e capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
- **Risco Operacional:** Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Os eventos de risco operacional podem ser:
 - Fraudes internas e externas;
 - Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

Notas Explicativas

- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Fatores que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

7.2.1 Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito da contraparte está relacionado ao não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações financeiras de títulos e valores mobiliários, derivativos e operações de crédito.

Na estrutura do Banco, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito, a carteira é dividida nos segmentos Empresas e Varejo. Sendo o primeiro composto, no geral, por financiamentos a pessoa jurídica e os demais a pessoa física (Crédito Direto ao Consumidor -CDC, Cartões de Crédito e Consignado).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Desenvolver, implantar e monitorar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada ao apetite a risco definido pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de Crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a capacidade de geração de caixa da empresa, de modo a dar continuidade às suas atividades. É observada também, sua capacidade de acesso às linhas de crédito.

Notas Explicativas

Em todos os casos, eventuais garantias são observadas como acessórias, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. A mesma está relacionada ao risco envolvido, ou seja, quanto menor a capacidade de pagamento, maior o nível de garantia a exigir. A concessão de crédito está segmentada por Empresas e Varejo.

I. Empresas

Nas operações do segmento de “middle market”, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como o cumprimento das exigências mínimas aqui estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pelo Comitê Executivo e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado financeiro, clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do rating do cliente é definido um “rating da operação”, que leva em consideração as garantias envolvidas na operação.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nas agências/correspondentes, informações de bureau de crédito, avaliação dos analistas de crédito e modelos de scoring automatizados, bem como o cumprimento das exigências mínimas aqui estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pelo Comitê Executivo e/ou Banco Central do Brasil.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação é necessário o gerenciamento periódico do risco de crédito da operação, visando analisar o comportamento do crédito, a situação do cliente e das garantias dadas na operação.

O gerenciamento de risco de crédito é composto por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição. É papel da área de Risco de Crédito propor métricas e indicadores para permitir a correta mensuração do risco das operações, além de garantir de maneira independente as análises e acompanhamentos da carteira.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir temos o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras própria, cedida com coobrigação e cedida sem coobrigação FIDC. A exposição máxima atingiu R\$ 15,3 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão deste montante limites não utilizados de cartão de crédito.

Notas Explicativas

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	2011	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.926.809	1.241.395
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	909.026	-
Instrumentos de dívida	1.141.187	-
Instrumentos financeiros derivativos	128.187	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	1.229.084	-
Outros ativos	227.669	-
Exposição máxima ao risco de crédito	14.561.962	1.241.395

	2010	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.564.064	1.211.333
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	799.576	-
Instrumentos de dívida	537.989	-
Instrumentos de patrimônio	19.128	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.727	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	24.324	-
Outros ativos	300.000	-
Exposição máxima ao risco de crédito	15.253.808	1.211.333

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumento de dívida são representados substancialmente por 91% por títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	2011
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	7.009.542
Vencidos mas não há perdas por redução ao valor recuperável	1.904.340
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.012.927
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	10.926.809
Perdas por redução ao valor recuperável	(1.241.395)
Valor líquido	9.685.414

A concentração de risco dos 10, 50 e 100 maiores devedores segue na tabela abaixo, como observado, 2,23% do saldo da carteira de crédito está concentrado nos 10 maiores devedores e 4,59% nos 50 seguintes maiores devedores.

Notas Explicativas

Maiores devedores	2011		2010	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	243.603	2,23	443.784	3,28
50 seguintes maiores devedores	501.376	4,59	400.413	2,96
100 seguintes maiores devedores	154.816	1,42	113.511	0,84
Demais devedores	10.027.014	91,76	12.606.356	92,92
Total	10.926.809	100,00	13.564.064	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 10,05 milhões. Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

A tabela apresenta os ativos vencidos sem redução do valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	Saldo	%
1 a 14	867.115	45,5
15 a 30	513.340	27,0
31 a 60	523.885	27,5
Total	1.904.340	100,0

Os ativos financeiros vencidos sem redução do valor recuperável atingiram R\$ 1,9 bilhão. 45,5% dos ativos tem até 14 dias de atraso, o saldo remanescente está praticamente igualmente dividido entre a faixa de 15 a 30 e 31 a 60 dias de atraso.

Notas Explicativas

A distribuição setorial da carteira de crédito e demonstrada na tabela a seguir.

Setor	Valor	%
Pessoa Física	9.867.259	90,30%
Agroindústria	232.687	2,13%
Açúcar e Etanol	113.928	1,04%
Agronegócio e Proteína Animal	118.759	1,09%
Comércio	304.404	2,79%
Atacado e Varejo	304.404	2,79%
Indústria de Base	136.703	1,25%
Autopeças	7.055	0,06%
Indústria Química	35.680	0,33%
Óleo e Gás	812	0,01%
Outras Indústrias	68.016	0,62%
Papel e Celulose	15.054	0,14%
Têxtil	10.086	0,09%
Serviços	385.756	3,53%
Construção e Incorporação	145.246	1,33%
Financeiros	71.431	0,65%
Locação de veículos	3.850	0,04%
Mídia, TI e Telecom	12.438	0,11%
Outros Serviços	32.311	0,30%
Saúde, Segurança e Educação	46	0,00%
Transporte e Logística	10.121	0,09%
Utilitários	110.313	1,01%
Total	10.926.809	100,00%

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios presentes na resolução 2.682/99 do BACEN.

Ratings de risco do BACEN	2011	2010
Rating AA	-	109.469
Rating A	7.660.551	10.544.895
Rating B	923.707	626.231
Rating C	600.362	619.955
Rating D	360.160	312.531
Rating E	239.214	216.862
Rating F	209.388	150.296
Rating G	177.800	122.635
Rating H	755.628	861.190
Total	10.926.810	13.564.064

Notas Explicativas

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito, recuperação e operacionais de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As expectativas de perda dos produtos são estimadas com base na perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados é importante ressaltar que a avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria, cedida com coobrigação e sem coobrigação aos FIDCs, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objetos de cessões de créditos.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de doze meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto ou grupo homogêneo, aplicada de forma que as informações de contratos de um mesmo cliente possam evidenciar uma degradação mais rápida do contrato.

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações cedidas sem coobrigação aos FIDC'S são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do FIDIC, incluindo as carteiras objetos de cessões de créditos.

Notas Explicativas

- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de doze meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utilizar como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto, alinhado com as praticas adotadas pelo fundo para a composição da provisão para devedores duvidosos. A aplicação das estimativas de perda é feita em grupos formados pelas faixas de atraso.

Para a carteira de crédito Empresas (segmento Middle) utiliza-se os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*:

Amostra: foram selecionadas todas as operações que se enquadravam em pelo menos um dos seguintes critérios:

- Clientes com rating julgamental atribuído "D" ou pior (de acordo com a política interna de atribuição de rating)
- Clientes com pelo menos uma operação com atraso superior a 60 dias
- Clientes em situação especial. (Ex.) recuperação judicial

Valor de Recuperação: Mensurado com base nos critérios estabelecidos a seguir:

- Operações adimplentes, porém com evidência de perdas por *impairment*: Aplicou-se um percentual de desconto de até 10% sobre o saldo devedor da operação como expectativa de perda por *impairment*.
- Para operações inadimplentes com evidência de perdas por *impairment* realizou-se as seguintes análises:
 - a) Valor residual de recuperação em eventual venda do crédito como "non-performing" ou via execução judicial estabelecido entre 3% a 5% do saldo devedor da operação.
 - b) Valor estimado a ser auferido em execução das garantias da operação. Este valor leva em consideração as condições estimadas de uma execução e o conceito utilizado na referência de preços definida: Tabelas FIPE e Molicar para automóveis, avaliação de empresa de renome para imóveis, preços de mercado no local de armazenagem para commodities entre outros.

Para o restante da carteira de crédito aplicou-se percentual de 1% sobre o saldo devedor das operações para mensuração da perda por *impairment* das perdas incorridas, porém ainda não conhecidas.

Notas Explicativas

Prazo de Recuperação: prazo estimado para efetiva realização do Valor de Recuperação.

Valor Presente Estimado de Recuperação: Cálculo trazendo o Valor de Recuperação a valor presente utilizando a taxa da operação e o Prazo de Recuperação.

7.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez se caracteriza como a incapacidade, por parte do banco, de liquidar suas obrigações financeiras por causa do descasamento entre os recebimentos dos ativos e os pagamentos dos passivos e outras obrigações. Dessa forma, é de extrema importância a gestão de recursos de curto e longo prazo, visando o equilíbrio do caixa através de ferramentas e política de gestão de risco de liquidez, como análise de GAP e planos de contingência.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez do Banco visa estruturar as necessidades de caixa de acordo com os fluxos de recebimentos e pagamentos previstos, no curto e longo prazo. Dessa forma, a área de risco de liquidez deve assegurar que o Banco terá a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas ou caracterizar situações que coloquem em evidência negativa sua reputação ou imagem.

A estratégia da tesouraria dá ênfase ao risco liquidez a partir da manutenção de uma carteira de ativos líquidos, na sua maioria composto de títulos públicos, empréstimos e adiantamentos para bancos e outros créditos interbancários. Para assegurar sua liquidez em momentos de estresse, o Banco também mantém relacionamento constante com seus controladores e o mercado por meio de instrumentos de captação no interbancário.

O Banco possui um Comitê de Ativos e Passivos (Asset and Liability Management ALM) responsável por aprovar limites de liquidez, como caixa mínimo, e a área de risco elabora relatórios diários com informações da situação de liquidez da Instituição.

ii. Exposição ao risco de liquidez

A área de riscos de mercado/liquidez gera e analisa, diariamente, o fluxo de caixa projetado da instituição em um horizonte de 90 dias. O relatório com a previsão do caixa é enviado diariamente para a mesa de operações e as Diretorias Financeira e de Controladoria, Riscos e Compliance.

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

Notas Explicativas

	2011 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	97.173	113.312	30.674	62.423	225.084	627.147	6.411.640	7.567.463
Depósitos de instituições financeiras	-	1.500.097	568.036	38.421	1.080.595	2.746	195.673	3.385.569
Total de depósitos	97.173	1.613.409	598.710	100.844	1.305.679	629.893	6.607.313	10.953.021
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	15.197	-	13.400	424.867	794.158	1.247.623
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	21.766	42.192	2.383.211	2.447.168
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	91	-	-	557	44.378	45.026
Relações com correspondentes	312.426	-	-	-	-	-	-	312.426
FIDC	-	42.084	42.419	40.732	119.333	215.213	655.504	1.115.286
Cessão de crédito com coobrigações	-	102.019	93.686	96.545	272.032	518.646	1.840.712	2.923.640
Total	409.599	1.757.512	750.103	238.121	1.732.210	1.831.368	12.325.276	19.044.190

	2010 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	43.234	270.783	236.581	163.632	669.436	1.538.571	3.371.500	6.293.737
Depósitos de instituições financeiras	-	90.018	174.357	186.391	402.108	144.927	129.975	1.127.776
Total de depósitos	43.234	360.801	410.938	350.023	1.071.544	1.683.498	3.501.475	7.421.513
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	13.740	-	-	11.658	25.397	965.932	1.016.727
Dívidas subordinadas	-	11.450	35.390	-	-	46.839	1.756.997	1.850.676
Relações com correspondentes	1.594.853	-	-	-	-	-	-	1.594.853
FIDC	-	30.776	26.174	30.051	96.463	173.218	491.047	847.729
Cessão de crédito com coobrigações	-	2.395	3.346	7.541	40.238	96.922	4.156.689	4.307.131
Total	1.638.087	419.162	475.848	387.615	1.219.903	2.025.874	10.872.140	17.038.629

(*) Os depósitos de clientes referem-se basicamente a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros, à exceção de derivativos financeiros com base no primeiro vencimento contratual (valor futuro). Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Para o fluxo dos valores a pagar com base no valor presente dos passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

A gestão do risco de mercado visa manter as exposições a essa categoria de risco dentro dos limites estabelecidos e otimizar a relação risco x retorno das operações.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A maior instância de decisão sobre gerenciamento de riscos no Banco é a Diretoria, incluindo, entre outras, as Diretorias de Tesouraria, Captação e Seguros e a Diretoria de Controladoria e Compliance. Ainda ligados ao gerenciamento de riscos financeiros, há o Comitê de Gerenciamento de Ativos e Passivos, que, tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos. A aprovação de modelos e outras deliberações qualitativas e quantitativas são efetuadas no Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital. O monitoramento do risco de mercado abrange as exposições de todas as empresas do Grupo Panamericano.

A Política de Gestão do Risco de Mercado do Panamericano define a estrutura, os objetivos, os limites, os procedimentos e controles usados no gerenciamento do risco de mercado. Além disso, cabe a área de riscos reavaliar periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao seu contínuo aperfeiçoamento. Dessa forma, as principais diretrizes da política são:

- Avaliar as operações pelo valor de mercado diariamente, abrangendo todas as operações da carteira de negociação; marcar a mercado as operações da carteira banking no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços;
- Mensurar e reportar o risco de mercado das posições da instituição com a utilização de metodologias VaR, Testes de Estresse e outras do BACEN;
- Propor, acompanhar e reportar os limites para exposição ao risco de mercado das carteiras de negociação e banking;
- Monitorar os critérios para classificação das operações em carteiras de negociação e banking;
- Propor e manter as políticas, normas e manuais corporativos pertinentes;
- Acompanhar a efetividade dos derivativos financeiros utilizados na mitigação de risco de mercado;
- Monitorar diariamente a exposição cambial do Banco;
- Apurar e encaminhar ao BACEN informações regulatórias pertinentes (DDR, DRM, DRL e DLO).

Notas Explicativas

ii. Classificação das operações

O Banco divide sua exposição a risco de mercado entre carteiras trading e banking. A unidade responsável pelo risco corporativo monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias detidas com o propósito de serem vendidas ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações de sua negociabilidade.

Os instrumentos financeiros classificados na carteira trading deverão possuir estratégias de negociação e hedge documentadas e estarão sujeitos aos limites definidos na Política de Limites de Exposição aos Riscos de Mercado e de Liquidez.

A política de classificação das operações sofreu alteração em julho de 2011, onde houve reclassificações para a carteira banking de instrumentos mantidos sem caráter de negociação que estavam compondo a carteira trading, em especial carteiras de crédito. Essas reclassificações reduziram substancialmente o risco dessa carteira, aumentando em contrapartida a exposição de risco da carteira banking.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

De forma geral, todos os instrumentos financeiros não classificados na Carteira de Negociação serão classificados como Carteira Banking.

Consiste nas operações de crédito, os instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento, e os derivativos destinados a hedge de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

iii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto pela metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.361/07, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais. Ambos são baseados na abordagem paramétrica, com base na metodologia Exponential Weighted Moving Average (EWMA) e a um nível de confiança de 99%. Entretanto, enquanto a primeira utiliza parâmetros de decaimento e correlação definidos pelo órgão regulador, a abordagem interna utiliza um parâmetro de decaimento fixo e matriz de correlação histórica. O período de manutenção (holding period) para as diferentes abordagens é de 10 dias.

Notas Explicativas

No encerramento de 2011, o Banco detinha na carteira de negociação apenas exposições a risco de taxa de juros prefixada e a risco de ações. Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	2011	2010	Δ%
VaR prefixados	5	21.956	-99,98%
Média 60 dias	60	38.977	-99,85%
Multiplicador	1,36	1,00	36,00%
Exigência Capital - risco pré	81	38.977	-99,79%
Risco de ações - Pacs	1.753	-	-

Durante o período, os valores tiveram grande amplitude, devido ao reposicionamento de carteira, conforme comentado anteriormente e à volatilidade dos próprios parâmetros informados pelo Banco Central para o cálculo regulamentar:

	2011			2010		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	7.315	25.210	-	30.698	62.029	15.235
Média 60 dias	11.488	38.804	8	29.156	42.455	20.093
Multiplicador	1,88	3,00	1,00	2,10	3,00	1,00
Exigência Capital - risco pré	22.336	45.355	9	58.285	70.710	38.977
Risco de ações - Pacs	3.924	5.573	1.344	-	-	-

Pela metodologia interna, o VaR de 10 dias sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	2011	2010	Δ%
VaR prefixados	8	20.728	-99,96%
VaR ações	1.153	-	-
VaR sem efeito diversificação	1.161	20.728	-94,40%
VaR com efeito diversificação (1)	1.152	17.627	-93,46%

(1) Efeito diversificação entre os fatores de risco e vértices.

Observa-se no quadro a seguir o efeito da revisão da política de classificação das operações citadas acima, com substancial diminuição do VaR:

	2011		
	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	9.293	24.466	4
VaR ações	2.187	5.369	1.153
VaR sem efeito diversificação	11.298	29.835	1.161
VaR com efeito diversificação	8.824	22.658	1.152

Notas Explicativas

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para medir os riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia (ou 10 dias) presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira trading, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados o CVaR, para o mesmo horizonte do VaR (10 dias), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

	2011	2010	Δ%
CVaR	1.320	20.195	-93,46%
Teste Estresse Histórico	1.248	54.898	-97,73%

O Conditional VaR, também conhecido como Expected Shortfall estima a perda esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do subprime).

Notas Explicativas

	2011		
	Média	Máximo	Mínimo
CVaR	10.908	25.958	1.320
Teste Estresse Histórico	23.226	58.493	1.071

As variações nos valores de CVaR e do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna), sendo decorrentes também das reclassificações de instrumentos para a carteira banking ocorridas em julho de 2011.

iv. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

O risco de taxa de juros da carteira banking é acompanhado pela parcela de capital para risco de taxa de juros da carteira banking - Rban. A metodologia de cálculo dessa medida foi alterada em julho de 2011 e é dada pela perda de valor de mercado que essa carteira sofreria, caso ocorressem choques nas curvas de mercado. São testados dois cenários, simulando variações nas taxas em ambas direções (alta e baixa), sendo a Rban dada pela pior perda entre os dois. Os choques aplicados são baseados em histórico de retornos anuais das curvas.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de período para os fatores de risco de taxa de juros da carteira banking:

Rban	2011	2010	Δ%
Prefixados	132.757	24.150	449,72%
Cupom de Moedas	436	26.049	-98,32%
Cupom de Índice de Preços	9.646	25.222	-61,76%
Rban Carteira	142.839	75.422	89,39%

Rban	2011			2010		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	57.674	132.757	27.444	25.334	33.386	15.963
Cupom de Moedas	10.396	21.518	436	17.368	45.333	4.477
Cupom de Índice de Preços	17.690	30.273	5.412	18.428	25.421	10.042
Rban Carteira	85.760	142.839	43.508	61.129	97.679	31.616

A variação nos valores de Rban foram devidos à alteração na metodologia utilizada para o seu cálculo. Até junho de 2011 a Rban era calculada com base na metodologia padrão estabelecida pelo BACEN para a carteira de negociação (VaR de 10 dias). A abordagem atual é baseada na aplicação de choques nas curvas de mercado e reprecificação da carteira, com base em histórico de retornos anuais dos fatores de risco de taxa de juros.

Notas Explicativas

Para os instrumentos prefixados, a variação se deu também em razão da reclassificação de carteiras de crédito que estavam classificadas como trading, aumentando o valor de exposição a risco de taxa prefixada.

Caso não tivesse sido alterada, a Rban em 31 de dezembro de 2011 seria:

Rban	Metodologia Atual	Met. Anterior (VaR 10 dias)	Δ%
Prefixados	132.757	115.963	14,48%
Cupom de Moedas	436	22.530	-98,06%
Cupom de Índice de Preços	9.646	19.837	-51,38%
Rban Carteira	142.839	158.329	-9,78%

O gerenciamento e risco da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a vários cenários de taxas de juros. A análise de sensibilidade demonstra o impacto na carteira global do Banco (trading e banking) de mudanças nas taxas de juros e no câmbio. Os cenários, com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA) de 29 de dezembro de 2011, são:

- **Cenário 1 (Provável):** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,8570.
- **Cenário 2 (Possível):** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,6882; e
- **Cenário 3 (Remoto):** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,4069.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Pré Fixadas	(2.494)	(740.940)	(1.642.866)
Moeda Estrangeira	Taxa de câmbio R\$/US\$	(67)	(671)	(1.677)
Cupom Cambial	Taxas dos Cupom Dólar	(6)	(506)	(1.026)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de cupom de Índice de Preços	(71)	(8.880)	(18.193)
Total 2011		(2.638)	(750.997)	(1.663.762)
Total 2010		(1.473)	(226.686)	(431.783)

As posições gerais de risco de taxas de juros da carteira de operações não classificadas na carteira de negociação são administradas pela Tesouraria, que utiliza títulos de investimentos e instrumentos derivativos para gerenciar a posição geral decorrente das atividades que não envolvem negociações.

Notas Explicativas

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período findo 31 de dezembro de 2010.

Ativos – Dólar	2011	2010
Operações de Crédito (ACC/CCE)	111.377	-
Total Ativos	111.377	-
Passivos – Dólar		
Dívida subordinada	949.274	1.051.992
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	925.349	849.079
Total Passivos	1.874.623	1.901.071

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	2011	2010	2011	2010
<u>Ativos - Dólar</u>				
“Swap”	1.717.875	1.909.963	2.314.605	1.956.618
DDI –(Cupom Cambial)	52.090	-	(76)	-
Total Ativos	1.769.965	1.909.963	2.314.529	1.956.618
<u>Passivos – Dólar</u>				
“Swap”	6.000	-	6.617	-
DDI –(Cupom Cambial)	102.450	-	436	-
Dolar	55.381	-	91	-
Total Passivos	163.831	-	7.144	-

7.2.4 Risco operacional

O Banco controla permanentemente seus Riscos Operacionais implementando medidas que permitam a adequada identificação, mensuração e controle dos riscos incorridos, incluindo mudanças nos processos, investimentos em equipamentos e instalações, além do treinamento do pessoal operacional e de apoio.

A gestão do Risco Operacional envolve:

- Análise de riscos - Visando identificar e quantificar os níveis de exposição aos riscos operacionais nas negociações, investimentos e operações de risco da instituição, incluindo os riscos ambientais e de segurança de trabalho;
- Avaliação da qualidade dos controles existentes para a mitigação de riscos;
- A realização de testes para avaliação da efetividade dos controles internos;
- Implementação de medidas e ações preventivas para redução das chances de sinistros e de suas perdas potenciais; e

Notas Explicativas

- Monitoramento de riscos - programa de monitoramento contínuo de riscos potenciais no ambiente operacional.

i. Políticas e estratégias da gestão de risco operacional

As unidades de Compliance, Controles Internos e Risco Operacional são responsáveis pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e reporte do Risco Operacional.

O adequado funcionamento da estrutura de gerenciamento de Risco Operacional é condição básica para que a Instituição avance no desenvolvimento do ambiente de Controles Internos e Risco Operacional, adequando-os à complexidade e às características de suas operações.

ii. Processo de gerenciamento do risco operacional

Os riscos operacionais relacionam-se às perdas esperadas e/ou inesperadas da instituição, em virtude da possibilidade de ocorrência de falhas ou inadequações em seus sistemas, práticas e medidas de controle serem incapazes de resistir a erros humanos, à infraestrutura de apoio danificada, a falha de modelagem, de serviços ou de produtos, e as mudanças no ambiente externo.

Alinhadas as exigências da Resolução 3380/06 do BACEN, o Panamericano classifica como Risco Operacional os seguintes eventos:

- Fraude interna: perdas decorrentes de ação de má-fé por funcionário, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes ao Banco;
- Fraude externa: perdas decorrentes de ação de má-fé praticada por terceiros, por meio de adulteração falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar de valores pertencentes ao Banco ou sob sua responsabilidade;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho: perdas decorrentes de atos inconsistentes com contratos ou leis trabalhistas, de saúde ou segurança, do pagamento de reclamações por lesões corporais, ou de diversidade/eventos discriminatórios;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços: perdas decorrentes da violação de acordos contratuais e leis, ou qualquer falha no cumprimento de obrigação profissional no relacionamento com os clientes;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição: perdas decorrentes de danos a ativos físicos ocasionados por desastres naturais, mau uso ou outros acontecimentos;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição: perdas decorrentes de uma falha não-intencional ou negligente para cumprir uma obrigação profissional para com clientes específicos, relacionadas ao meio ambiente ou ao produto;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação: perdas decorrentes de falhas no processamento das informações (dados), no desenvolvimento ou na implantação de aplicativos, na rede de telecomunicações ou ainda, problemas decorrentes de hardware ou software corporativos;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição: perdas decorrentes de administração de processo ou processamento de transação com problemas, de utilização dos recursos tecnológicos.

Notas Explicativas

iii. Gerenciamento do capital

A gestão de capital visa assegurar o atendimento às exigências legais e garantir que a estrutura de capital se mantenha compatível com o perfil de atuação do Banco, os riscos advindos de suas posições e sua visão de futuro.

O Banco deve possuir capital suficiente para suportar o risco incorrido em suas operações. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções 3.490/07 e 3.444/07 CMN.

O Patrimônio de Referência do Grupo é composto de dois níveis:

- O capital Nível I, que inclui o capital dos acionistas (detentores de ações ordinárias e preferenciais), Reservas (capital e lucros), lucros acumulados, recursos de acionistas, adequações referentes ao preço de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários classificados como "Disponíveis para Venda", ágios pagos em investimentos, ativos intangíveis, e ajustes exigidos pelas entidades regulatórias (Excesso de Crédito Tributário);
- O capital de Nível II, que inclui classificação de passivos subordinados, provisões para perdas *impairments* coletivos e o elemento de reserva de valor justo relacionado aos ganhos não realizados em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda.

Vários limites são aplicados aos elementos da base de capital. O valor dos instrumentos e dívida de nível I não pode ultrapassar 15% do capital total do nível I; o capital de nível II elegível não pode ultrapassar o capital de nível I; o capital subordinado de empréstimo a prazo elegível não poderá superar 50% do capital de nível I. Também existem restrições sobre o valor das provisões coletivas de perdas por *impairment* que podem ser incluídas como parte do capital de nível II.

Outras deduções de capital incluem os valores contábeis dos investimentos em subsidiárias que não podem ser incluídos na consolidação reguladora, investimentos em capital de bancos e outros determinados itens reguladores.

Patrimônio de Referência ⁽¹⁾

	Valor	Valor
	2011	2010
Patrimônio de Referência – PR	1.127.383	(868.163)
Nível I	751.612	(721.140)
(+) Patrimônio líquido	1.399.982	207.847
(+) Recursos de acionistas	629.631	-
(-) Ativo permanente	(1.433)	(1.906)
(-) Marcação a mercado (TVM)	34	(5)
(-) Excesso crédito tributário	(1.276.602)	(927.076)
Nível II	375.772	-
(+) Instrum. dívidas subordinadas	961.796	1.066.032
(-) Excesso de instr. dívidas subordinadas	(585.990)	(1.066.032)
(+) Marcação a mercado (TVM)	(34)	5
(-) Excesso de Capital Nível II em Relação a I	-	(5)

Notas Explicativas

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ⁽¹⁾

A composição do Patrimônio de Referência Exigido é apresentada a seguir:

	Valor	
	2011	2010
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	1.217.775	1.726.324
Risco de Crédito - PEPR	1.066.733	1.338.780
Risco de Mercado	1.834	38.977
PJUR1 (taxa juros)	81	38.977
PACS (ações)	1.753	0
Risco Operacional - POPR	149.208	348.567
T -3	119.200	307.984
T -2	190.359	316.166
T -1	138.062	421.551
Banking Book/Risco de Mercado - RBAN	142.839	75.421

Índice de Basileia ⁽¹⁾

A evolução do Índice de Basileia é apresentada a seguir:

	Valor	
	2011	2010
Índice da Basileia (%)	10,18%	-5,53%
F	0,11	0,11
PR	1.127.383	(868.163)
PEPR	1.066.733	1.338.780
PJUR/PACS	1.834	38.977
POPR	149.208	348.567

O Índice de Basileia atingiu 10,18% em 31 de dezembro de 2011, ante -5,53% em 31 de dezembro de 2010, sendo que o Banco apresentou um plano para fortalecimento de sua estrutura de capital, aprovado pelo BACEN nos termos da Resolução CMN nº 4.019/11. O Patrimônio de Referência – PR atingiu R\$1.127.383, contra um PR negativo de R\$868.163 no encerramento do exercício anterior. Conforme a Resolução supracitada, o Patrimônio de Referência de 31 de dezembro de 2011 considera os valores recebidos de acionistas, no montante de R\$ 620.000 efetuados em 9 de novembro de 2011, classificados em “outros passivos”.

⁽¹⁾ Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Notas Explicativas

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas consideradas elegíveis a compor o Patrimônio de Referência Nível II são limitadas a 50% do Nível I e têm sua elegibilidade reduzida em função do prazo a decorrer, conforme Resolução CMN 3.444/07. Segue abaixo a composição da conta Instrumentos de Dívidas Subordinadas, em dólares americanos:

Instrumentos Financeiros – PR	Vencimento	Taxa de Juros (% a.a. – 360 simples)	Periodicidade Juros (meses)	US\$ Notional
Nível II Dívidas subordinadas – Emissão externa	23/04/2020	8,50	6	500.000

7.2.5 Gerenciamento de riscos financeiros e de seguros

As principais atividades da controlada Panamericana de Seguros nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas) e de Danos Pessoais (DPVAT):

- Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida Individual e Empresarial, Acidentes Pessoais, Rendas e Eventos Aleatórios (Desemprego), Prestamistas (protegem contra inadimplência em financiamentos) e Vida em Grupo.
- Danos Pessoais atua especialmente no consórcio do DPVAT.

Atualmente a controlada Panamericana de Seguros possui 30 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas áreas comercial, de sinistros, técnica – operacional, controladoria, finanças e contabilidade. Adicionalmente, utiliza a estrutura administrativa e operacional do Grupo Financeiro Panamericano.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da controlada Panamericana de Seguros.

Por essa razão, a Administração busca contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados pela rede do Banco Panamericano em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o de maior concentração dos negócios. A controlada Panamericana de Seguros oferece, também, aos seus clientes produtos que complementam outros produtos de consumo financeiro do Grupo Panamericano, como seguros prestamista.

A controlada Panamericana de Seguros subscreve contratos de seguro, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou cosseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cedidos.

A Política de repasse de riscos é definida tecnicamente e atuarialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios na sinistralidade.

Notas Explicativas

As operações de seguros envolvem, por parte da controlada Panamericana de Seguros, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a controlada Panamericana de Seguros está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na controlada Panamericana de Seguros, visa estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, riscos de preço e risco regulatório.

As atividades da controlada Panamericana de Seguros estão em sinergia com as operações do controlador o Banco Panamericano S/A. Os prêmios relativos aos seguros são recebidos em uma única parcela.

Os principais produtos comercializados são:

Rendas de eventos aleatórios: a controlada Panamericana de Seguros oferece a garantia de minimizar o risco de crédito junto ao Estipulante do saldo devedor de uma operação de crédito existente na data do sinistro, devidamente vinculado ao presente seguro, observado o valor máximo previsto em cláusula específica de condições, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas Condições Gerais e Especiais da Apólice.

Acidentes Pessoais Coletivo: a controlada Panamericana de Seguros oferece a garantia do pagamento de um Capital Segurado ao Segurado ou a seu (s) Beneficiário (s), na hipótese de ocorrência de Eventos Cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as Condições Gerais, Especiais, e o Termo de Adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, Invalidez Permanente Total ou Parcial e Assistência Funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Política de Gerenciamento de Risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos Riscos de Seguros, Crédito, Liquidez, Mercado e Capital fazem parte da rotina de Gerenciamento de Riscos da estruturas da controlada Panamericana de Seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e distribuídos em todo território Nacional pela rede do Banco Panamericano.

Notas Explicativas

b) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a controlada Panamericana de Seguros, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Todos os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da controlada Panamericana de Seguros. Cada risco e controle monitorados pela equipe da controlada Panamericana de Seguros trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista. As maiores concentrações são nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Não há a pretensão de operar mais com seguros de vida oriundo de licitações o que reduzirá a frequência de seguros na região nordeste. Por outro lado, futuramente, a controlada Panamericana de Seguros irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da controlada Panamericana de Seguros é atuar mais diretamente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

c) Estratégia de Subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da controlada Panamericana de Seguros no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimação das provisões.

A subscrição é fundamental para que a controlada Panamericana de Seguros seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter um lucro operacional

A política de aceitação do seguro de pessoas da controlada Panamericana de Seguros é determinada em função da classificação dos riscos:

- a) Riscos Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;
- b) Riscos Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e

Notas Explicativas

c) Riscos Inaceitáveis/Inseguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos à possíveis fraudes.

Na controlada Panamericana de Seguros, o risco de subscrição é avaliado por:

(i) Etapas

- Desenvolvimento do produto e precificação, adequada a realidade do mercado com base na tábua de mortalidade pré definida;
- Formas de comercialização;
- Análise de aceitação da proposta; e
- Procedimentos e comportamento da sinistralidade.

(ii) Área técnica, operacional e atuarial

- Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites técnicos por apólice e carteira;
- Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos inaceitáveis/inseguráveis; e
- Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da controlada Panamericana de Seguros adota os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

- Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;
- Políticas e Controles Internos;
- Estrutura Organizacional;
- Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados;
- Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;
- Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;
- Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;
- Sistema de informações gerenciais – análises de carteiras; e
- Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento

O monitoramento do risco de subscrição é realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os sub-riscos inerentes à operação, como por exemplo:

- Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provisões técnicas em relação a seu valor esperado até a liquidação de todos os sinistros;

Notas Explicativas

- Risco de Insuficiência de Prêmios (Seguros Não-Vida): Risco em que o prêmio de competência do período de análise de solvência, não seja suficiente para indenizar os sinistros que ocorrerão durante o período de análise acrescidos dos custos de gestão de sinistros; e
- Risco de Subscrição de Vida: Os riscos de mortalidade e de invalidez e refletem a incerteza sobre a suficiência de provisões técnicas nessas modalidades.

De forma geral, no julgamento da Administração, a controlada Panamericana de Seguros adota uma Política de Aceitação de Riscos, abrangendo os seus produtos desenvolvidos e comercializados junto ao mercado, levando em consideração as etapas, considerações e variáveis mencionados anteriormente.

d) Estratégia de resseguro

Essa política visa proteger a carteira da controlada Panamericana de Seguros, além de oferecer uma garantia aos acionistas de possíveis desvios na sinistralidade.

A política de resseguros é revisada periodicamente pela controlada Panamericana de Seguros, incluindo os riscos a ressegurar, lista de resseguradores e grau de concentração.

Atualmente, a controlada Panamericana de Seguros possui um contrato de resseguro proporcional de excedente de Responsabilidade com o IRB Brasil Resseguros S.A. para proteção de sua carteira, e o volume de operações com resseguradores nos exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período findo em 31 de dezembro de 2010, não foi representativo considerando o cenário atual da controlada Panamericana de Seguros.

e) Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

Notas Explicativas

PROVISÕES E PAGAMENTOS – BRUTO DE RESSEGURO								
Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	
- No final do ano do aviso	8.840	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	
- Um ano após o aviso	5.405	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409		
- Dois anos após o aviso	5.528	18.857	28.657	25.310	22.412			
- Três anos após o aviso	6.093	18.867	28.437	25.301				
- Quatro anos após o aviso	6.066	18.694	28.647					
- Cinco anos após o aviso	6.064	18.701						
- Seis anos após o aviso	6.092							
Estimativa corrente	6.092	18.701	28.647	25.301	22.412	19.409	23.086	143.648
Pagamentos acumulados até a data base	6.017	18.459	28.396	24.780	21.727	18.542	19.536	137.457
Passivo reconhecido no balanço	75	242	252	520	685	867	3.550	6.191
Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro/2005								191
Passivo relacionado à DPVAT								19.528
Passivo relacionado à retrocessão								15
Total do passivo incluso no balanço								25.925

Notas Explicativas

PROVISÕES E PAGAMENTOS – LÍQUIDO DE RESSEGURO								
Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	
- No final do ano do aviso	8.840	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	
- Um ano após o aviso	5.405	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409		
- Dois anos após o aviso	5.528	18.857	28.657	25.310	22.412			
- Três anos após o aviso	6.093	18.867	28.437	25.301				
- Quatro anos após o aviso	6.066	18.694	28.647					
- Cinco anos após o aviso	6.064	18.701						
- Seis anos após o aviso	6.092							
Estimativa corrente	6.092	18.701	28.647	25.301	22.412	19.409	23.086	143.648
Pagamentos acumulados até a data base	6.017	18.459	28.396	24.780	21.727	18.542	19.536	137.457
Passivo reconhecido no balanço	75	242	252	520	685	867	3.550	6.191
Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro/2005								191
Passivo relacionado à DPVAT								19.528
Passivo relacionado à retrocessão								15
Total do passivo incluso no balanço								25.925

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em cada exercício estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

Notas Explicativas

f) Análise de sensibilidade

Conforme estabelecido no IAFRS 4 (CPC 11), a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Isto posto, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros, sinistralidade e inflação, sendo os impactos demonstrados abaixo:

Premissas Atuariais	Passivo ⁽⁷⁾	Ativo ⁽⁸⁾	Valor	Impacto no Resultado (%)
Aumento de 5,0% na sinistralidade, aplicado ao Fluxo do TAP (1)	3.496	17	3.479	-9,74%
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada ao Fluxo do TAP (2)	(3.409)	(17)	(3.392)	9,50%
Aumento de 0,5% na Taxa de Juros, aplicado ao Fluxo do TAP (3)	(459)	(2)	(457)	1,28%
Redução de 0,5% na Taxa de Juros, aplicada ao Fluxo do TAP (4)	471	2	469	-1,31%
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5)	3.304	-	157	-0,44%
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6)	2.990	-	(157)	0,44%

Observações:

(1) Aumento de 5,0% (cinco por cento) na taxa de sinistralidade considerada no Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(2) Redução de 5,0% (cinco por cento) na taxa de sinistralidade considerada no Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(3) Aumento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) na taxa de juros aplicada para descontar os valores estimados no Fluxo de Caixa do Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(4) Redução de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) na taxa de juros aplicada para descontar os valores estimados no Fluxo de Caixa do Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(5) Aumento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada na data base, e mantendo as demais variáveis.

(6) Redução de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada na data base, e mantendo as demais variáveis.

(7) Valores que deverão ser adicionados ao passivo da controlada Panamericana de Seguros, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(8) Valores que deverão ser adicionados ao ativo da controlada Panamericana de Seguros, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

Acrescentamos, ainda, que as variáveis de índice de conversibilidade e excedente financeiro não são aplicáveis aos riscos operacionalizados pela controlada Panamericana de Seguros e, por esta razão, não foram consideradas na análise de sensibilidade demonstrada acima, e que foram excluídas, ainda, as operações do ramo DPVAT.

g) Risco financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da controlada Panamericana de Seguros insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo Panamericano, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco em conjunto com a controlada Panamericana de Seguros e sua controlada a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente.

Notas Explicativas

Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da controlada Panamericana de Seguros e sua controlada, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, conseqüentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN no 3.358/06, conforme demonstrado abaixo.

h) Faixa de alocação de recursos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Ativos financeiros	2011	Limite (*)	2010	Limite (*)	01/01/2010	Limite (*)
Renda fixa - títulos públicos	86,33	100%	84,30	100%	26,00	100%
Renda fixa - títulos privados	1,19	80%	5,38	80%	72,77	80%
Fundos de investimento	12,48	80%	10,32	80%	1,23	80%

(*) Enquadrado na Resolução nº 3.358/06 do Conselho Monetário Nacional.

A definição da alocação de recursos nas faixas acima definidas é feita com base nas expectativas de valorização de cada segmento de ativos, baseados no cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo objetivando atender as metas atuariais. Como os títulos públicos federais são papéis de liquidez imediata, não há definição de prazos ou limites máximos de alocação. No caso dos títulos privados, o prazo máximo é limitado a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de aplicações é de R\$ 233.703 (2010 - R\$ 249.976). Do total aplicado em títulos de renda fixa, R\$ 108.626 (2010 - R\$ 122.591) estão vinculados junto ao Órgão regulador das Seguradoras como recursos garantidores das provisões técnicas.

São representadas por aplicações financeiras, classificadas no nível 1 as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com vencimento até setembro de 2015, indexadas a 100% da SELIC, e Quotas de Fundos de Renda Fixa, representando do total da carteira 86,38% e 13,61%, respectivamente.

i) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de ativos financeiros detidos pela controlada Panamericana de Seguros. O montante das posições detidas pode sofrer variações em função da volatilidade de preços e de taxas de juros, as quais alteram o valor de mercado dos títulos que a controlada Panamericana de Seguros tenha posição.

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco Panamericano, por meio de metodologias aderentes as exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política da controlada Panamericana de Seguros, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validados pelos acionistas.

j) Análise de sensibilidade dos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado

A controlada Panamericana de Seguros, como controlada do Banco Panamericano, adota o mesmo critério de mensuração do Risco de Mercado de seu acionista majoritário.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a controlada Panamericana de Seguros não possuía diretamente exposição em instrumentos financeiros atrelados a taxa de juros (prefixadas, cupons de moeda, cupons de índice e cupons de taxas), variação cambial, ações ou commodities. As aplicações financeiras foram alocadas em títulos públicos federais com remuneração pós-fixada (SELIC), conseqüentemente o Risco de Mercado da Seguradora foi reduzido.

Além destas exposições, a controlada Panamericana de Seguros possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos no montante de R\$ 29.179 (2010 - R\$ 25.793). Considerando-se a

Notas Explicativas

participação da controlada Panamericana de Seguros em cada fundo e de forma consolidada, a controlada Panamericana de Seguros também não apresentou exposição relevante aos fatores de Risco de Mercado (74,1% em SELIC, 15,2% em CDI, 7,0% em exposição prefixada e 3,7% em cupom de IPCA).

k) Risco de crédito

A controlada Panamericana de Seguros e sua controlada possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros, o critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada para a sua atividade.

O saldo de contas a receber, está distribuído em diversos clientes aonde a concentração principal de risco de crédito para um único cliente, é representada por prêmios emitidos contra as empresas do conglomerado Panamericano.

A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

l) Estimativa ao valor justo

Ativos	2011	2010	01/01/2010
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	Nível 1	Nível 1	Nível 1
Títulos para negociação	29.179	25.793	2.376
Ativos financeiros disponíveis para venda	185.250	206.104	178.498
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	19.274	18.079	12.656
Total	233.703	249.976	193.530

Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

m) Exposição ao risco de crédito

	2011	Redução ao valor recuperável	2010	Redução ao valor recuperável	01/01/2010
Instrumentos de dívida	233.703	-	249.976	-	193.530
Empréstimos e recebíveis	19.368	-	23.413	(7.409)	
Exposição máxima ao risco de crédito	253.071	-	273.689	(7.409)	193.530

n) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da controlada Panamericana de Seguros e sua controlada tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. A controlada Panamericana de Seguros tem como premissa, efetuar análises semanais no fluxo de caixa dos ativos garantidores das provisões técnicas, de forma a oferecer total equilíbrio entre o fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para isso, são aplicados também métodos atuarias para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Os investimentos financeiros são gerenciados pela controlada Panamericana de Seguros e sua controlada com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, a

Notas Explicativas

controlada Panamericana de Seguros utiliza estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas pela controlada Panamericana de Seguros para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas.

Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O balanceamento entre os vencimentos e volumes de ativos e passivos é monitorado pela administração da controlada Panamericana de Seguros em decorrência das características e comportamento de seus produtos e respectivos riscos atuariais.

A Administração da controlada Panamericana de Seguros e sua controladora gerencia o risco de liquidez utilizando as seguintes técnicas:

- Correspondendo as entradas de caixa com as expectativas de saídas de caixa utilizando projeções específicas de fluxo de caixa ou, mais genericamente, combinando o vencimento e volumes de ativos e passivos.
- Mantendo recursos em caixa.
- Investindo em títulos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que eles existem.
- Monitorando a concentração de investimentos e restringindo quando apropriado, por exemplo, dívidas emitidas ou emissores.

O risco de liquidez avalia as mudanças nos fluxos de caixa líquidos esperados sob uma série de cenários de stress designados para determinar o efeito da redução da expectativa de liquidez disponível e acelerando as saídas de caixa.

	2011		2010		01/01/2010	
	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%
Obrigações a pagar	8.945	90,08	10.041	85,54	5.884	77,21
Outras contas a pagar	770	7,75	747	6,36	677	8,88
Operações com resseguradoras	173	4,00	181	3,31	198	2,60
Corretores de seguros e resseguros	2	0,05	490	8,97	348	4,57
Outros débitos operacionais	1	0,02	192	3,51	409	5,37
Depósitos de terceiros.	39	0,90	87	1,59	105	1,37
Total	9.930	100,00	11.738	100,00	7.621	100,00

Notas Explicativas

o) Maturidade das provisões técnicas (sem DPVAT)

2011				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil
PPNG	18.914	30.158	-	49.072
PPNG-RVNE	10.482	-	-	10.482
PCP	267	-	-	267
IBNR	15.786	4.167	-	19.953
PBaR	96	287	-	383

2010				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil
PPNG	27.211	49.060	4.474	80.745
PPNG-RVNE	2.247	-	-	2.247
PCP	2.972	-	-	2.972
IBNR	8.823	-	-	8.823
PMBaC	86	-	-	86

p) Risco de capital

A controlada Panamericana de Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela controlada Panamericana de Seguros.

Em períodos anteriores, a controlada Panamericana de Seguros não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a controlada Panamericana de Seguros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

(i) Patrimônio líquido ajustado (PLA)

	2011	2010	01/01/2010
Patrimônio líquido	132.818	147.415	122.194
Participação em empresas controladas	(10.488)	(9.656)	(11.635)
Diferido	-	-	(120)
Patrimônio líquido ajustado	122.330	137.759	110.439

Notas Explicativas**(ii) Margem de solvência**

	2011	2010	01/01/2010
Patrimônio líquido ajustado	122.330	137.759	110.439
0,2 prêmio retido anual - últimos 12 meses (a)	19.688	31.864	21.750
0,33 sinistros retidos anuais médios - últimos 36 meses			14.251
(b)	16.325	15.167	
Margem de solvência (o maior valor entre (a) ou (b)) (c)	19.688	31.864	25.750
Suficiência	102.642	105.895	88.689

(iii) Capital mínimo requerido em 31 de Dezembro 2011

Capital Base	15.000
Capital adicional – Risco de subscrição	16.803
Capital adicional – Risco de crédito	8.356
Capital adicional Total	22.193
Capital mínimo requerido (CMR)	37.194
Margem de solvência	19.688
Capital mínimo requerido (CMR)	37.194
Patrimônio líquido ajustável (PLA)	117.436
Suficiência do PLA	80.241
Suficiência do PLA em relação ao CMR	215,74%

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades		
Disponibilidades em moeda nacional	25.600	9.054
Disponibilidades em moeda estrangeiras	216	168
Total de disponibilidades	25.816	9.222
Aplicação financeira – curto prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	10.216	379.037
Certificado de depósito bancário - CDB ⁽¹⁾	30.013	6.071
Fundos de renda fixa	5	1.103
Total	40.234	386.211
Total de caixa e equivalentes de caixa	66.050	395.433

(1) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias

Notas Explicativas

9 ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

a) Composição

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	19.128
Total	-	19.128
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	-	19.128
Total	-	19.128
Ações de empresas nacionais - principais emissores		
Cetip		9.679
Cielo	-	9.449
Total	-	19.128

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	19.128
Venda	(20.669)
Ajustes decorrentes de avaliação	1.541
Saldo no final do exercício	-

10 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

Notas Explicativas

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Mantidos para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	2011	2010	2011	2010
	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado
Instrumentos Derivativos				
Indexador:				
“Swap”				
- Diferencial a receber	8.249	8.727	119.410	-
- Diferencial a pagar	(435)	(452.913)	(21.454)	-
“Contratos futuros”				
- Posição ativa	528	-	-	-
- Posição passiva	(98)	-	-	-
Total líquido	8.244	(444.186)	97.956	-

(*) Os “Swaps” classificados como ao valor justo pe meio do resultado referem-se a operação de hedge contábil de valor justo apresentada na (nota explicativa 4-G)

Notas Explicativas

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo e, passivo segregados nas categorias: indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber e a pagar, e são negociadas em balcão ou mercados organizados, no caso de futuros.

Indexador:	2011								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Valor Contábil
“Swap”									
Posição ativa:	1.879.267	62	1.599	3.188	20.602	102.208	127.659	98.614	29.045
- CDI	13.000	-	-	7	8	106	121	(7)	128
- Prefixado	148.392	62	156	582	3.809	3.519	8.128	5.188	2.940
- Dólar	1.717.875	-	1.443	2.599	16.785	98.583	119.410	93.433	25.977
Posição passiva:	1.879.267	-	(89)	-	(516)	(21.284)	(21.889)	7.979	(29.868)
- Dólar	6.000	-	-	-	(435)	-	(435)	(209)	(226)
- CDI	1.866.267	-	(89)	-	(81)	(21.284)	(21.454)	8.188	(29.642)
- IGPM	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-
“Contratos futuros”									
Posição ativa:	274.988	528	-	-	-	-	528	528	-
- DDI – cupom cambial	154.540	437	-	-	-	-	437	437	-
- Dólar	55.380	91	-	-	-	-	91	91	-
- DI1 – taxa de juros	65.068	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	274.988	(98)	-	-	-	-	(98)	(98)	-
- DDI – cupom cambial	154.540	(77)	-	-	-	-	(77)	(77)	-
- Dólar	55.380	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1 – taxa de juros	65.068	(21)	-	-	-	-	(21)	(21)	-
Total a receber líquido		492	1.510	3.188	20.086	80.924	106.200	107.023	(823)

Indexador	2010							
	Valor de referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Mercado
Posição ativa:	2.157.585	116	226	287	3.821	4.277	8.727	8.727
Prefixado	247.622	116	226	287	3.821	3.729	8.179	8.179
Dólar	1.909.963	-	-	-	-	548	548	548
Posição passiva:	2.157.585	(13.376)	(1.247)	(3.306)	(235.330)	(199.654)	(452.913)	(452.913)
Prefixado	187.166	(13.376)	-	-	(231.427)	-	(244.803)	(244.803)
CDI	1.970.419	-	(1.247)	(3.306)	(3.903)	(199.654)	(208.110)	(208.110)
Total a pagar		(13.260)	(1.021)	(3.019)	(231.509)	(195.377)	(444.186)	(444.186)

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está assim composto:

	2011		
	Receita	Despesa	Líquido
“Swap” – ganhos/perdas não realizadas	630.320	(478.341)	151.979
“Contratos futuros” – ganhos/perdas realizadas	27.060	(29.274)	(2.214)
Total	657.380	(507.615)	149.765

Notas Explicativas

11 INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” nas demonstrações consolidadas da posição financeira é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.068.722	491.414
Ativos financeiros mantidos para negociação	71.699	30.905
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	766	15.670
Total	1.141.187	537.989
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	1.038.687	496.002
Cotas de fundos de investimento	72.465	31.624
Certificados de depósito bancário	30.035	10.363
Total	1.141.187	537.989

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	491.414
Adições (alienações) líquidas	481.558
Ajuste a valor de mercado	(56)
Juros	95.806
Saldo no final do exercício	1.068.722

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco não reconhece perda por redução do valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos para negociação” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	30.905
Adições (alienações) líquidas	35.392
Ajuste a valor de mercado	5.402
Saldo no final do exercício	71.699

Notas Explicativas

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	15.670
Adições (alienações) líquidas	(14.949)
Juros	45
Saldo no final do exercício	766

c) Abertura por prazo de vencimento

	2011	2010
Prazo:		
Sem vencimento	72.465	31.624
Até 360 dias	31.215	10.363
Acima de 360 dias	1.037.507	496.002
Total	1.141.187	537.989

12 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” é a seguinte:

a) Composição

	2011	2010
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	909.026	799.576
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras líquidos	909.026	799.576
Tipo:		
Operações compromissadas	639.461	210.769
Depósitos interfinanceiros	269.565	588.807
Total	909.026	799.576

b) Abertura por prazo de vencimento

Prazo	2011	2010
Até 30 dias	20.362	385.000
De 31 a 90 dias	27.308	25.668
De 91 a 180 dias	652.591	50.215
De 181 a 360 dias	89.034	175.303
Acima de 360 dias	119.731	163.390
Total	909.026	799.576

Notas Explicativas

13 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	10.926.809	13.564.064
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - nota 7.2.1 (d)	(1.241.395)	(1.211.333)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	9.685.414	12.352.731

b) Abertura

Apresentamos a seguir a composição dos “empréstimos e adiantamentos a clientes” por tipo de crédito:

	2011	2010
Tipo de crédito:		
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	6.927.632	7.173.272
Empréstimos em consignação	1.413.041	2.507.778
Arrendamento mercantil	688.797	1.088.045
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (*)	493.471	671.363
Renegociações	70.812	593.289
Títulos e créditos a receber(**)	472.239	546.848
Capital de giro	561.669	315.297
Conta garantida	21.206	310.482
Direitos creditórios adquiridos	75.610	256.720
Financiamento a titulares de cartões de crédito de terceiros (***)	-	67.383
Títulos descontados	8.140	20.241
Financiamento a exportação	98.835	-
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	78.400	-
Cheque especial	818	12.483
Outros	16.139	863
Total	10.926.809	13.564.064

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito administrados pela Panamericana Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

(**) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito com características de concessão de crédito.

(***) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de créditos de bandeiras Visa e Mastercard, administrados pelo Banco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*) - nota 7 no montante de R\$ 85.266 (sendo R\$ 78.243 de recuperação de crédito do Banco e R\$ 7.013 de recuperação de operação de arrendamento mercantil).

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 14.

Notas Explicativas

c) Por prazo de vencimento

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	807.184	7,39	1.037.981	7,65
A vencer				
Até 30 dias	951.433	8,71	1.054.047	7,77
De 31 a 60 dias	279.945	2,56	308.221	2,27
De 61 a 90 dias	289.884	2,65	306.834	2,26
De 91 a 180 dias	788.369	7,21	934.788	6,89
De 181 a 360 dias	1.616.767	14,80	1.380.270	10,18
Acima de 360 dias	6.193.227	56,68	8.541.923	62,98
Total	10.926.809	100,00	13.564.064	100,00

d) Cessões de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com FIDCs, conforme demonstra-se a seguir. Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos consignados e financiamentos de veículos.

	2011		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Com coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	485.872	401.752	84.120
Subtotal	485.872	401.752	84.120
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	4.945.741	4.161.424	784.317
Empréstimo em consignação	1.364.613	1.103.600	261.013
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.627	1.780
Subtotal	6.451.761	5.404.651	1.047.110
Total	6.937.633	5.806.403	1.131.230

- **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 2.082.661 (2010 - R\$ 3.327.390), no Banco, apurado pelo valor presente através das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 2.429.721 (2010 - R\$ 3.972.159), no Banco, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 166.116 (2010 - R\$ 118.430), no Banco, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "empréstimo e recebíveis"

O resultado com cessões de crédito com coobrigação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montou R\$ 84.120 e está registrado na rubrica "receita com juros e similares", referindo-se a contratos de financiamento de veículos.

Notas Explicativas

14 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (IMPAIRMENT) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS (NOTA 7)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a provisão para empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

	2011
Movimentação:	
Saldo no início exercício	(1.211.333)
Complemento de provisão	(1.168.626)
Saldo oriundo de créditos que retornaram para carteira	(149.252)
Baixa contra a provisão	1.287.816
Saldo no final do exercício	(1.241.395)

15 ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

A composição dos saldos da rubrica “Ativos não correntes mantidos para venda” é a seguinte:

	2011	2010
Veículos terrestres	112.948	205.662
Material em estoque	551	1.507
Imóveis	589	668
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(77.899)	(126.032)
Total	36.189	81.805

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.

Notas Explicativas**16 CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS****a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2011	2010
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	204.817	279.169
Sobre lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos ao FIDCs	96.537	132.546
Sobre prejuízos fiscais	1.664.924	1.129.628
Sobre diferenças temporárias	748.753	497.632
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	419.283	241.676
Sobre provisão de ações cíveis	51.987	32.393
Sobre provisão de ações fiscais	209.122	159.250
Sobre provisão de ações trabalhistas	8.767	2.616
Sobre provisão de ações tributárias	9.826	8.988
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	31.157	-
Sobre ajuste ao valor de mercado	8.617	52.709
Provisão para gratificação de funcionários	2.625	-
Provisão para juros sobre capital próprio	6.732	-
Outras	637	-
Total do ativo	2.715.031	2.038.975
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	211.165	197.502
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	19.816	7.487
Provisão para impostos e contribuições	28.348	-
Total do passivo	259.329	204.989

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	1.324.809	714.166	2.038.975
(+) Constituição de créditos	936.789	562.073	1.498.862
(-) Realização de créditos	(514.254)	(308.552)	(822.806)
Saldo no fim do exercício	1.747.344	967.687	2.715.031

Notas Explicativas

c) Movimentação do imposto de renda diferido passivo

	2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	202.181	2.808	204.989
(+) Constituição de passivos	39.087	15.253	54.340
Saldo no fim do exercício	241.268	18.061	259.329

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado pelo Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajuste IFRS		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
2011	-	229.584	-	68.386	-	101.706	-	399.677
2012	392.832	103.374	69.834	43.865	84.312	45.795	546.978	193.034
2013	231.465	31.498	196.026	101.346	47.722	13.954	475.213	146.798
2014	84.380	45.297	189.365	152.523	12.821	20.067	286.566	217.887
2015	86.532	61.175	245.789	160.748	10.790	27.101	343.111	249.024
2016	79.183	-	257.935	127.822	13.369	-	350.487	127.822
2017	3.998	-	288.775	144.015	507	-	293.280	144.015
2018	1.571	-	357.013	156.713	256	-	358.840	156.713
2019	225	-	26.294	174.210	18	-	26.537	174.210
2020	104	-	31.127	-	22	-	31.253	-
2021	-	159.249	2.766	-	-	70.546	2.766	229.795
Total	880.290	630.177	1.664.924	1.129.628	169.817	279.169	2.715.031	2.038.975

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 838.155 (R\$ 1.733.294 em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 335.262 (R\$ 693.292 em 1º de dezembro de 2011), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

Notas Explicativas

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, no exercício de dezembro de 2011, estão assim demonstrados:

	2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro de participações de acionistas minoritários	(322.313)
Crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	128.925
Efeito das adições (exclusões) no resultado do exercício	7.531
Ativação de créditos tributários dos exercícios anteriores	360.033
Crédito tributário não ativado	(9)
Outros (*)	57.392
Diferença de alíquota (**)	(491)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	553.381

(*) Os outros valores apresentam a seguinte composição: fraudes indevidas de cartões de crédito no montante de R\$ 1.627; reversão de PDD do fundo de investimento FF Multisequimentos encerrado em 29 de junho de 2011, no montante de R\$ 38.201; e outras adições, exclusões permanentes, no montante de R\$ 567.

(**) Diferença de alíquota entre as empresas.

17 OUTROS ATIVOS

A composição do saldo da rubrica "outros ativos" é a seguinte:

	2011	2010
Valores a receber por cessão de créditos	158.558	189.296
Valores a receber com vendas de direitos creditórios sobre operações de arrendamento mercantil (i)	53.528	91.090
Devedores diversos país (ii)	173.865	89.760
Valores a receber de sociedades ligadas (iii)	-	118.345
Impostos de renda a compensar	87.109	148.060
Depósitos judiciais e fiscais	66.053	38.551
Valores a receber de empréstimos em consignados (iv)	15.583	19.614
Negociação e intermediação de valores	1.194	19.368
Despesas antecipadas (v)	3.048	7.225
Valores específicos (vi)	3.138	3.161
Relações interfinanceiras	9.995	1.320
Pagamentos a ressarcir	967	702
Outros	26.272	15.795
Total	599.310	742.287

(i) Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

(ii) Referem-se substancialmente a valores a receber de créditos cedidos à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco.

(iii) Referem-se a valores a receber da Panamericano Prestadora de Serviços Ltda, Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda e Panseg Promoções de Vendas Ltda.

Notas Explicativas

(iv) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco, por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco que constituem integral para perdas e para os repasses em atraso a mais de 180 dias, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2011 R\$ 12.685 (2010 – R\$ 15.856).

(v) Referem-se substancialmente a despesas antecipadas sobre operações de cartões de crédito não incorridas na originação.

(vi) Referem-se substancialmente a valores pendentes de recebimento de cobrança judicial.

18 ATIVO TANGÍVEL

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco também não foi parte de nenhum contrato de arrendamento mercantil para aquisições próprias durante o exercício e período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos imobilizados são os seguintes:

	Taxa anual de depreciação - %	2011			2010
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.283	(4.180)	2.103	3.085
Instalações	10%	7.711	(6.927)	784	963
Sistema de comunicação	10%	1.671	(1.570)	101	121
Sistema de segurança	10%	51	(51)	-	1
Sistema de processamentos de dados	20%	20.304	(16.885)	3.419	4.389
Sistema de transporte	20%	425	(263)	162	143
Imóveis	4%	5.222	(327)	4.895	28.428
Outros		95	-	95	170
Total		41.762	(30.203)	11.559	37.300

No exercício de 2011, foram baixados valores do ativo imobilizado por “*impairment*” no montante de R\$ 967.

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nas foram as seguintes:

	2011
Custo:	
Saldos no início do exercício	68.664
Aquisições	1.689
Baixas	(28.591)
Saldos no final do exercício	41.762

	2011
Depreciação acumulada:	
Saldos no início do exercício	(31.364)
Baixas	4.201
Depreciação líquida	(3.040)
Saldos no final do exercício	(30.203)

Notas Explicativas

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

19 ATIVO INTANGÍVEL

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	Taxa anual de amortização - %	2011			2010
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos com desenvolvimento logiciais	20%	15.978	(8.152)	7.826	5.840
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.821	(1.165)	4.656	1.906
Outros	-	1.322	(120)	1.202	6
Total		23.121	(9.437)	13.684	7.752

b) Variações

As variações na rubrica “ativo intangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	2011
Custo:	
Saldos no início do exercício	15.388
Aquisições	8.458
Baixas	(725)
Saldos no final do exercício	23.121

	2011
Amortização acumulada:	
Saldos no início do exercício	(7.636)
Baixas	531
Amortização líquida	(2.332)
Saldos no final do exercício	(9.437)

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica “depreciações e amortizações”, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

20 DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

A composição, por classificação tipo dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.237.632	933.394
Total	3.237.632	933.394
Tipos:		
Obrigações por operações compromissadas	516.428	116.531
Depósitos interfinanceiros	2.721.204	816.863
Total	3.237.632	933.394

b) Abertura por prazo de vencimento

	2011	2010
Prazo		
Até 30 dias	1.460.763	76.373
De 31 a 60 dias	560.041	141.633
De 61 a 90 dias	37.509	156.329
De 91 a 180 dias	1.046.134	340.033
De 181 a 360 dias	2.512	89.856
Acima de 360 dias	130.673	129.170
Total	3.237.632	933.394

A nota 7 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

21 DEPÓSITOS DE CLIENTES

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

a) Composição

	2011	2010
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.804.077	4.766.691
Total	2.804.913	4.768.945
Tipos:		
Depósitos à vista	97.173	43.234
Depósitos à prazo	2.403.138	4.725.711
Letras de crédito de agronegócio	66.711	-
Letras financeiras	237.891	-
Total	2.804.913	4.768.945

Notas Explicativas

b) Abertura por prazo de vencimento

	2011	2010
Prazo		
Sem vencimento	97.173	43.234
Até 30 dias	113.097	270.414
De 31 a 60 dias	29.731	126.621
De 61 a 90 dias	61.317	173.499
De 91 a 180 dias	191.121	558.240
De 181 a 360 dias	600.783	1.290.938
Acima de 360 dias	1.711.691	2.305.999
Total	2.804.913	4.768.945

A nota 7 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

22 OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	845.574
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	924.107	-
Total	924.107	845.574

A nota 7 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento do passivo financeiro ao custo amortizado.

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 mil através da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 mil em 26 de outubro de 2009 e US\$ 300.000 mil em 04 de agosto de 2010.

O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$ 200.000 mil e US\$ 300.000 mil, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$ 900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$ 11.400 mil na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Segue a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços patrimoniais consolidados:

Notas Explicativas

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	2011	2010
199.100	7,0% a.a.	26/10/2012	378.763	337.840
288.638	5,5% a.a.	04/08/2015	546.586	511.239
Total			925.349	849.079
Custos associados à emissão			(1.242)	(3.505)
Total			924.107	845.574

b) Variações

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” foram as seguintes:

	2011
Saldos no início do exercício	845.574
Juros	50.797
Variação cambial	87.264
MTM	(6.274)
Amortizações / baixas	(55.517)
Custos da emissão	2.263
Saldos no final do exercício	924.107

23 RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos, a serem repassados aos cessionários.

	2011	2010
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	312.425	1.790.789
Total	312.425	1.790.789

A variação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 deve-se a amortizações junto aos cessionários.

24 OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades por coobrigações referentes a créditos cedidos montam a R\$2.082.661 (R\$3.327.390 em 31 de dezembro de 2010), valor presente apurado através das taxas dos contratos de cessão de crédito. O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito e que representa o passivo por coobrigação sobre os créditos cedidos é de R\$ 2.471.998 (R\$4.307.131 em 31 de dezembro de 2010).

	2011	2010
Passivo ao custo amortizado - coobrigação em cessão de crédito		
Passivo por coobrigação em crédito cedido	2.471.998	4.307.131
Total	2.471.998	4.307.131

Notas Explicativas

25 DÍVIDAS SUBORDINADAS

Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu US\$ 125.000 mil, através de “Subordinated Notes” (dívidas subordinadas), dos quais US\$ 50.000 mil foram captados em 18 de julho de 2006 e US\$ 75.000 mil em 16 de agosto de 2006. Em 23 de abril de 2010, o Banco emitiu US\$ 500.000 mil.

a) Composição

Segue abaixo composição das tranches e saldos atualizados nas datas das demonstrações da posição financeiras consolidadas:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	2011	2010
50.000 (*)	11,0% a.a.	18/07/2016	-	87.586
75.000 (*)	11,0% a.a.	18/07/2016	-	131.380
500.000	8,50% a.a.	01/03/2020	961.796	847.066
Total			961.796	1.066.032
Custos associados à emissão			(12.522)	(14.040)
Total			949.274	1.051.992

(*) As dívidas subordinadas relacionadas às tranches com vencimento em 18 de julho de 2016 foram canceladas em razão do resgate total antecipado efetuado pelo Banco em 18 de julho de 2011.

b) Variações

As variações na rubrica “dívidas subordinadas” foram as seguintes:

	2011
Saldos no início do exercício	1.051.992
Juros	48.380
Pagamento de Juros	(291.030)
Variação cambial	129.355
MTM	9.058
Custo associado à emissão	1.519
Saldos no final do exercício	949.274

26 PROVISÕES

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	2011	2010
Provisão para riscos fiscais	545.376	420.750
Provisões para riscos cíveis	131.802	83.383
Provisões para riscos tributárias	24.627	22.659
Provisões para riscos trabalhistas	22.916	7.409
Provisões técnicas de seguros	115.722	129.471
Total	840.443	663.672

Notas Explicativas

b) Variações

As variações na rubrica “provisões” foram as seguintes:

	2011
Saldos no início do exercício	663.672
Constituições liquidas de reversões e baixas	176.771
Saldos no final do exercício	840.443

c) Riscos Fiscais

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Referem-se a provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$545.376 (2010 – R\$ 420.750), que vem sendo questionadas judicialmente, e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco está questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são prováveis.

	2011	2010
COFINS	469.141	361.941
PIS	76.235	58.809
Total	545.376	420.750

d) Riscos de ações trabalhistas, cíveis e tributárias

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 4(M), que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

I – Segregadas por natureza:

	2011	2010
Processos cíveis	131.802	83.383
Processos tributários	24.627	22.659
Processos trabalhistas	22.916	7.409
Total	179.345	113.451

Notas Explicativas

II – Movimentação das provisões:

	2011			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos no início do exercício	7.409	83.383	22.659	113.451
Constituições liquidas de reversões e baixas	15.507	48.419	1.968	65.894
Saldos no fim do exercício	22.916	131.802	24.627	179.345

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas ou que possam causar impactos representativos no resultado do Grupo.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

III – Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:

Em dezembro de 2011, a Panamericana de Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desse processo.

Notas Explicativas

e) Provisões técnicas de seguros

A composição dos saldos da rubrica “provisões técnicas” é a seguinte:

	2011	2010
Provisão de prêmios não ganhos		
Prestamista	104	46.123
Acidentes pessoais coletivos	29.110	28.832
Desemprego/perda de renda	27.565	-
Rendas de eventos aleatórios	2.201	3.761
Vida em grupo	574	4.276
Total	59.554	82.992
Sinistros a liquidar		
Prestamista	297	1.737
Acidentes pessoais coletivos	3.559	3.824
Desemprego/perda de renda	310	-
Rendas de eventos aleatórios	811	1.239
Vida em grupo	1.405	2.182
Outros	15	15
Subtotal	6.397	8.997
DPVAT	19.528	24.008
Total	25.925	33.005
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
Prestamista	9.593	3.251
Acidentes pessoais coletivos	1.111	4.829
Desemprego/perda de renda	646	-
Rendas de eventos aleatórios	16	263
Vida em grupo	8.210	480
Resseguros	377	-
Subtotal	19.953	8.823
DPVAT	9.561	1.534
Total	29.514	10.357
Outras provisões		
Prestamista	207	456
Acidentes pessoais coletivos	-	2.329
Rendas de eventos aleatórios	60	99
Vida em grupo	-	88
Outras provisões técnicas de prev. complementar	383	86
Subtotal	650	3.058
DPVAT	79	59
Total	729	3.117
Total das provisões técnicas - Seguros e Resseguros	115.722	129.471

Notas Explicativas

f) Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R\$ 6.397 (R\$ 8.997 em dezembro de 2010), o valor de R\$ 3.235 (R\$ 2.965 em dezembro de 2010) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	2011			2010
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável	311	3.235	3.235	2.965
Total	311	3.235	3.235	2.965

27 OUTROS PASSIVOS

A composição do saldo da rubrica "outros passivos" é a seguinte:

	2011	2010
Captação de recursos através de FIDCs	1.070.826	1.140.273
Obrigações sociais e estatutárias (**)	646.472	5.183
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito	445.818	523.191
Credores Diversos	89.841	63.475
Obrigações fiscais e previdenciárias (*)	53.140	52.197
Serviços de terceiros	34.873	19.078
Valores a pagar a lojistas	24.840	29.917
Arrecadação de cobrança	19.222	44.585
Pessoal	11.924	2.561
Tributos a recolher	6.533	5.707
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.016	231.702
Relações interdependências	3.809	522
Outros	59.324	44.465
TOTAL	2.471.638	2.162.856

(*)O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se em 2010 pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

(**) Refere-se, principalmente, valores a pagar para acionista.

Notas Explicativas

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Débitos previdenciários	35.853	33.396
Demais débitos	5.751	6.039
Total	41.604	39.435

28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é de R\$ 1.108.091, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal demonstrados a seguir:

	2011	2010
Ordinárias	131.881.028	131.881.028
Preferenciais	112.462.912	112.462.912
Total	244.343.940	244.343.940

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07.

Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição do JCP referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$ 6.000, que seriam pagos até 30 de abril de 2011.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as demonstrações financeiras até então publicadas, incluindo as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegaram à ordem de aproximadamente R\$ 4,3 bilhões; e (ii) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2010 e 30 de novembro de 2010, naquele momento as únicas demonstrações financeiras fidedignas da Instituição, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

Conforme o estatuto social do Banco, em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 16.830, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

c) Reservas de lucro

Reserva legal: nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para

Notas Explicativas

a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido: Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que terá por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos da rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada.

e) Depósito de acionistas

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 do Banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

f) Participação dos acionistas não controladores

	2011
Saldo no início do exercício	1.702
Participação no prejuízo do exercício	3
Outros (*)	(1.673)
Saldo no final do exercício	32

(*) Refere-se à aquisição em 27 de maio de 2011 de 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana Seguros S.A. pelo Banco.

29 RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

A Receita líquida com juros é calculada pela diferença das Receitas com juros e as despesas com juros no exercício.

As Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

As despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

	2011
Receitas com juros e similares	
Títulos e valores mobiliários	829.498
Títulos emprestados a operações compromissadas	135.768
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.315.816
Lucro nas cessões de crédito	972.232
Variações cambiais	657.422
Outras	299.370
Total de receitas com juros	5.210.106
Despesas com juros e similares	
Depósitos de clientes	(484.421)
Despesas de títulos e valores mobiliários no exterior	(725.805)
Depósitos de instituições financeiras	(125.256)
Dívidas subordinadas	(490.508)
Variações cambiais	(5.041)
Operações de arrendamento mercantil	(450.759)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(723.815)
Outras	(28.928)
Total de despesas com juros	(3.034.533)
Receita líquida com juros	2.175.573

30 RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A composição dos saldos da rubrica "receitas de tarifas e comissões" é a seguinte:

	2011
Rendas de cartões	114.786
Taxa de administração de carteiras	13.300
Intermediação de Seguros	5.694
Rendas sobre convênio - arrecadação	5.079
Tarifas sobre financiamentos	2.765
Outras rendas de tarifas	1.888
Rendas de cobrança	50
Receita de tarifas e comissões	143.563

Notas Explicativas

31 DESPESAS COM PESSOAL

A composição dos saldos da rubrica “despesa com pessoal” é a seguinte:

	2011
Proventos	(62.231)
Honorários	(9.030)
Encargos sociais	(23.715)
Benefícios	(10.567)
Treinamento	(556)
Total	(106.099)

32 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos da rubrica “despesas tributárias” é a seguinte:

	2011
COFINS	(85.246)
PIS	(23.559)
Diversos impostos e taxas (i)	(26.955)
ISS	(13.349)
Total	(149.109)

(i) Refere-se substancialmente aos tributos municipais e federais e taxa de fiscalização

Notas Explicativas

33 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição dos saldos da rubrica “outras despesas administrativas” é a seguinte:

	2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	(759.060)
Serviços de terceiros	(177.012)
Processamento de dados	(84.712)
Acordos judiciais	(34.034)
Serviços do sistema financeiro	(66.540)
Despesas com busca e apreensão de bens	(50.460)
Comunicações	(41.209)
Aluguéis	(15.361)
Taxas e emolumentos	(6.359)
Propaganda, promoções e publicidade	(10.255)
Transporte	(6.817)
Manutenção e conservação de bens	(3.166)
Viagens	(1.811)
Materiais de consumo	(1.250)
Outras	(76.994)
Total	(1.335.040)

34 PROVISÕES (LÍQUIDAS)

A composição dos valores da rubrica “provisões (líquidas)” é a seguinte:

	2011
Riscos tributários	1.741
Riscos cíveis	78.741
Riscos trabalhistas	13.454
Outras	657
Total	94.593

Notas Explicativas**35 RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS**

A composição dos saldos da rubrica “resultado líquido das operações de seguros” é a seguinte:

	2011
Prêmios de seguros	
Prestamista	6.242
Acidentes pessoais	70.869
Desemprego/perda de renda	4.800
Rendas de eventos aleatórios	1.921
Vida em grupo	5.522
Reversão provisão	7.407
Subtotal	96.761
DPVAT	33.434
Total	130.195
Receitas (despesas) de sinistros e movimentação dos passivos de seguros	
Prestamista	(14.550)
Acidentes pessoais	2.000
Desemprego/perda de renda	(1.253)
Rendas de eventos aleatórios	(2.042)
Vida em grupo	(16.078)
Subtotal	(31.923)
DPVAT	(29.096)
Total	(61.019)
Resultado líquido das operações de seguros	69.176

Notas Explicativas

36 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A composição dos saldos da rubrica “outras receitas (despesas) operacionais” é a seguinte:

	2011
Taxa de registro cartório	16.697
Rendas sobre aluguel	559
Serviços de cobrança (*)	27.292
Recuperação de encargos e despesas	42.294
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	85.264
Reversão de provisões	132.104
Variação monetária ativa	1.230
Atualização monetária de valores a receber - cessão	67.343
Restituição de prêmios de seguros	34.541
Outras receitas não operacionais (**)	22.013
Despesa de cessão de operações de crédito	(148.065)
Prejuízo com operações de crédito/financiamento	(22.126)
Descontos concedidos	(11.914)
Fraudes dedutíveis/indedutíveis	(21.341)
Variação monetária passiva	(51.085)
Despesas de comercialização de seguros	(5.139)
Despesa com veículos apreendidos	(29.936)
Outras receitas / despesas operacionais	(44.740)
Total	94.991

(*) Refere-se basicamente a recuperação de valores que foram pagos para as acessórias de cobrança.

(**) Refere-se basicamente a BNDU.

37 PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que o Banco é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada do Banco.

Notas Explicativas**a) Saldos com partes relacionadas**

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

		2011		2010
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) (XII)	Ativo (Passivo)
Aplicação interfinanceira de liquidez (i)				
BTG Pactual S.A.	Controladores	639.461	29.656	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	-	16.490	-
Total		639.461	46.146	-
Outros ativos – Arrecadação de cobrança (ii)				
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	5
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	-	118.340
Total		-	-	118.345
Cessão de crédito (iii)				
Caixa Econômica Federal	Controladores	41.973	-	33.612
Total		41.973	-	33.612
Depósitos à vista (iv)				
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	-	(129)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	(1.012)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	-	(7.183)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	(493)
Vimave Comércio de Eletro – Eletrônicos Ltda.	Ligada	-	-	(4)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	Ligada	-	-	(7)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	Ligada	-	-	(11)
Liderança Capitalização S.A.	Ligada	-	-	(2)
BF Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	-	(5)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	-	(2)
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Ligada	-	-	(6)
SSF Fomento Comercial Ltda.	Ligada	-	-	(17)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	Ligada	-	-	(182)
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	-	(3)
Panamericano Com Prod. E Serv. Ltda.	Ligada	-	-	(76)
Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda.	Ligada	-	-	(8)
Galeno de Almeida Open View	Ligada	-	-	(7)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	Ligada	-	-	(1)
Hotel Jequití Ltda.	Ligada	-	-	(48)
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	Ligada	-	-	(321)
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	Ligada	-	-	(1)
Total		-	-	(9.518)

Notas Explicativas

		2011		2010
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) (XII)	Ativo (Passivo)
Depósitos interfinanceiros (v)				
BTG Pactual S.A.	Controladores	(500.504)	(2.128)	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	(2.063.958)	(63.958)	-
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	(246)	(6.738)
Total		(2.564.462)	(66.332)	(6.738)
Depósitos a prazo (vi)				
Pessoal chave da administração		-	(139)	(3.328)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	Ligada	-	(293)	(6.877)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	(9)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	(126)	-
BF Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	(37)	(808)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	Ligada	-	(49)	(1.102)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	Ligada	-	(10)	(230)
SSF Fomento Comercial Ltda.	Ligada	-	(9)	(199)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	(417)	(14.349)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	Ligada	-	(46)	(1.152)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	(1.712)	(9.041)
Total		-	(2.838)	(37.095)
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos ("Caixa CDC FIDC") (vii)				
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	(32)	(4.262)
Pessoal chave da administração	Ligada	-	(2.803)	(57.301)
Total		-	(2.835)	(61.563)
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos ("Caixa Master CDC FIDC") (vii)				
Pessoal chave da administração		-	(150)	(2.719)
Total		-	(150)	(2.719)
Obrigações por operações compromissadas (viii)				
Banco BTG Pactual S.A.	Controladores	-	(1.714)	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	(300.037)	(789)	-
Total		(300.037)	(2.503)	-

Notas Explicativas

		2011		2010
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) (XII)	Ativo (Passivo)
Outras obrigações (ix)				
BTG Pactual S.A. (XIII)	Controladores	(629.641)	-	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	(23.482)	-	-
Panamericano DTVM S.A	Ligada	-	-	(800)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	(6.402)
Panamericano Adm. de Cartões de crédito Ltda.	Ligada	-	-	(223.406)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	(913)
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	-	(181)
Grupo de Consórcio	Ligada	-	-	-
Total		(653.123)	-	(231.702)
Outras despesas administrativas (x)				
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	(4.283)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	(66.741)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	(36.323)	-
BF Par Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	(1.103)	-
BF Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	(1.187)	-
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda	Ligada	-	(76)	-
Hotel Jequití Ltda.	Ligada	-	(2)	-
Promolider Promotora Vendas Ltda.	Ligada	-	(40)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	(17)	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	(6)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda	Ligada	-	(1.118)	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	Ligada	-	(753)	-
Panamericano Com.Prod. e Serv. Ltda	Ligada	-	(1.217)	-
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	Ligada	-	(5)	-
Total		-	(112.871)	-
Resultado obtido na cessão de crédito (xi)				
Caixa Econômica Federal	Controladores	-	(403.100)	-
Total		-	(403.100)	-

- i. Referem-se a aplicações do Banco com taxas equivalentes às do CDI;
- ii. Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D + 1;
- iii. Referem-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- iv. Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;
- v. Referem-se à captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- vi. Referem-se à captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco;
- vii. Referem-se à captação através de cotas do FIDC;
- viii. Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- ix. Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, e intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pela DTVM;
- x. Outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;
- xi. Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.
- xii. Exceto pelas informações da Caixa, BTG Pactual e pessoal chave de administração, as demais informações de administração, as demais informações de receitas e despesas referem-se a transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27 de maio de 2011, data de troca do controlador econômico do Banco
- xiii. Refere-se a depósito de acionista efetuado em 09 de novembro de 2011.

Notas Explicativas

b) Remuneração da administração

O Banco contribui mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante dessa contribuição foi R\$ 9.030 no consolidado.

c) Benefícios de curto prazo – remuneração dos administradores

	2011
Despesas de honorários (*)	8.206
Gratificações/Bônus (*)	824
Contribuição ao INSS	1.984
Total	11.014

(*) Registrados na rubrica de “despesas com pessoal”.

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, para os quais seja requerida a constituição de passivo atuarial, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

38 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$ 784 no Banco e R\$ 1.057 no Consolidado.

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R\$ 10.610 no Consolidado.

39 ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	2011	2010
Ativos financeiros oferecidos em garantia:		
Instrumentos de dívida	565.205	114.681
Depósitos de instituições financeiras	66.989	38.513
Total	632.194	153.194

Notas Explicativas

40 GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Como exigido, o “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	2011	2010
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(23.484)	(20.062)
Depositários de valores em custódia	(296.835)	(4.262)
Total de garantias prestadas	(320.319)	(24.324)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco detinha cheques de terceiros sob custódia no valor total de R\$ 296.835 (R\$ 4.262 em 2010).

41 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

41.1 Conciliação do PL e resultado entre o BRGAAP/Bacen e IFRS

		2011		2010
		Resultado Abrangente	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo em BRGaap atribuído aos controladores		67.043	1.227.288	19.150
Reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010	(a)	-	-	(148.035)
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao Custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros	(b)	(111.835)	(164.984)	(53.149)
Reconhecimento de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios	(c)	297.706	(347.060)	(644.769)
Provisão para perdas em ativo financeiro – <i>impairment</i> - PDD	(d)	87.501	87.501	-
Efeito tributário sobre ajustes IFRS	(e)	(109.350)	169.817	279.169
Saldo em IFRS atribuído aos controladores		231.065	972.562	(547.634)

a) Reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010

A reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2010 refere-se:

- Baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes há mais de 180 dias;

Notas Explicativas

- O Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Anteriormente essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aos cessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivos cessionários;e
- Efeitos tributários.

b) Mensuração de empréstimos e recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros

Nas demonstrações financeiras preparadas para atendimento das práticas contábeis aplicáveis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco reconhece imediatamente no resultado do período as receitas de tarifas de abertura de operações de empréstimos e recebíveis para clientes na data de concessão dos créditos aos clientes e apropria parcialmente os custos de transação relacionados a essas mesmas operações.

Utilizou-se o método da taxa efetiva de juros segundo para o cálculo do custo contábil das operações de crédito, incluindo as operações objetos de cessão com retenção substancial de riscos e benefícios. Segundo o IAS 39, as receitas e despesas de juros dos instrumentos financeiros são reconhecidas ao longo da vigência dos contratos, em que a taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa de pagamentos ou recebimentos futuros ao longo do contrato. Foram considerados todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros no cálculo da taxa efetiva de juros, porém não foram consideradas as perdas futuras nos contratos, o que não é permitido pela IAS 39.

O Banco incluiu todas as receitas, custos de transação e outros prêmios ou descontos que são pagos ou recebidos entre as partes do contrato e que fazem parte integral da formação da taxa efetiva de juros (conforme definidos pela IAS 18), e conseqüentemente todos os custos e receitas de transação foram considerados no cálculo da taxa efetiva de juros em conformidade com o IFRS.

c) Reconhecimento de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco realizou a baixa de ativos objetos de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, a partir de 1º de janeiro de 2004, e de acordo com os requisitos do IFRS 1, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente à coobrigação na operação de cessão de crédito na data de transição ao IFRS. O resultado referente à operação de cessão de crédito será reconhecido pelo prazo das operações de crédito.

d) Impairment de ativos financeiros – PDD

Conforme requerimentos da IAS 39 foram avaliados os instrumentos financeiros quanto à existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros esteja sujeito a perda ao valor recuperável. Quando identificado evidência objetiva de deterioração do ativo, foi mensurada a perda de valor recuperável do ativo como a diferença entre a quantia contabilizada do ativo considerando os critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº2682, que dispõe sobre critérios para constituição de provisão para devedores duvidosos, e o valor de

Notas Explicativas

impairment mensurado através da análise da perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente, para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições incomuns, conforme demonstrado na nota 7.2.1 item E, provisão para redução ao valor recuperável.

e) Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

A IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

41.2 Apresenta-se abaixo balanço patrimonial da data de transição para IFRS (1º de dezembro de 2010)

Ativo	2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.172.225
Depósitos Compulsórios no Banco Central	804
Ativos financeiros avaliados ao valor justo	519.596
Ativos financeiros para negociação	43.718
<i>Instrumento de dívida</i>	2.880
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	18.562
<i>Derivativos Ativo</i>	22.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	475.878
<i>Instrumentos de dívida</i>	475.878
Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	11.824.520
Ativos mantidos até o vencimento	726
<i>Instrumentos de dívida</i>	726
Empréstimos e recebíveis	11.823.794
<i>Empréstimos e adiantamentos de instituições financeiras</i>	413.738
<i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>	11.410.056
Ativos não correntes para venda	91.764
Créditos tributários	1.980.082
<i>Ativos diferidos</i>	1.980.082
Outros ativos	545.903
Ativo imobilizado	37.189
Ativo intangível	7.203
Total do ativo	16.179.286

Notas Explicativas

Passivo e patrimônio líquido	2010
Passivos financeiros para negociação	357.554
<i>Derivativos</i>	357.554
Passivos financeiros ao custo amortizado	13.054.068
<i>Depósitos de instituições financeiras</i>	822.006
<i>Depósitos de clientes</i>	4.856.513
<i>Obrigações por títulos e valores mobiliários</i>	866.270
<i>Relações com correspondentes</i>	1.526.921
<i>Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros</i>	3.906.879
<i>Dívidas subordinadas</i>	1.075.479
Provisões	628.195
<i>Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões</i>	105.794
<i>Provisões técnicas de seguros</i>	127.393
<i>Provisões para riscos fiscais</i>	395.008
Passivos fiscais	203.355
<i>Correntes</i>	1.645
<i>Diferidos</i>	201.710
Outros passivos	2.146.568
Total do passivo	16.389.740
Patrimônio a descoberto atribuído aos acionistas controladores	(212.374)
Capital social	1.108.091
Capital social - país	1.108.091
Reserva de lucros	483.570
Reservas de capital	172
Prejuízos acumulados	(1.804.207)
Ajustes ao valor justo	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários	1.920
Patrimônio a descoberto total	(210.454)
Total do passivo e patrimônio líquido/patrimônio a descoberto	16.179.286

42 SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Notas Explicativas

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Banco ou Financeiro
- Seguros
- Consórcios
- Outros

O segmento Banco ou Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Seguro tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro-desemprego), de vida em grupo e danos pessoais.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, utilitários, motocicletas, eletroeletrônicos e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento Outros tem como objetivo demonstrar as operações da empresa do Grupo Panamericano denominada Panserv Prestadora de Seguros LTDA que atua como correspondente bancário do Banco..

As operações dos segmentos Banco, Consórcio e Seguro estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Banco.

Todas as receitas e despesas demonstradas no quadro de segmentação foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 resultado entre os segmentos Banco, Seguro, Consórcio e Outros.

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2011					
	Banco	Seguro	Consórcio	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	5.179.007	31.099	-	-	(2.182)	5.210.106
Despesas com juros e similares	(3.032.420)	(4.296)	2.123	59	2.182	(3.034.533)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	2.146.587	26.803	2.123	59	-	2.175.573
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.168.626)	-	-	-	-	(1.168.626)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	981.548	26.803	2.123	59	-	1.006.947
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	159.280	3.742	-	-	-	163.022
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	9.515	3.742	-	-	-	13.257
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	149.765	-	-	-	-	149.765
Receitas de tarifas e comissões	130.263	-	13.300	21.443	(21.443)	143.563
Despesas administrativas	(1.523.340)	(35.083)	(11.996)	(19.829)	-	(1.590.248)
Despesas com pessoal	(84.986)	(4.496)	(1.038)	(15.579)	-	(106.099)
Despesas Tributárias	(136.733)	(6.236)	(3.092)	(3.048)	-	(149.109)
Outras despesas administrativas	(1.301.621)	(24.351)	(7.866)	(1.202)	-	(1.335.040)
Depreciações e amortizações	(4.688)	(630)	(54)	-	-	(5.372)
Provisões (líquidas)	(92.817)	-	(1.776)	-	-	(94.593)
Resultado líquido das operações de seguros	-	70.365	-	-	(1.189)	69.176
Outras receitas (despesas) operacionais	110.611	(13.957)	(173)	7	(1.497)	94.991
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(116.086)	6.315	(28)	-	-	(109.799)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(361.614)	60.354	1.396	1.680	(24.129)	(322.313)

	31/12/2011					
	Banco	Seguro	Consórcio	Outros	Eliminações	Total
Total em ativos	14.942.349	312.264	30.972	8.600	(27.845)	15.266.340
Total em passivos	14.092.776	179.365	18.079	5.584	(2.058)	14.293.746

Notas Explicativas

43 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 28 de dezembro de 2011, o Banco firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("Ourinvest"), os acionistas da Ourinvest ("Acionistas Ourinvest"), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC ("TPG-Axon"), a Coyote Trail LLC ("Coyote"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE ("Aquisição").

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A Aquisição adicionará ao Banco uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos 88 pontos de venda da BM Sua Casa.

Como passo preparatório para a Aquisição, a BFRE será reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não serão igualmente objeto da Aquisição pelo Banco: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários atualmente desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Panamericano, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, será objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Originação, Financiamento e Securitização").

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, é de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição"). O Valor de Aquisição representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o Patrimônio Líquido estimado da BFRE ao final do exercício social de 2011, de R\$ 800.000. Portanto, o múltiplo implícito da Aquisição é de 1,175x (P/PL 2011E), sem considerar o benefício do ágio da transação, e de aproximadamente 1,13x (P/PL 2011E) considerando o valor presente do benefício do ágio da Aquisição.

Uma vez implementada a reorganização societária da BFRE acima mencionada e simultaneamente à Aquisição, o BTG Pactual adquirirá os Ativos de Gestão e as Atividades de Administração pelo valor global de R\$ 275.000. No contexto da operação, o BTG Pactual também adquirirá da BFRE a totalidade dos Ativos Proprietários. É condição de negócio para os vendedores que tanto os Ativos de Originação, Financiamento e Securitização quanto os Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários sejam alienados.

Notas Explicativas

Em 31 de janeiro de 2012, foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest, os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"). A conclusão e fechamento da operação está sujeita à verificação de condições, incluindo a aprovação (i) pelo BACEN da transferência do controle acionário da Brazilian Mortgages; e (ii) pelos acionistas do Panamericano da aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, em Assembleia Geral a ser oportunamente convocada.

- b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

Os acionistas CaixaPar – Caixa Participações S.A. ("Caixapar") e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), acionistas titulares, em conjunto, nesta data, de 100% do capital votante e 74,20% do capital social total do Banco, subscreverão, observado o parágrafo seguinte e por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de que são titulares, o montante mínimo de R\$ 1.335.651 ("Subscrição Mínima"), o que corresponderá ao montante mínimo do Aumento de Capital.

O preço de emissão foi fixado em R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial, o qual foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão do Banco nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Caso o Aumento de Capital atinja o seu valor máximo, o capital social do Banco passará a ser de R\$ 2.908.091, representado por 541.864.602 ações. Na hipótese de Subscrição Mínima, o capital social do Banco passará a ser de R\$ 2.443.742, representado por 465.112.732 ações.

Em 31 de janeiro de 2012, os acionistas detentores de 100% do capital votante do Banco subscreveram e integralizaram por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias de que são titulares, o montante de R\$ 971.523.

Os valores citados anteriormente, já integralizados em 31 de janeiro de 2012, na estimativa da Administração, seriam suficientes para adequar o Banco ao padrão de capital estabelecido na Resolução CMN nº 3.490/07.

- c) Em 18 de janeiro de 2012, os acionistas do Banco, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a proposta de incremento do dividendo obrigatório do mesmo, a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2012, dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado, sendo tal dividendo obrigatório ainda majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013 (inclusive).

Notas Explicativas

São Paulo, 19 de março de 2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Marcos Roberto Vasconcelos

Roberto Balls Sallouti

Marcio Percival Alves Pinto

Fabio Lenza

Antonio Carlos Canto Porto Filho

Roy Martelanc

Marcos Antonio Macedo Cintra

Otto Steiner Junior

Mateus Affonso Bandeira

DIRETORIA

Diretor Superintendente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Iuri Rapoport

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa

Willy Otto Jordan Neto

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CONSELHO FISCAL

Daniela Maluf Pfeiffer

Fábio Franco Barbosa Fernandes

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Otto Steiner Junior

Antonio Carlos Rovai

Marcos Wagner da Fonseca

Sergio de Jesus

Contador – CRC 1SP198209/O-2

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros além de financiamento a empresas. Por intermédio de suas controladas diretas e indireta, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “*funding*” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras do Banco individual, em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Em 27 de maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30 de março de 2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13 de junho de 2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31 de janeiro de 2011.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a interveniência do Banco BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões), sem qualquer subsídio explícito ou implícito nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários em 17 de junho de 2011 pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de

Notas Explicativas

emissão do Banco Panamericano (OPA) aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações ao ex-acionista controlador. No dia 16 de setembro de 2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que os acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais da Instituição optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais da Instituição, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Prazo, conforme definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Banco BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Instituição, e participação de 37,64% (trinta e sete virgula sessenta e quatro por cento) do capital social do Panamericano.

A composição acionária atual no Banco Panamericano, após a conclusão da OPA, passou a ser representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	67.259.323	51,00	24.716.838	21,98	91.976.161	37,64
Caixa Participações S.A. - Caixapar	64.621.695	49,00	24.712.286	21,97	89.333.981	36,56
Conselho de Administração	10	-	-	-	-	-
Mercado	-	-	63.033.788	56,05	63.033.798	25,80
Total	131.881.028	100,00	112.462.912	100,00	244.343.940	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. (“Banco”) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDC’s (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob certas condições especiais decorrentes das inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e irregularidades adicionais e outros ajustes constatados pela administração, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A administração que tomou posse em 09 de novembro de 2010, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas com os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das demonstrações financeiras em períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das demonstrações financeiras de

Notas Explicativas

períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das práticas inadequadas e procedimentos irregulares utilizados no passado, prejudicaria toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induziria a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse de novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções mencionadas. Obteve-se, então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da instituição. Conseqüentemente, os gestores reconheceram a inadequação e enfatizaram a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2010, elaborado sob sua responsabilidade.

As demonstrações financeiras que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010, estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

- a) Relevante inadequação do balanço patrimonial de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010;
- b) Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas; e
- c) Impossibilidade, dada a fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controles internos até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis se referem a períodos anteriores.

Pelo exposto, as informações trimestrais – ITR's e IFT's de 2011 bem como as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, estão prejudicadas com relação à sua comparabilidade, em relação às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, também, em função dos aspectos anteriormente mencionados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2012); e

Notas Explicativas

7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11 (com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 10 de Fevereiro de 2012.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	2011	2010
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A. (a)	99,99	98,75
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (b)	99,99	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda. (c)	99,99	-
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (a)	99,99	99,01
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa CDC FIDC”) (d) (e)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa Master CDC FIDC”) (d) (f)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF – Multisegmentos (“FIDC FF”) (d) (g)	-	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro (“FIDC F BP”) (d) (h)	100,00	100,00

(i) Em 27 de maio de 2011, a BF Utilidades Domésticas Ltda vendeu para o Banco Panamericano 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A., o processo foi aprovado pela SUSEP em 09 de agosto de 2011;

(j) Empresa constituída em 15 de junho de 2011;

(k) Empresa em fase não operacional constituída em 22 de julho de 2011;

(l) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;

(m) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Autopan FIDC”);

(n) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Master Pan FIDC”);

(o) Fundo encerrado em 29 de Junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data; e

(p) Fundo constituído em Dezembro de 2010;

Demonstrações financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado das controladas estão sendo apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras Obrigações – Diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Notas Explicativas

Na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

Empresas Controladas – Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, as quais não contemplam as eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Direta						Indireta	
	Panamericano Arrend.Merc.S.A.		Panserv Prest. de Serviços Ltda	Panamericano Adm. e Corret. de Seguros e Prev. Priv. Ltda	Panamericana de Seguros S.A.		Panamericano Adm. de Consórcio Ltda	
	2011	2010	2011	2011	2011	2010	2011	2010
Ativo								
Circulante	158.363	163.198	685	86	73.470	60.177	4.933	2.923
Realizável a longo prazo	188.390	274.571	4.591	-	222.969	207.716	25.938	25.171
Permanente	1.351.698	1.797.427	3.324	-	15.739	38.636	101	111
Total do Ativo	1.698.451	2.235.196	8.600	86	312.178	306.529	30.972	28.205
Passivo								
Circulante	589.624	803.011	5.584	111	147.465	148.840	6.377	6.475
Exigível a longo prazo	1.006.163	1.326.246	-	-	31.895	23.589	11.702	9.891
Patrimônio líquido	102.664	105.939	3.016	(25)	132.818	134.100	12.893	11.839
Total do Passivo	1.698.451	2.235.196	8.600	86	312.178	306.529	30.972	28.205

Demonstração do Resultado	2011				
	Panamericano Arrend.Merc.S.A.	Panserv Prest. de Serviços Ltda	Panamericano Adm. e Corret. de Seguros e Prev. Priv. Ltda	Panamericana de Seguros S.A.	Panamericano Adm. de Consórcio Ltda
Resultado bruto da intermediação financeira	31.719	59	1	20.868	2.123
Outras receitas (despesas) operacionais	(79.949)	1.621	(26)	29.522	(823)
Resultado de equivalência patrimonial	227	-	-	853	-
Resultado não operacional	3.053	-	-	6.315	96
Imposto de renda e contribuição social	41.675	(724)	-	(21.846)	(316)
Lucro/prejuízo do exercício	(3.275)	956	(25)	35.712	1.080

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04, a administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.

Notas Explicativas

FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.
----------------------	----------------	-------------------	---------------	--

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	108
Caixa Master CDC FIDC	112
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o patrimônio líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130
FIDC F BP – Financeiro	80

- a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16 de março de 2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco Panamericano passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco havia subscrito o montante de R\$ 653.727 de um total em R\$ 878.767 (em 31 de dezembro de 2010, R\$ 853.386 e R\$ 1.052.147, respectivamente).

A diferença do patrimônio líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não há previsão de cobrança do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o FIDC F BP Financeiro, Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, no montante de R\$ 600.054 (2010 - R\$ 1.561.583), sem cobrança. As operações de cessões de crédito geraram resultado no exercício findo em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2011, no Banco, no montante de R\$ 158.998, o qual foi integralmente reconhecido no resultado individual do exercício na rubrica “Rendas de Operações de Crédito” e eliminado no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Caixa CDC FIDC, no Caixa Master CDC FIDC e no FIDC F BP Financeiro, o Banco reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, despesa de R\$ 228.562, registrado contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual – e eliminado no processo de consolidação das demonstrações financeiras – em função da desvalorização das cotas dos referidos fundos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro		FIDC FF Multisegmentos (1)
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2010
Ativo							
Disponibilidades	4	30	140	420	1	1	1
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	6.039	19.902	24.873	-	42.515	1.444	1.067
Direitos creditórios	265.304	415.661	1.401.148	1.742.536	636.311	317.096	208.418
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(40.138)	(2.763)	(163.195)	(11.083)	(138.850)	(1.585)	(135.375)
Outros valores	1	588	245	2.148	1.006	197	350
Total do Ativo	231.210	433.418	1.263.211	1.734.021	540.983	317.153	74.461
Passivo							
Outras obrigações	145	299	1.096	22.207	566	48.956	30
Patrimônio líquido	231.065	433.119	1.262.115	1.711.814	540.417	268.197	74.431
Cotas seniores	36.147	118.279	383.348	659.667	424.975	215.534	10.590
Cotas subordinadas	194.918	314.840	653.727	853.386	115.442	52.663	63.841
Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	-	225.040	198.761	-	-	-
Total do Passivo	231.210	433.418	1.263.211	1.734.021	540.983	317.153	74.461

(*) Cotas de terceiros

(1) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	2011		2010
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Banco Panamericano individual	1.398.350	60.238	197.017
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:			
Lucro não realizado nas cessões	(363.620)	71.415	(435.035)
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	78.517	(46.105)	124.622
Efeitos tributários	114.041	(18.505)	132.546
Banco Panamericano consolidado	1.227.288	67.043	19.150

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

Notas Explicativas

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 964.087 (2010 - R\$ 1.284.730), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Panamericano.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas Explicativas

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 e Circular SUSEP nº 379/08, classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “*swap*” e são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço, em conformidade à Circular BACEN nº 3.082/02. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swaps*”, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado o valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

f) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco

Notas Explicativas

máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

O resultado apurado nas cessões de operações de crédito é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a lojistas e promotoras, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

i) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

j) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com desenvolvimentos logiciais, benfeitorias em imóveis de terceiros e aquisição de direitos da utilização de base de clientes. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

m) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização as quais são revistas periodicamente, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas. Os créditos tributários originados em períodos anteriores à legislação que elevou a alíquota da contribuição social para 15% nas empresas financeiras e do ramo segurador, foram registrados até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período.

o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

p) Práticas contábeis específicas da Panamericana de Seguros S.A.

Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)

- **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

Notas Explicativas

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09 e Circular SUSEP nº 282/05.

- **Provisão de sinistros a liquidar**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

- **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções CNSP 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Provisão para insuficiência de prêmios – PIP**

A provisão para insuficiência de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A aplicação dos critérios estabelecidos nesta nota não resultou em provisão a constituir.

- **Provisão complementar de prêmios – PCP**

A Provisão complementar de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é calculada “pro rata die”, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. Seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

- **Teste de adequação de passivos – TAP**

Conforme circular SUSEP nº 410, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31 de dezembro de 2011, concluiu-se que o passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas do custo de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram

Notas Explicativas

elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 410/2010.

q) Práticas contábeis específicas da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo "outras obrigações – diversas" nas demonstrações financeiras consolidadas.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

u) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos

Notas Explicativas

itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

v) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. Se dividem em:

i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existam na data-base das demonstrações financeiras; e

ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	2011					
	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Circulante	4.782.838	73.471	4.933	685	(5.070)	4.856.857
Realizável a longo prazo	8.157.627	223.054	25.938	4.591	(22.775)	8.388.435
Permanente	7.105	15.739	101	3.324	-	26.269
Total do Ativo	12.947.570	312.264	30.972	8.600	(27.845)	13.271.561

Passivo	2011					
	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Circulante	6.545.715	147.576	6.377	5.584	(3.511)	6.701.741
Exigível a longo prazo	5.321.339	31.895	11.702	-	(22.775)	5.342.161
Resultado de exercícios futuros	339	-	-	-	-	339
Minoritários	32	-	-	-	-	32
Patrimônio Líquido	1.080.145	132.793	12.893	3.016	(1.559)	1.227.288
Total do Passivo	12.947.570	312.264	30.972	8.600	(27.845)	13.271.561

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do resultado	2011					
	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
- Receitas da intermediação financeira	3.240.926	20.869	2.123	59	(2.182)	3.261.795
- Despesas da intermediação financeira	(2.477.856)	-	-	-	2.182	(2.475.674)
Resultado bruto da intermediação financeira	763.070	20.869	2.123	59	-	786.121
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.324.314)	29.496	(823)	1.621	-	(1.294.020)
- Resultado de equivalência patrimonial	38.544	853	-	-	(39.397)	-
- Resultado não operacional	(96.993)	9.112	96	-	-	(87.785)
- Provisão para IR e CSLL	686.735	(22.965)	(316)	(724)	-	662.730
- Participação minoritária	(3)	-	-	-	-	(3)
Lucro/(prejuízo) do exercício	67.039	37.365	1.080	956	(39.397)	67.043

(1) Representado pelas empresas Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs;

Notas Explicativas

- (2) Representado pela empresa Panserv Prestadora de Serviços Ltda;e
 (3) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	24.278	7.392	25.600	9.054
Disponibilidades em moeda estrangeira	216	168	216	168
Total de disponibilidades (caixa)	24.494	7.560	25.816	9.222
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (*)	10.216	379.037	10.216	379.037
Certificado de depósito bancário – CDB (*)	-	-	30.013	6.071
Fundos de renda fixa (*)	-	-	5	1.103
Total de caixa e equivalentes de caixa	34.710	386.597	66.050	395.433

(*) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)	-	-	314.729	-	-	314.729
• Notas do Tesouro Nacional – NTN (*)	10.001	-	314.731	-	-	324.732
Subtotal	10.001	-	629.460	-	-	639.461
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	64.217	107.372	108.132	144.249	451.696	875.666
Total	74.218	107.372	737.592	144.249	451.696	1.515.127

Banco	2010					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	65.025	-	-	-	-	65.025
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	108.851	-	-	-	-	108.851
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	15.005	-	-	-	-	15.005
Subtotal	188.881	-	-	-	-	188.881
Posição financiada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	21.888	-	-	-	-	21.888
Subtotal	21.888	-	-	-	-	21.888
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	214.446	109.792	147.569	385.324	526.165	1.383.296
Total	425.215	109.792	147.569	385.324	526.165	1.594.065

Consolidado	2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)	-	-	314.729	-	-	314.729

Notas Explicativas

• Notas do Tesouro Nacional – NTN (*)	10.001	-	314.731	-	-	324.732
Subtotal	10.001	-	629.460	-	-	639.461
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.361	27.308	23.131	89.034	119.731	269.565
Total	20.362	27.308	652.591	89.034	119.731	909.026

Consolidado	2010					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	65.025	-	-	-	-	65.025
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	108.851	-	-	-	-	108.851
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	15.005	-	-	-	-	15.005
Subtotal	188.881	-	-	-	-	188.881
Posição financiada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	21.888	-	-	-	-	21.888
Subtotal	21.888	-	-	-	-	21.888
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	174.230	25.668	50.215	175.302	163.392	588.807
Total	384.999	25.668	50.215	175.302	163.392	799.576

(*) Títulos utilizados como garantia conforme Resolução CMN nº 4.019/11.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2011	
	Banco	Consolidado
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
- Posição bancada	63.922	63.922
- Posição financiada	27.422	27.422
Subtotal	91.344	91.344
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	135.928	44.424
Total (nota 7d)	227.272	135.768

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	30.013	10.330
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	247.720	170.629	432.948	381.321
Cotas de fundos de investimento (1)	964.573	1.260.646	72.185	31.358
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	280	266	280	266
Ações em companhias abertas	-	19.128	-	19.128
Subtotal	1.212.573	1.450.669	535.426	442.403

Notas Explicativas

Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	565.205	114.681	565.205	114.681
Subtotal	565.205	114.681	565.205	114.681
Vinculados à prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	40.534	-	40.534	-
Subtotal	40.534	-	40.534	-
Outras aplicações	-	-	22	33
Subtotal	-	-	22	33
Total de títulos e valores mobiliários	1.818.312	1.565.350	1.141.187	557.117
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de “swap”	127.659	8.727	127.659	8.727
Total de instrumentos financeiros derivativos	127.659	8.727	127.659	8.727
Total geral	1.945.971	1.574.077	1.268.846	565.844

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa Master CDC FIDC (i)	653.727	853.386	-	-
Caixa CDC FIDC (i)	194.918	314.840	-	-
FIDC FF Multisegmentos (iv)	-	39.304	-	-
FIDC F BP – Financeiro (iii)	115.442	52.663	-	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI35 (ii)	486	453	486	453
Outros fundos	-	-	71.699	30.905
Total	964.573	1.260.646	72.185	31.358

- i. Fundo administrado pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA”);
- ii. Fundo administrado pela BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.;
- iii. Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda.; e
- iv. Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

As carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores celebrados com o Banco Panamericano. De acordo com os regulamentos dos respectivos fundos, as cotas subordinadas que o Banco possui subordinam-se às cotas seniores para efeito de resgate e distribuição de resultados da carteira desses fundos, assumindo, integralmente, os efeitos dos resultados negativos da carteira dos fundos até o limite do seu patrimônio. Considerando a característica desses fundos e a intenção da Administração em mantê-los em carteira por longo prazo, os saldos das aplicações foram classificados no realizável a longo prazo em títulos mantidos até o vencimento.

Os demais fundos de investimentos em ações de companhias abertas de 2010, estão classificados no curto prazo.

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

	Banco						
	2011						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	5	13.134	234.581	247.720	247.725	(5)

Notas Explicativas

Vinculados a operações compromissadas:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	134.416	430.789	565.205	565.232	(27)
Vinculados a prestação de garantias:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	266	12.170	28.098	40.534	40.536	(2)
Total de títulos disponíveis para venda	-	271	159.720	693.468	853.459	853.493	(34)
Títulos mantidos até o vencimento:							
- Cotas de fundos de investimento	486	-	-	964.087	964.573	964.573	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	280	-	-	-	280	280	-
Total mantidos até o vencimento	766	-	-	964.087	964.853	964.853	-
Total geral	766	271	159.720	1.657.555	1.818.312	1.818.346	(34)

	Banco					
	2010					
	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:						
- Ações em companhia abertas	19.128	-	-	19.128	410	18.718
Total títulos para negociação	19.128	-	-	19.128	410	18.718
Títulos disponíveis para venda:						
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	16.237	154.392	170.629	170.630	(1)
Vinculados a operações compromissadas:						
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	36.446	78.235	114.681	114.675	6
Total de títulos disponíveis para venda	-	52.683	232.627	285.310	285.305	5
Títulos mantidos até o vencimento:						
- Cotas de fundos de investimento	453	-	1.260.193	1.260.646	1.260.646	-
- Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	266	-	-	266	266	-
Total mantidos até o vencimento	719	-	1.260.193	1.260.912	1.260.912	-
Total geral	19.847	52.683	1.492.820	1.565.350	1.546.627	18.723

	Consolidado						
	2011						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:							
- Cotas de fundos de investimento	71.699	-	-	-	71.699	71.699	-
Total títulos para negociação	71.699	-	-	-	71.699	71.699	-
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	914	192.673	239.361	432.948	432.953	(5)
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	30.013	-	-	30.013	30.013	-
Vinculados a operações compromissadas:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	134.416	430.789	565.205	565.232	(27)
Vinculados a prestação de garantias:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	266	12.170	28.098	40.534	40.536	(2)
- Outras aplicações	-	22	-	-	22	22	-
Total de títulos disponíveis para venda	-	31.215	339.259	698.248	1.068.722	1.068.756	(34)
Títulos mantidos até o vencimento:							
- Cotas de fundos de investimento	486	-	-	-	486	486	-
- Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	280	-	-	-	280	280	-

Notas Explicativas

Total mantidos até o vencimento	766	-	-	-	766	766	-
Total geral	72.465	31.215	339.259	698.248	1.141.187	1.141.221	(34)

	Consolidado						
	2010						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:							
- Ações em companhia abertas	19.128	-	-	-	19.128	410	18.718
- Cotas de fundos de investimento	30.905	-	-	-	30.905	30.905	-
Total títulos para negociação	50.033	-	-	-	50.033	31.315	18.718
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	126.038	240.332	366.370	366.371	(1)
Vinculados a operações compromissadas:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	36.446	78.235	114.681	114.675	6
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	10.330	-	-	10.330	10.330	-
- Outras aplicações	-	33	-	-	33	33	-
Total de títulos disponíveis para venda	-	10.363	162.484	318.567	491.414	491.409	5
Títulos mantidos até o vencimento:							
- Cotas de fundos de investimento	453	-	-	-	453	453	-
- Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	266	-	-	-	266	266	-
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	14.951	14.951	14.951	-
Total mantidos até o vencimento	719	-	-	14.951	15.670	15.670	-
Total geral	50.752	10.363	162.484	333.518	557.117	538.394	18.723

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se as informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos Derivativos	Banco e Consolidado	
	2011	2010
	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado
Indexador:		
“Swap”		
- Diferencial a receber	127.659	8.727
- Diferencial a pagar	(21.889)	(452.913)
“Contratos futuros”		
- Posição ativa	527	-
- Posição passiva	(97)	-
Total líquido	106.200	(444.186)

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “Swap” são negociadas em balcão e contratos futuros na BM&FBOVESPA:

Indexador:	Banco e Consolidado								
	2011								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
“Swap”									
Posição ativa:	1.879.267	62	1.599	3.188	20.602	102.208	127.659	98.614	29.045
- CDI	6.000	-	-	7	-	-	7	(1)	8
- Prefixado	148.392	62	156	582	3.809	3.519	8.128	5.188	2.940
- Dolar	1.717.875	-	1.443	2.599	16.785	98.583	119.410	93.433	25.977
- CDI	7.000	-	-	-	8	106	114	(6)	120
Posição passiva:	1.879.267	-	(89)	-	(516)	(21.284)	(21.889)	7.979	(29.868)
- Dolar	6.000	-	-	-	(435)	-	(435)	(209)	(226)
- DI	148.392	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI	1.717.875	-	(89)	-	(81)	(21.284)	(21.454)	8.188	(29.642)
- IGPM	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-
“Contratos futuros”									
Posição ativa:	274.988	527	-	-	-	-	527	527	-
- DDI	154.540	436	-	-	-	-	436	436	-
- Dolar	55.380	91	-	-	-	-	91	91	-
- DI1	65.068	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	274.988	(97)	-	-	-	-	(97)	(97)	-
- DDI	154.540	(76)	-	-	-	-	(76)	(76)	-
- Dolar	55.380	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

- DI1	65.068	(21)	-	-	-	-	(21)	(21)	-
Total a receber líquido		492	1.510	3.188	20.086	80.924	106.200	107.023	(823)

Indexador:	Banco e Consolidado								
	2010								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
"Swap"									
Posição ativa:	2.157.585	116	226	287	3.821	4.277	8.727	2.670	6.057
- Dolar	187.166	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	247.622	116	226	287	3.821	3.729	8.179	7.663	516
- Dolar	1.722.797	-	-	-	-	548	548	(4.993)	5.541
Posição passiva:	2.157.585	(13.376)	(1.247)	(3.306)	(235.330)	(199.654)	(452.913)	(315.087)	(137.826)
- Prefixado	187.166	(13.376)	-	-	(231.427)	-	(244.803)	(227.588)	(17.215)
- DI	247.622	-	-	-	-	(1.441)	(1.441)	1.409	(2.850)
- DI	1.722.797	-	(1.247)	(3.306)	(3.903)	(198.213)	(206.669)	(88.908)	(117.761)
Total a pagar líquido		(13.260)	(1.021)	(3.019)	(231.509)	(195.377)	(444.186)	(312.417)	(131.769)

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

Banco e Consolidado	2011		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	630.320	(478.341)	151.979
Contratos Futuros	26.351	(29.274)	(2.923)
Total	656.671	(507.615)	149.056

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários:

	2011	
	Banco	Consolidado
Títulos de Renda Fixa	77.325	103.259
Resultado com Cotas Subordinadas	(228.562)	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	227.272	135.768
Títulos de Renda Variável	9.515	9.515
Total	85.550	248.542

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As informações sobre a carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco			
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	3.395.278	55,65	2.705.335	39,57
Empréstimo em consignação	705.376	11,56	1.116.145	16,32
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	493.471	8,09	671.363	9,82
Capital de giro	561.669	9,21	315.297	4,61
Direitos creditórios adquiridos	75.610	1,24	256.720	3,75
Renegociações	70.812	1,16	593.289	8,68
Conta garantida	21.206	0,35	310.483	4,54
Crédito pessoal	102.638	1,68	218.631	3,19
Títulos descontados	8.140	0,13	20.241	0,30

Notas Explicativas

Cheque especial	818	0,01	12.483	0,18
Financiamento a titulares de cartões de crédito terceiros	-	-	67.383	0,99
Financiamentos à exportação	98.835	1,62	-	-
Outros	16.395	0,27	3.234	0,05
Total das operações de crédito	5.550.248	90,97	6.290.604	92,00
Outros créditos (3)	472.239	7,74	546.848	8,00
Adiantamento sobre contratos de câmbio (4)	78.400	1,29	-	-
Total	6.100.887	100,00	6.837.452	100,00

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	5.321.620	61,07	4.782.348	47,96
Operações de arrendamento mercantil (1)	688.797	7,90	1.058.576	10,62
Empréstimo em consignação	705.376	8,09	1.116.145	11,19
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	493.471	5,66	671.363	6,73
Capital de giro	561.669	6,44	315.297	3,16
Direitos creditórios adquiridos	75.610	0,87	256.720	2,57
Renegociações	70.812	0,81	593.289	5,95
Conta garantida	21.206	0,24	310.483	3,11
Crédito pessoal	102.638	1,18	218.631	2,19
Títulos decontados	8.140	0,09	20.241	0,20
Cheque especial	818	0,01	12.483	0,13
Financiamento a titulares de cartões de crédito terceiros	-	-	67.383	0,68
Financiamentos à exportação	98.835	1,13	-	-
Outros	16.395	0,19	3.234	0,03
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	8.165.387	93,68	9.426.193	94,52
Outros créditos (3)	472.239	5,42	546.848	5,48
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	78.400	0,90	-	-
Total	8.716.026	100,00	9.973.041	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito com características de concessão de crédito;

(4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (vide nota 9).

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

Rating	Banco							Total
	2011							
	Vencidos	A vencer						
	mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	8.280	669.123	86.156	96.861	241.557	489.818	2.442.997	4.034.792
B	38.006	27.231	25.486	22.348	66.743	205.595	296.578	681.987
C	60.409	19.884	10.575	8.629	24.388	44.349	194.328	362.562
D	62.612	14.555	3.219	3.414	8.839	24.171	111.149	227.959
E	59.565	4.850	2.021	2.103	5.890	11.740	57.160	143.329
F	63.318	4.239	2.182	2.223	6.408	12.347	33.253	123.970

Notas Explicativas

G	48.476	3.032	1.242	1.256	3.387	6.433	24.707	88.533
H	322.017	12.244	4.302	4.141	11.453	21.179	62.419	437.755
Total	662.683	755.158	135.183	140.975	368.665	815.632	3.222.591	6.100.887

Rating	Consolidado							
	2011							
	Vencidos	A vencer						Total
	mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	9.745	751.164	144.569	156.840	410.216	808.504	3.591.895	5.872.933
B	45.560	34.061	29.416	26.417	78.375	227.945	385.307	827.081
C	73.034	28.993	14.615	12.790	35.919	67.015	285.041	517.407
D	73.506	19.160	5.413	5.665	15.066	36.418	157.878	313.106
E	69.933	7.736	3.446	3.571	9.988	19.765	90.598	205.037
F	75.002	6.565	3.325	3.417	9.739	18.952	64.070	181.070
G	63.216	5.360	2.346	2.411	6.655	13.056	57.385	150.429
H	396.967	20.511	8.527	8.500	23.739	45.103	145.616	648.963
Total	806.963	873.550	211.657	219.611	589.697	1.236.758	4.777.790	8.716.026

Rating	Banco							
	2010							
	Vencidos	A vencer						Total
	mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	3.669	5.892	3.322	46.682	18.409	28.365	106.339
A	74.339	686.779	158.558	156.724	444.368	590.025	2.665.062	4.775.855
B	47.316	23.611	9.566	11.596	39.003	49.284	126.562	306.938
C	75.358	25.401	10.902	10.172	27.267	49.204	159.071	357.375
D	64.882	13.711	6.257	6.245	16.798	28.732	79.659	216.284
E	50.634	7.939	3.950	3.744	10.708	19.979	61.581	158.535
F	42.085	5.024	2.638	2.521	7.233	13.464	40.797	113.762
G	39.772	3.631	1.855	1.763	5.071	9.541	32.553	94.186
H	473.201	21.402	10.308	9.516	25.173	45.407	123.171	708.178
Total	867.587	791.167	209.926	205.603	622.303	824.045	3.316.821	6.837.452

Rating	Consolidado							
	2010							
	Vencidos	A vencer						Total
	mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	3.669	5.892	3.322	46.682	18.409	28.365	106.339
A	75.092	862.437	237.847	235.557	676.310	983.256	4.387.891	7.458.390
B	78.846	43.916	14.347	16.166	52.403	75.745	184.129	465.552
C	102.632	57.499	13.659	13.062	35.161	64.554	200.579	487.146
D	72.170	14.401	7.222	7.214	19.542	34.154	96.447	251.150
E	56.193	9.206	4.484	4.280	12.223	22.923	70.177	179.486
F	47.049	7.684	2.965	2.851	8.171	15.276	43.990	127.986
G	44.741	6.803	2.071	1.980	5.688	10.724	33.749	105.756
H	541.084	25.942	10.949	10.145	26.958	48.752	127.406	791.236
Total	1.017.807	1.031.557	299.436	294.577	883.138	1.273.793	5.172.733	9.973.041

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Notas Explicativas

		2011							
		Banco				Consolidado			
Nível	Provisão Requerida %	A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão	A vencer (*)	Vencidos	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50	4.026.512	8.280	4.034.792	20.172	5.863.188	9.745	5.872.933	29.364
B	1,00	643.981	38.006	681.987	6.820	781.521	45.560	827.081	8.271
C	3,00	302.153	60.409	362.562	10.877	444.373	73.034	517.407	15.536
D	10,00	165.347	62.612	227.959	22.796	239.600	73.506	313.106	48.719
E	30,00	83.764	59.565	143.329	42.999	135.104	69.933	205.037	92.267
F	50,00	60.652	63.318	123.970	61.985	106.068	75.002	181.070	117.696
G	70,00	40.057	48.476	88.533	61.973	87.213	63.216	150.429	135.386
H	100,00	115.738	322.017	437.755	437.755	251.996	396.967	648.963	648.963
Total		5.438.204	662.683	6.100.887	665.377	7.909.063	806.963	8.716.026	1.096.202
% sobre total de risco					10,91%				12,58%

		2010							
		Banco				Consolidado			
Nível	Provisão Requerida %	A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão	A vencer (*)	Vencidos	Total	Provisão
AA	-	106.339	-	106.339	-	106.339	-	106.339	-
A	0,50	4.701.516	74.339	4.775.855	23.879	7.383.298	75.092	7.458.390	37.292
B	1,00	259.622	47.316	306.938	3.069	386.706	78.846	465.552	4.655
C	3,00	282.017	75.358	357.375	10.721	384.514	102.632	487.146	14.614
D	10,00	151.402	64.882	216.284	21.629	178.980	72.170	251.150	25.116
E	30,00	107.901	50.634	158.535	47.561	123.293	56.193	179.486	53.845
F	50,00	71.677	42.085	113.762	56.881	80.937	47.049	127.986	63.993
G	70,00	54.414	39.772	94.186	65.930	61.015	44.741	105.756	86.296
H	100,00	234.977	473.201	708.178	708.178	250.152	541.084	791.236	791.236
Total		5.969.865	867.587	6.837.452	937.848	8.955.234	1.017.807	9.973.041	1.077.047
% sobre total de risco					13,72%				10,80%

(*) inclui operações vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Banco				
	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do exercício	937.848	-	118.430	15.856	1.072.134
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	95.504	-	-	-	95.504
- Constituição/reversão de provisão	762.064	53.893	47.686	(3.171)	860.472
- Baixas contra a provisão	(1.130.039)	-	-	-	(1.130.039)
Saldo do fim do exercício	665.377	53.893	166.116	12.685	898.071
- Créditos recuperados (4) (5)	78.243	-	-	-	78.243
- Efeito no resultado (6)	(683.821)	(53.893)	(47.686)	3.171	(782.229)

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do exercício	1.077.047	-	118.430	15.856	1.211.333
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	149.252	-	-	-	149.252
- Constituição/reversão de provisão	1.157.719	53.893	47.686	(3.171)	1.256.127
- Baixas contra a provisão	(1.287.816)	-	-	-	(1.287.816)
Saldo do fim do exercício	1.096.202	53.893	166.116	12.685	1.328.896
- Créditos recuperados (4) (5)	85.266	-	-	-	85.266
- Efeito no resultado (6)	(1.072.453)	(53.893)	(47.686)	3.171	(1.170.861)

(1) Inclui outros créditos com características de operação de crédito e operações de câmbio;

(2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;

(3) Classificada em outras obrigações – diversas;

(4) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 85.266 (sendo R\$ 78.243 de recuperação de crédito do Banco e R\$ 7.013 de recuperação de operação de arrendamento mercantil). No Banco e no Consolidado, a carteira de créditos renegociados totalizam R\$ 70.812 (2010 - R\$ 593.289);

(5) Contabilizado em Rendas de Operações de Crédito; e

(6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados.

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco			
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	5.148.176	84,38	5.762.308	84,27
Agroindustria	232.687	3,82	51.248	0,75
Açúcar e Etanol	113.928	1,87	45.601	0,68
Agronegócio e Proteína Animal	118.759	1,95	5.647	0,07
Comércio	197.565	3,24	368.288	5,39
Atacado e Varejo	197.565	3,24	368.288	5,39
Indústrias de Base	136.703	2,24	94.757	1,40
Autopeças	7.055	0,12	16.894	0,26
Indústria Química	35.680	0,58	11.156	0,16
Óleo e Gás	812	0,01	36.243	0,53
Outras Indústrias	68.016	1,11	15.513	0,23
Papel e Celulose	15.054	0,25	14.951	0,22
Textil	10.086	0,17	-	-
Serviços	385.756	6,32	560.851	8,19
Construção e Incorporação	145.246	2,38	3.642	0,05
Financeiros	71.431	1,17	1.817	0,03
Locação de veículos	3.850	0,06	18.835	0,28
Mídia, TI e Telecom	12.438	0,20	36.898	0,54
Outros Serviços	32.311	0,53	359.811	5,24
Saúde, Segurança e Educação	46	-	6.061	0,09
Transporte e Logística	10.121	0,17	6.258	0,09
Utilitários	110.313	1,81	127.529	1,87
Total geral	6.100.887	100,00	6.837.452	100,00

Notas Explicativas

Setor de atividade	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	7.656.476	87,84	8.751.013	87,75
Agroindustria	232.687	2,67	51.248	0,51
Açúcar e Etanol	113.928	1,31	45.601	0,46
Agronegócio e Proteína Animal	118.759	1,36	5.647	0,05
Comércio	304.404	3,49	515.172	5,16
Atacado e Varejo	304.404	3,49	515.172	5,16
Indústrias de Base	136.703	1,57	94.757	0,95
Autopeças	7.055	0,08	16.894	0,17
Indústria Química	35.680	0,41	11.156	0,11
Óleo e Gás	812	0,01	36.243	0,36
Outras Indústrias	68.016	0,78	15.513	0,16
Papel e Celulose	15.054	0,17	14.951	0,15
Textil	10.086	0,12	-	-
Serviços	385.756	4,43	560.851	5,63
Construção e Incorporação	145.246	1,67	3.642	0,04
Financeiros	71.431	0,82	1.817	0,02
Locação de veículos	3.850	0,04	18.835	0,19
Mídia, TI e Telecom	12.438	0,14	36.898	0,37
Outros Serviços	32.311	0,37	359.811	3,61
Saúde, Segurança e Educação	46	-	6.061	0,06
Transporte e Logística	10.121	0,12	6.258	0,06
Utilitários	110.313	1,27	127.529	1,28
Total geral	8.716.026	100,00	9.973.041	100,00

f) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	243.603	3,99	443.784	6,49	243.603	2,79	443.784	4,45
50 seguintes maiores devedores	494.948	8,11	391.516	5,73	494.948	4,59	400.413	4,01
100 seguintes maiores devedores	135.462	2,22	102.433	1,50	149.859	2,76	113.511	1,14
Demais devedores	5.226.874	85,68	5.899.719	86,28	7.827.616	89,86	9.015.333	90,40
Total	6.100.887	100,00	6.837.452	100,00	8.716.026	100,00	9.973.041	100,00

g) Cessões de Crédito:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com FIDCs, conforme demonstra-se a seguir. Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos consignados e financiamentos de veículos.

	Banco		
	2011		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado 2011
Com coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	485.872	401.752	84.120
Subtotal	485.872	401.752	84.120
Sem coobrigação			

Notas Explicativas

Crédito direto ao consumidor	4.945.741	4.161.424	784.317
Empréstimo em consignação	1.364.613	1.103.600	261.013
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.627	1.780
Subtotal	6.451.761	5.404.651	1.047.110
Total	6.937.633	5.806.403	1.131.230

- **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 2.082.661 (2010 - R\$ 3.327.390), no banco e consolidado, apurado pelo valor presente através das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 2.429.721 (2010 - R\$ 3.972.159), no banco e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 166.116 (2010 - R\$ 118.430), no banco e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras Obrigações Diversas" (ver nota explicativa nº 19b).

O resultado com cessões de crédito com coobrigação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montou R\$ 84.120 e está registrado na rubrica "Rendas de Operações de Crédito", referindo-se a contratos de financiamento de veículos.

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	2011	
	Banco	Consolidado
Lucros nas cessões de crédito – Crédito direto ao consumidor	868.437	709.439
Lucros nas cessões de crédito – Empréstimos em consignação	261.013	261.013
Lucros nas cessões de crédito – Conta garantida e giro	1.780	1.780
Cartão de crédito	321.040	321.040
Crédito direto ao consumidor	387.577	895.923
Empréstimos em consignação	183.613	183.613
Crédito pessoal	96.409	96.409
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	78.243	85.266
Conta garantida	23.591	23.591
Renegociações	9.905	9.905
Financiamento à exportação	5.278	5.278
Capital de giro	62.555	62.555
Arrendamento mercantil líquido de despesas	-	191.118
Outras	13.444	13.444
Total	2.312.885	2.860.374

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

Banco e Consolidado	2011
Ativo – Outros Créditos	
Câmbio comprado a liquidar	80.386
Rendas a receber	748
Total do Ativo	81.134
Passivo - Outras obrigações	
Obrigações por compra de câmbio	77.652
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(77.652)
Total do Passivo	-

Notas Explicativas**10) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (*)**

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Créditos tributários (Nota 31b)	2.191.380	1.430.764	2.545.214	1.761.941
Valores a receber por cessão de créditos	158.558	189.296	158.558	189.296
Títulos e créditos a receber (a)	472.239	546.848	472.239	546.848
Imposto de renda a compensar	58.427	43.851	87.109	49.360
Depósitos Judiciais e fiscais	52.868	29.073	66.053	38.551
Cartões de Crédito (b)	29.232	15.369	29.232	15.369
Valores a rec.de empréstimos consignados (c)	15.583	19.614	15.583	19.614
Valores a receber de sociedades ligadas	2.000	132.734	-	118.345
Valores a receber de bens leiloados	11.581	1.177	11.581	1.433
Valores a receber c/vendas de direitos creditórios s/oper.de arrendamento Mercantil (d)	-	-	37.054	91.090
Outros	126.679	121.611	153.411	131.599
Total	3.118.547	2.530.337	3.576.034	2.963.446

(*) Inclui títulos e créditos a receber

- a) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito com característica de concessão de crédito;
- b) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram;
- c) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vem sendo negociados pelo Banco, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é R\$ 12.685 (2010 - R\$ 15.856); e
- d) Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

11) OUTROS VALORES E BENS**a) Bens não de uso próprio/outros:**

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	2011	2010	Custo	Provisão para perdas	2011	2010
Veículos	42.903	(23.597)	19.306	63.306	47.060	(29.131)	17.929	69.476
Veículos em regime especial	61.706	(48.331)	13.375	10.668	65.888	(48.331)	17.557	10.668
Outros	589	(437)	152	154	589	(437)	152	154
Total dos bens não de uso próprio	105.198	(72.365)	32.833	74.128	113.537	(77.899)	35.638	80.298
Outros bens	551	-	551	1.507	551	-	551	1.507
Total de outros valores e bens	105.749	(72.365)	33.384	75.635	114.088	(77.899)	36.189	81.805

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Comissões pagas a lojistas e promotoras	180.969	137.044	293.445	320.328
Gastos na emissão de títulos no exterior	16.810	22.268	16.810	22.268
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	473	3.058
Outras despesas antecipadas	-	2.502	-	2.502
Total	197.779	161.814	310.728	348.156

12) INVESTIMENTOS**a) Controladas:**

Notas Explicativas

Empresas	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)
			ON	PN	Cotas			2011	2010	
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1)(3)	141.521	102.664	11	-	-	99,970%	(3.275)	102.633	105.908	(3.274)
Panamericana de Seguros S.A. (1)(3)(5)	71.256	132.818	339.207	106	4	99,999%	35.712	132.817	132.430	37.386
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)(4)	2.061	3.016	-	-	500	99,999%	956	3.016	-	956
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1)(3)(6)(7)	1	(25)	-	-	1	99,999%	(25)	(25)	-	(25)
Total								238.441	238.338	35.043

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2011;

(2) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco Panamericano;

(4) Empresa constituída em 15 de junho de 2011;

(5) Em 27 de maio de 2011, a BF Utilidades Domésticas Ltda vendeu para o Banco Panamericano 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A.. O processo foi aprovado pela SUSEP em 09 de agosto de 2011;

(6) Controlada classificada na rubrica "Passivo a Descoberto";

(7) Empresa em fase não operacional constituída em 22 de julho de 2011; e

(8) Exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

b) Outros Investimentos:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Incentivos fiscais	-	-	261	261
Títulos patrimoniais	380	380	380	380
Ações e cotas	-	-	304	304
Outros	80	73	81	276
Total	460	453	1.026	1.221

13) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Banco	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2011	2010
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	13.893	(11.107)	2.786	4.048
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.642	(1.574)	68	122
Sistemas de processamento de dados	20%	19.860	(16.441)	3.419	4.389
Sistemas de transportes	20%	380	(218)	162	143
Total em 2011		35.775	(29.340)	6.435	-
Total em 2010		38.047	(29.345)	-	8.702

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2011	2010
Imóveis de uso	4%	5.222	(327)	4.895	28.428
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	13.994	(11.107)	2.887	4.048
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.722	(1.621)	101	122

Notas Explicativas

Sistemas de processamento de dados	20%	20.304	(16.885)	3.419	4.389
Sistemas de transportes	20%	425	(263)	162	143
Outras imobilizações	-	95	-	95	170
Total em 2011		41.762	(30.203)	11.559	-
Total em 2010		68.664	(31.364)	-	37.300

No exercício de 2011, foram baixados valores do ativo imobilizado por "impairment" no montante de R\$ 936 (consolidado – R\$ 967), conforme Resolução CMN nº 3.566/08.

14) INTANGÍVEL**a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:**

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				2011	2010
Gastos com desenvolvimento e Logiciais	20% a 50%	15.482	(7.723)	7.759	5.811
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.598	(1.165)	1.433	1.906
Outros	10%	1.322	(120)	1.202	5
Total em 2011		19.402	(9.008)	10.394	-
Total em 2010		14.579	(6.857)	-	7.722

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				2011	2010
Gastos com desenvolvimento e Logiciais	20% a 50%	15.978	(8.152)	7.826	5.840
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.821	(1.165)	4.656	1.906
Outros	10%	1.322	(120)	1.202	5
Total em 2011		23.121	(9.437)	13.684	-
Total em 2010		15.387	(7.636)	-	7.751

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento Logiciais	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros (1)	Total
Saldo no início do exercício	5.811	1.906	5	7.722
Adições/Baixas	3.864	(192)	1.300	4.972
Amortização do exercício	(1.916)	(281)	(103)	(2.300)
Saldo no fim do exercício	7.759	1.433	1.202	10.394

Consolidado	Gastos com desenvolvimento Logiciais	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros (1)	Total
Saldo no início do exercício	5.840	1.906	5	7.751
Adições/Baixas	3.936	3.031	1.300	8.267
Amortização do exercício	(1.950)	(281)	(103)	(2.334)
Saldo no fim do exercício	7.826	4.656	1.202	13.684

(1) Refere-se, basicamente, à aquisição de direito de utilização da base de clientes de uma rede de supermercados, visando sua exploração com o fornecimento de serviços atrelados à emissão de cartão de crédito.

Notas Explicativas

15) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011	2010
• Depósitos à vista (1)	97.461	-	-	-	97.461	46.282
• Depósitos interfinanceiros	1.049.203	1.643.684	2.512	25.805	2.721.204	816.863
• Depósitos a prazo	97.504	236.568	596.443	1.480.074	2.410.589	4.728.839
Total em 2011	1.244.168	1.880.252	598.955	1.505.879	5.229.254	-
Total em 2010	393.069	1.497.015	1.380.794	2.321.106	-	5.591.984

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011	2010
• Depósitos à vista (1)	97.172	-	-	-	97.172	43.234
• Depósitos interfinanceiros	1.049.203	1.643.684	2.512	25.805	2.721.204	816.863
• Depósitos a prazo	97.036	235.862	596.442	1.473.800	2.403.140	4.725.711
Total em 2011	1.243.411	1.879.546	598.954	1.499.605	5.221.516	-
Total em 2010	390.021	1.496.355	1.380.794	2.318.638	-	5.585.808

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto:

	2011					
	Banco			Consolidado		
	Até 30 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 30 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira Própria						
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	442.472	121.370	563.842	411.560	104.869	516.429
Total em 2011	442.472	121.370	563.842	411.560	104.869	516.429
Total em 2010	21.903	114.530	136.433	2.001	114.530	116.531

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Banco e Consolidado				
	2011				
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país					
• Letras Financeiras	-	-	-	237.891	237.891
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	16.061	33.198	17.452	-	66.711
Subtotal	16.061	33.198	17.452	237.891	304.602
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)					
• Euro Medium-Term Notes	-	11.995	4.616	908.738	925.349
Subtotal	-	11.995	4.616	908.738	925.349
Total em 2011	16.061	45.193	22.068	1.146.629	1.229.951
Total em 2010	-	11.379	4.600	833.100	849.079

(1) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 mil através da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 mil em 26 de outubro de 2009 e US\$ 300.000 mil em 04 de agosto de 2010.

Notas Explicativas

O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$ 200.000 mil e US\$ 300.000 mil, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$ 900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$ 11.400 mil na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

A seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Banco e Consolidado	
			2011 (1)	2010
199.100	7,000% a.a.	26/10/2012	378.763	337.840
288.638	5,500% a.a.	04/08/2015	546.586	511.239
Total			925.349	849.079

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 6.274, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	2011	
	Banco	Consolidado
Depósitos a prazo	484.848	484.422
Variação cambial	234.156	234.156
Despesas de captação através de FIDCs	-	153.694
Depósitos interfinanceiros	125.256	125.256
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	115.080	115.080
Operações compromissadas	53.119	51.362
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	21.045	21.045
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	-	20.600
Despesas de letras financeiras	10.223	10.223
Marcação a Mercado de captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	2.784	2.784
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	880	881
Total	1.047.391	1.219.503

16) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pela taxa das operações de cessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	325.226	1.594.853	312.426	1.594.853
Total	325.226	1.594.853	312.426	1.594.853

17) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Segue abaixo a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Notas Explicativas

					Banco e Consolidado	
Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação (US\$)	Moeda	Remuneração	Dezembro/2011 (1)	Dezembro/2010
No Exterior:						
2016	10	50.000	US\$	Taxa de 11,0% a.a.	-	87.586
2016	10	75.000	US\$	Taxa de 11,0% a.a.	-	131.380
2020	10	500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	961.796	847.066
Total					961.796	1.066.032

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas, foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 9.058, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As dívidas subordinadas relacionadas às tranches com vencimento em 18 de julho de 2016 foram canceladas em razão do resgate total antecipado efetuado pelo Banco Panamericano em 18 de julho de 2011.

18) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

Referem-se à provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$ 476.960 (2010 - R\$ 367.604) no Banco e R\$ 545.376 (2010 - R\$ 420.751) no Consolidado, que vem sendo questionadas judicialmente e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

b) Provisão para Contingências:

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 3, sempre que a perda for avaliada como provável, que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

I – Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Processos cíveis	118.648	75.048	131.802	83.383
Processos tributários	17.131	16.928	24.627	22.659
Processos trabalhistas	17.411	3.647	22.916	7.409
Subtotal (a)	153.190	95.623	179.345	113.451
Provisão para riscos fiscais (b)	476.960	367.604	545.376	420.751
Total	630.150	463.227	724.721	534.202

(a) Nota 19b; e

(b) Classificados na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 19a).

II – Movimentação das provisões:

Banco	2011					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	3.647	75.048	16.928	95.623	367.604	463.227
Constituições líquidas de reversões	13.764	43.600	203	57.567	109.356	166.923

Notas Explicativas

e baixas						
Saldo no fim do exercício	17.411	118.648	17.131	153.190	476.960	630.150

Consolidado	2011					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	7.409	83.383	22.659	113.451	420.751	534.202
Constituições líquidas de reversões e baixas	15.507	48.419	1.968	65.894	124.625	190.519
Saldo no fim do exercício	22.916	131.802	24.627	179.345	545.376	724.721

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em dezembro de 2011, a Panamericana de Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desse processo.

19) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para riscos fiscais (nota 18a)	476.960	367.604	545.376	420.751
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (1)	39.117	36.948	41.604	39.435
Provisão para imposto de renda diferido (nota 31e)	19.816	7.487	230.981	204.989
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	4.783	8.332	5.123	8.571
Impostos e contribuições sobre salários	1.850	310	1.994	450
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	497	417	497	417
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	1.490	1.090	2.523	1.811
Cofins a recolher	1.305	871	1.978	994
PIS a recolher	212	141	358	168
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	28.348	-
Outros	-	-	491	2.021
Total	546.030	423.200	859.273	679.607

- (1) O Banco Panamericano e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se em 2010 pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Notas Explicativas

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Débitos previdenciários	35.853	33.556	35.853	33.396
Demais débitos	3.264	3.392	5.751	6.039
Total	39.117	36.948	41.604	39.435

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Captação de recursos FIDCs	-	-	1.070.826	1.140.273
Valores a pagar a estabelec. ref. compras com cartões de crédito	445.818	523.191	445.818	523.191
Provisão p/ créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	166.116	118.430	166.116	118.430
Provisão para passivos contingentes (Nota 18b)	153.190	95.623	179.345	113.451
Valores a pagar a sociedades ligadas	95.031	336.881	5.016	231.702
Valores a pagar a lojistas	24.840	29.917	24.840	29.917
Provisão para pagamentos a efetuar	41.775	20.921	52.171	26.147
Arrecadação de cobrança	19.222	44.585	19.222	44.585
Cheques administrativos	18	584	18	584
Obrig. por Op. venda ou transf. Financ. Arrend. Mercantil	-	-	42.277	334.972
Depósitos de terceiros	-	-	39	86
Valores específicos de consórcio	-	-	8.170	8.799
Outros	114.601	66.522	117.378	73.174
Total	1.060.611	1.236.654	2.131.236	2.645.311

20) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS - CONSOLIDADO

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

	2011	2010
Acidentes pessoais coletivos	29.110	28.832
Desemprego/Perda de renda	27.565	-
Rendas de eventos aleatórios	2.201	3.761
Prestamistas	104	46.123
Vida em grupo	574	4.276
Total	59.554	82.992

b) Sinistros a liquidar:

	2011	2010
Acidentes pessoais coletivos	3.559	3.824
Vida em grupo	1.405	2.182
Rendas de eventos aleatórios	811	1.239
Prestamistas	297	1.737
Desemprego/Perda de renda	310	-
Outros	15	15
Subtotal	6.397	8.997
DPVAT	19.528	24.008
Total	25.925	33.005

Notas Explicativas

Do montante de R\$ 6.397 (2010 - R\$ 8.997), o valor de R\$ 3.235 (2010 - R\$ 2.965) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	2011		2010	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	311	3.236	15	161
Perda possível	-	-	339	2.702
Perda remota	-	-	316	102
Total	311	3.236	670	2.965

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:

	2011	2010
Prestamistas	9.593	3.251
DPVAT	8.210	1.534
Vida em grupo	9.561	480
Acidentes pessoais coletivos	1.111	4.829
Desemprego/Perda de renda	646	-
Rendas de eventos aleatórios	16	263
Resseguros	377	-
Total	29.514	10.357

d) Outras provisões:

	2011	2010
Vida em grupo	-	88
Acidentes pessoais coletivos	-	2.329
DPVAT	79	59
Prestamistas	207	456
Rendas de eventos aleatórios	60	99
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	383	86
Total	729	3.117

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	115.722	129.471
--	----------------	----------------

e) Resultado com operações de seguros**I - Segue o resultado de prêmio de seguros ganhos por ramo:**

Ramos (*)	Dezembro 2011
Acidentes pessoais coletivos	70.869
Danos pessoais (DPVAT)	33.434
Vida em grupo	7.025
Prestamista	5.310
Desemprego/perda de renda	4.800
Renda de eventos aleatórios	1.921
Total	123.359

Notas Explicativas

(*) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

II - Sinistros ocorridos por ramo

Ramo	Dezembro 2011
DPVAT	29.096
Vida em grupo	16.078
Prestamista	14.550
Rendas de eventos aleatórios	2.042
Acidentes pessoais	(2.000)
Desemprego/perda de renda	1.253
Total	61.019

21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é de R\$ 1.108.091, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal demonstrados a seguir:

	2011	2010
Ordinárias	131.881.028	131.881.028
Preferenciais	112.462.912	112.462.912
Total	244.343.940	244.343.940

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que terá por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07.

Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição do JCP referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$ 6.000, que seriam pagos até 30 de abril de 2011.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de

Notas Explicativas

2010, que as demonstrações financeiras até então publicadas, incluindo as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegaram à ordem de aproximadamente R\$ 4,3 bilhões; e (ii) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2010 e 30 de novembro de 2010, naquele momento as únicas demonstrações financeiras fidedignas da Instituição, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

Conforme o estatuto social do Banco Panamericano S.A., em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 16.831. A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	2011	% (1)
Lucro líquido	60.238	
(-) Reserva legal	(3.012)	
Base de cálculo	57.226	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	16.831	29,41
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(2.525)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	14.306	25,00

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

d) Depósito de Acionista:

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 do Banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores:

Durante o exercício de 2011, foram contabilizados valores a título de ajuste de exercícios anteriores, conforme segue:

Banco	2011
- Baixa de contas transitórias (1)	50.789
- Ajuste do passivo de liquidação antecipada em operações de cessões de crédito (2)	195.936
- Subtotal	246.725
- Efeitos tributários	(98.690)
Total	148.035

(1) Refere-se a baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes há mais de 180 dias, efetuada no 1º semestre de 2011; e

(2) No 3º trimestre de 2011, o Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Até o 2º trimestre, essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aos cessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivos cessionários.

Notas Explicativas**22) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	2011	
	Banco	Consolidado
Operações de crédito	182.081	182.081
Rendas de cartões	114.786	114.786
Rendas de serviços de cobrança	50	50
Administração de consórcios	-	13.300
Outras	22.616	23.109
Total	319.533	333.326

23) DESPESAS DE PESSOAL

	2011	
	Banco	Consolidado
Proventos	43.785	62.231
Encargos Sociais	16.747	23.715
Honorários	8.733	9.030
Benefícios	5.163	10.567
Outros	326	556
Total	74.754	106.099

24) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	
	Banco	Consolidado
Comissões pagas a lojistas e promotoras	662.368	759.060
Serviços de terceiros	182.409	177.012
Processamento de dados	84.035	84.712
Acordos judiciais	33.129	34.034
Serviços do sistema financeiro	59.432	66.540
Despesas c/ busca e apreensão de bens	49.442	50.460
Comunicações	41.073	41.209
Aluguéis	15.425	15.361
Taxas e emolumentos	5.643	6.359
Propaganda, promoções e publicidade	9.807	10.255
Transporte	6.711	6.817
Depreciação e amortização	4.687	4.742
Manutenção e conservação de bens	3.159	3.166
Viagens	1.741	1.811
Administração de Fundo	-	8.578
Materiais de consumo	1.246	1.250
Outras	61.799	68.283
Total	1.222.106	1.339.649

25) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2011	
	Banco	Consolidado
Contribuição à Cofins	75.253	85.246
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.229	13.349
Contribuição ao PIS	18.465	23.559
Impostos e taxas	6.077	26.955
Total	112.024	149.109

Notas Explicativas

26) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	2011	
	Banco	Consolidado
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	68.589	68.589
Restituição de prêmios de seguros	34.541	34.541
Reversão de provisões	34.386	34.594
Taxa de Registro de Cartórios – CDC	16.697	16.697
Recuperação de encargos e despesas (1)	65.690	68.754
Outras rendas operacionais	23.219	45.351
Total	243.122	268.526

(1) Refere-se a recuperação de valores que foram pagos para as assessorias de cobrança.

b) Outras despesas operacionais:

	2011	
	Banco	Consolidado
Despesa de cessão de operações de crédito	115.367	102.567
Prejuízo c/ operações de crédito/financiamento	34.926	34.926
Variação monetária passiva	47.711	51.129
Constituição de provisões	86.459	93.063
Descontos concedidos	12.696	14.399
Fraudes dedutíveis	21.341	21.341
Despesas na apreensão de veículos	1.485	1.620
Administração de Apólice de Seguros	-	7.524
Outras	1.549	36.786
Total	321.534	363.355

27) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2011	
	Banco	Consolidado
Reversão/Provisão de outros valores e bens	18.075	18.516
Resultado na alienação de outros valores e bens	(118.138)	(115.557)
Resultado na alienação de imóveis	-	6.318
Lucros ou dividendos recebidos	15	15
Outros	2	2.923
Total	(100.046)	(87.785)

28) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Notas Explicativas

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco		
	2011	2010	2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)			
Banco BTG Pactual S.A.	639.461	-	29.656
Caixa Econômica Federal	-	-	16.490
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	606.101	794.489	91.504
Total	1.245.562	794.489	137.650
Títulos e valores mobiliários (b)			
Caixa CDC FIDC	194.918	314.840	(15.923)
Caixa Master CDC FIDC	653.727	853.386	(104.959)
FIDC F BP Financeiro	115.442	52.663	(108.093)
FIDC FF Multisegmentos	-	39.304	413
Total	964.087	1.260.193	(228.562)
Outros créditos – Arrecadações de cobrança (c)			
Panamericana de Seguros S.A.	2.000	14.391	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	-	1	-
Total	2.000	14.392	-
Cessão de crédito (j)			
Caixa Econômica Federal	41.973	33.612	-
Total	41.973	33.612	-
Depósitos à vista (d)			
Panamericana Seguros S.A.	(512)	(476)	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(1)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(314)	(719)	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(1.487)	(1.988)	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(11)	-	-
Pessoal chave da administração	(4)	-	-
Total	(2.329)	(3.183)	-
Depósitos interfinanceiros (k)			
Banco BTG Pactual S.A.	(500.504)	-	(2.128)
Caixa Econômica Federal	(2.063.958)	-	(63.958)
Total	(2.564.462)	(6.738)	(66.086)
Depósitos a prazo (e)			
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(85)	-	(1)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(2.773)	(3.128)	(366)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(4.591)	-	(59)
Pessoal chave da administração	-	(316)	(30)
Total	(7.449)	(3.444)	(456)

Notas Explicativas

	Banco		
	2011	2010	2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)
Obrigações por operações compromissadas (f)			
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(1.714)
Caixa CDC FIDC	(6.039)	-	(3.152)
Caixa Econômica Federal	(300.037)	-	(789)
Caixa Master CDC FIDC	(24.873)	-	(17.635)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(16.501)	-	(1.756)
Total	(347.450)	-	(25.046)
Outras obrigações (g)			
Caixa Econômica Federal	(23.482)	-	-
Panamericana de Seguros S.A.	(7.078)	(16.071)	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(113)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(87.840)	(89.909)	-
Total	(118.513)	(105.980)	-
Outras despesas administrativas (h)			
Panamericana de Seguros S.A.	-	-	(2.306)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	-	-	(21.443)
Total	-	-	(23.749)
Resultado obtido na cessão de crédito (i)			
Caixa Econômica Federal	-	-	403.100
Caixa Master CDC FIDC	-	-	79.980
FIDC F BP Financeiro	-	-	79.018
Total	-	-	562.098

	Consolidado		
	2011	2010	2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas) (m)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)			
Banco BTG Pactual S.A.	639.461	-	29.656
Caixa Econômica Federal	-	-	16.490
Total	639.461	-	46.146
Outros créditos – Arrecadação de cobrança (c)			
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	118.340	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	5	-
Total	-	118.345	-
Cessão de crédito (j)			
Caixa Econômica Federal	41.973	33.612	-
Total	41.973	33.612	-
Depósitos à vista (d)			
BF Utilidades Domesticas Ltda.	-	(5)	-
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	-	(321)	-
Galeno de Almeida Open View	-	(7)	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	(1)	-
Hotel Jequití Ltda.	-	(48)	-
Liderança Capitalização S.A.	-	(2)	-
Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda.	-	(8)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	(7.183)	-
Panamericano Com Prod. E Serv. Ltda.	-	(76)	-
Panamericano DTVM S.A.	-	(129)	-

Notas Explicativas

Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	(1.012)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(493)	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	(182)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(3)	-
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(6)	-
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	(17)	-
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	-	(1)	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(2)	-
Vimave Comércio de Eletro – Eletrônicos Ltda.	-	(4)	-
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	(11)	-
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	(7)	-
Total	-	(9.518)	-
Depósitos interfinanceiros (k)			
Banco BTG Pactual S.A.	(500.504)	-	(2.128)
Caixa Econômica Federal	(2.063.958)	-	(63.958)
Panamericano DTVM S.A.	-	(6.738)	(246)
Total	(2.564.462)	(6.738)	(66.332)
Depósitos a prazo (e)			
BF Utilidades Domesticas Ltda.	-	(808)	(37)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	(1.152)	(46)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	(9.041)	(1.712)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(126)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(9)	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	(6.877)	(293)
Pessoal chave da administração	-	(3.012)	(139)
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	(199)	(9)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(14.349)	(417)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	(230)	(10)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	(1.102)	(49)
Total	-	(36.779)	(2.838)

Notas Explicativas

	Consolidado		
	2011	2010	2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas) (m)
Caixa CDC FIDC (l)			
Pessoal chave da administração	-	(57.301)	(2.803)
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(4.262)	(32)
Subtotal	-	(61.563)	(2.835)
Caixa Master CDC FIDC (l)			
Pessoal chave da administração	-	(2.719)	(150)
Subtotal	-	(2.719)	(150)
Total	-	(64.282)	(2.985)
Obrigações por operações compromissadas (f)			
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(1.714)
Caixa Econômica Federal	(300.037)	-	(789)
Total	(300.037)	-	(2.503)
Outras obrigações (g)			
Caixa Econômica Federal	(23.482)	-	-
Panamericano Adm. de Cartões de crédito Ltda.	-	(223.406)	-
Panamericano DTVM S.A.	-	(800)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	(6.402)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(913)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(181)	-
Total	(23.482)	(231.702)	-
Outras despesas administrativas (h)			
BF Par Utilidades Domésticas Ltda	-	-	(1.103)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(1.187)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda	-	-	(76)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	(753)
Hotel Jequiti Ltda.	-	-	(2)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(36.323)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda	-	-	(1.217)
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(4.283)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(66.741)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(1.118)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	(40)
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(17)
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	-	-	(5)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(6)
Total	-	-	(112.871)
Resultado obtido na cessão de crédito (i)			
Caixa Econômica Federal	-	-	403.100
Total	-	-	403.100

(a) Refere-se a aplicações do Banco com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas;

(c) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D+1;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;

(e) Referem-se a captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco;

(f) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;

(g) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pela DTVM;

(h) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(i) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito;

(j) Refere-se a cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(k) Refere-se a captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(l) Referem-se a captação através de cotas do FIDC; e

Notas Explicativas

(m) Exceto pelas informações da Caixa Econômica Federal, Banco BTG Pactual S.A e Pessoal chave da administração, as demais informações de Receitas e despesas referem-se a transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27 de maio de 2011, data da troca do controle acionário do Banco Panamericano.

b) Remuneração dos Administradores:

I. Foi determinado em Assembleia Geral Ordinária, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2011 no montante de R\$ 12.590.

• Benefícios de curto prazo a administradores (*)

	2011	
	Banco	Consolidado
Despesas de honorários	7.909	8.206
Gratificações/Bônus	824	824
Contribuição ao INSS	1.919	1.984
Total	10.652	11.014

(*) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

II. O Panamericano não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Banco e consolidado

• Gestão de Riscos

O Banco possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuição da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

Os instrumentos financeiros pressupõem a existência de risco de mercado e de crédito.

• Gestão do Capital

O gerenciamento da estrutura de capital deve buscar a otimização da relação risco e retorno, adequando as alocações ao apetite de risco e maximizando a relação risco versus retorno. O conglomerado tem por definição maximizar a utilização do seu capital

Notas Explicativas

a partir da eficiência na composição das suas alocações de recursos e os seus respectivos fatores de risco.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco realiza a mensuração do capital regulatório a partir dos modelos padronizados autorizados pelo CMN e BACEN. Os limites operacionais são apurados mensalmente, confrontando o capital mensurado com a exigência decorrente das exposições ao risco de mercado, risco relacionado a ponderação de ativos (risco de crédito, entre outros), risco operacional e risco de taxas de juros da carteira de não-negociação.

Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basiléia.

Estrutura de Capital	Conglomerado		
	Sigla	2011	2010
0. Patrimônio de Referência – Lim. Imobilização		1.127.383	(868.163)
1. Patrimônio de Referência	PR	1.127.383	(721.140)
1.1 Nível I	PR I	751.612	(721.140)
1.2 Nível II	PR II	375.772	-
2 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.066.733	1.338.780
3 Parcela de Juros (Pré Fixados)	PJUR1	81	38.977
4 Parcela do Risco Operacional	POPR	149.208	348.567
5 Parcela de ações	PACS	1.753	-
6 Patrimônio de Referência Exigido (2+3+4+5)	PRE	1.217.775	1.726.324
7 Parcela do Risco das Posições <i>Banking</i>	RBAN	142.839	75.421
8 Valor da Margem (1 – 6 – 7)		(233.231)	(2.669.908)
Índice de Basiléia (0 x 100 / (6 / 0,11))		10,18%	-5,53%

O Índice de Basiléia atingiu 10,18% em 31 de dezembro de 2011, ante -5,53% em 31 de dezembro de 2010, sendo que o Banco apresentou um plano para fortalecimento de sua estrutura de capital, aprovado pelo BACEN nos termos da Resolução CMN nº 4.019/11. O Patrimônio de Referência – PR atingiu R\$1.127.383, contra um PR negativo de R\$868.163 no encerramento do exercício anterior. Conforme a Resolução supracitada, o Patrimônio de Referência de 31 de dezembro de 2011 considera os valores recebidos de acionistas, no montante de R\$ 620.000 efetuados em 9 de novembro de 2011, classificados em “Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias”.

A exigência de capital regulatório, dada pelo Patrimônio de Referência Exigido - PRE, apresentou substancial redução no exercício, resultado da dinâmica de negócios, de alterações regulatórias e aprimoramentos da estrutura de gerenciamento de riscos.

Em relação à dinâmica de negócios, o resultado das operações de cessão de créditos na modalidade sem coobrigação gerou impacto positivo no Patrimônio de Referência e reduziu a exigência de capital para operações de crédito. Ainda, o impacto das mudanças introduzidas pela Circular BACEN nº 3.563/11 na estrutura de capital do Conglomerado foi benéfico, com o retorno da adoção, para a maioria da carteira de operações de varejo, do Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 75%, ao invés de 150%, conforme previa a Circular BACEN nº 3.515/10.

Em 18 de janeiro de 2012, conforme nota 33, foi aprovado o aumento de capital social do Banco em até R\$1.800.000, dos quais foram subscritos e integralizados, em 31 de janeiro de 2012, pelos acionistas detentores de 100% do capital votante do Banco Panamericano por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias de que são titulares, o montante de R\$ 971.523 milhões.

Notas Explicativas

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Banco. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

O Banco está exposto aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices INPC, IPCA, IGPM, SELIC, DI e à variação cambial. As variações cambiais são referenciadas ao Dólar Americano (US\$). Os principais fatores se relacionam as taxas prefixadas e variação cambial.

As operações e respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking: operações não classificadas na carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio do Banco, seus eventuais hedges e todas as demais exposições não classificadas na carteira *Trading*.

A administração pode alterar os efeitos advindos do risco de mercado das exposições, através de mecanismos de hedge e/ou reposicionando de ativos e passivos, o que pode mitigar os impactos decorrentes de eventuais cenários desfavoráveis.

Análise de Sensibilidade em 31 de dezembro de 2011

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Préfixadas	(2.494)	(740.940)	(1.642.866)
Moeda Estrangeira	Cambial	(67)	(671)	(1.677)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom de Dólar	(6)	(506)	(1.026)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(71)	(8.880)	(18.193)
Total 31 de Dezembro de 2011		(2.638)	(750.997)	(1.663.762)
Total 30 de Setembro de 2011		(2.308)	(663.555)	(1.474.989)
Total 31 de Dezembro de 2010		(1.473)	(226.686)	(431.783)

(*) Valores brutos de impostos.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir do cenário base (dados de mercado de 30 de dezembro de 2011), sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,8570.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,6882.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,4069.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

	Consolidado	
	Dezembro/2011	Dezembro/2010
Ativos – Dólar		
Operações de Crédito (ACC/CCE)	111.377	-
Total Ativos	111.377	-
Passivos – Dólar		
Dívida subordinada	961.796	1.066.032
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	925.349	849.079
Total Passivos	1.887.145	1.915.111

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Consolidado			
	Valor de Referência		Saldo Contábil	
	Dezembro/2011	Dezembro/2010	Dezembro/2011	Dezembro/2010
Ativos - Dólar				
Swap	1.717.875	1.909.963	2.314.605	1.956.618
DDI	52.090	-	(76)	-
Total	1.769.965	1.909.963	2.314.529	1.956.618
Passivos - Dólar				
Swap	6.000	-	6.617	-
DDI	102.450	-	436	-
DOL	55.381	-	91	-
Total	163.831	-	7.144	-

Notas Explicativas

- **Risco de Liquidez**

Refere-se à capacidade do conglomerado de monitorar o descasamento entre os prazos de recebimento dos ativos e aplicações financeiras em comparação ao pagamento das obrigações assumidas. O Banco gerencia diariamente sua liquidez, segundo prevê a Resolução CMN nº 2.804/00.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no *site* www.panamericano.com.br/ri, Relatório de Gerenciamento de Riscos.

30) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$ 784 no Banco e R\$ 1.057 no Consolidado.

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R\$ 5.335 no Banco e R\$ 10.610 no Consolidado.

31) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2011	
	Banco	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(589.359)	(595.685)
Alíquota efetiva (1)	40%	
Encargos/Créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	235.744	237.783
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	13.217	-
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	(9)
Crédito tributário sobre juros de capital próprio	6.732	7.531
Ativação de crédito tributários de exercícios anteriores (3)	357.897	360.033
Outros valores (4)	36.007	57.392
Receita de imposto de renda e contribuição social do exercício	649.597	662.730

(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada para a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. e Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (25% de imposto de renda e 9% para contribuição social);

(2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3m);

(3) Diferença de Crédito tributário sobre adições temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa do ano de 2010 na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A;

(4) Os outros valores apresentam a seguinte composição: (i) Fraudes indedutíveis de cartões no montante de R\$1.627, no consolidado; (ii) Reversão de PDD do Fundo de Investimento FF Multisegmento,

Notas Explicativas

encerrado em 29 de junho de 2011, no montante de (R\$ 38.201), no consolidado; (iii) Outras adições/exclusões permanentes no montante de R\$567 no consolidado.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	233.490	590.465	(401.154)	422.801
Provisão para contingências cíveis	29.216	17.440	-	46.656
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	138.995	43.742	-	182.737
Provisão para contingências trabalhistas	1.321	5.505	-	6.826
Provisão para contingências tributárias	6.771	81	-	6.852
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	-	28.946	-	28.946
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	52.708	20.788	(65.679)	7.817
Provisão para Gratificação de funcionários	-	2.561	-	2.561
Provisão para juros sobre capital próprio – JCP	-	6.732	-	6.732
Outras provisões	-	28	-	28
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	462.501	716.288	(466.833)	711.956
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	968.263	531.477	(20.316)	1.479.424
Total dos créditos tributários	1.430.764	1.247.765	(487.149)	2.191.380
Obrigações fiscais diferidas (nota 19a)	(7.487)	(12.329)	-	(19.816)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.423.277	1.235.436	(487.149)	2.171.564

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	242.260	633.639	(421.616)	454.283
Provisão para contingências cíveis	32.630	19.374	(17)	51.987
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	159.273	49.849	-	209.122
Provisão para contingências trabalhistas	2.616	6.151	-	8.767
Provisão para contingências tributárias	9.052	774	-	9.826
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprios	-	31.157	-	31.157
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	52.708	21.588	(65.679)	8.617
Provisão para Gratificação de funcionários	-	2.625	-	2.625
Provisão para juros sobre capital próprio – JCP	-	6.732	-	6.732
Outras provisões	-	637	-	637
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	498.539	772.526	(487.312)	783.753
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.130.856	554.384	(20.316)	1.664.924
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	132.546	-	(36.009)	96.537
Total dos créditos tributários	1.761.941	1.326.910	(543.637)	2.545.214
Obrigações fiscais diferidas (nota 19a)	(204.989)	(25.992)	-	(230.981)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.556.952	1.300.918	(543.637)	2.314.233

Os créditos tributários das empresas dos segmentos financeiros e de seguros foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (nota 3m).

Notas Explicativas

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Esta projeção, elaborada no 4º trimestre de 2011, considerando o novo plano de negócios, resultou no aumento de créditos tributários sobre prejuízos fiscais ativados, no montante de R\$ 357.897 (nota 31d).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
2011	-	217.074	-	54.665	-	271.739
2012	368.620	84.046	50.932	31.809	419.552	115.855
2013	192.373	7.462	182.631	72.253	375.004	79.715
2014	50.596	7.462	174.428	93.626	225.024	101.088
2015	42.611	7.462	224.692	113.150	267.303	120.612
2016	55.151	-	245.042	127.822	300.193	127.822
2017	2.216	-	267.172	144.015	269.388	144.015
2018	201	-	334.527	156.713	334.728	156.713
2019	84	-	-	174.210	84	174.210
2020	104	138.995	-	-	104	138.995
2021	-	-	-	-	-	-
Total	711.956	462.501	1.479.424	968.263	2.191.380	1.430.764

	Consolidado							
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
2011	-	222.991	-	68.386	-	6.945	-	298.322
2012	389.122	89.794	69.834	43.865	3.710	13.931	462.666	147.590
2013	220.250	8.826	196.026	101.346	11.215	22.732	427.491	132.904
2014	59.172	8.827	189.365	152.523	25.208	36.530	273.745	197.880
2015	49.800	8.827	245.789	160.748	36.732	52.408	332.321	221.983
2016	61.702	-	257.935	127.822	17.481	-	337.118	127.822
2017	2.338	-	288.775	144.015	1.660	-	292.773	144.015
2018	1.181	-	357.013	156.713	390	-	358.584	156.713
2019	84	-	26.294	175.438	141	-	26.519	175.438
2020	104	159.274	31.127	-	-	-	31.231	159.274
2021	-	-	2.766	-	-	-	2.766	-
Total	783.753	498.539	1.664.924	1.130.856	96.537	132.546	2.545.214	1.761.941

Em 31 de dezembro de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados

Notas Explicativas

considerando a taxa média de captação do Banco, totalizava R\$ 1.366.582 no Banco e R\$ 1.512.498 no Consolidado (2010 - R\$ 834.473 no Banco e R\$ 1.048.257 no Consolidado).

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco, possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 838.133 e R\$ 838.155 no Consolidado (2010 - R\$ 1.732.874 no Banco e R\$ 1.733.294 no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 335.253 no Banco e R\$ 335.262 no Consolidado (2010 - R\$ 693.149 no Banco e R\$ 693.292 no Consolidado), em razão de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito. No 4º trimestre de 2011, a Administração do Banco revisou a projeção de créditos tributários e reconheceu parcela adicional de créditos anteriormente não ativados (nota 31c).

e) Obrigações fiscais diferidas:

Banco	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	7.487	45.832	(33.503)	19.816
Total	7.487	45.832	(33.503)	19.816

Consolidado	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	7.487	45.832	(33.503)	19.816
Superveniência de depreciação	197.502	14.028	(365)	211.165
Total	204.989	59.860	(33.868)	230.981

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3m).

32) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 23.484 (2010 - R\$ 20.062);
- O Banco e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros; e
- Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Banco e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias.

33) EVENTOS SUBSEQUENTES E NOVOS NORMATIVOS

- Em 28 de dezembro de 2011, o Banco firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("Ourinvest"), os acionistas da Ourinvest ("Acionistas Ourinvest"), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC ("TPG-Axon"), a Coyote Trail LLC ("Coyote"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE ("Aquisição").

Notas Explicativas

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construtores e incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A Aquisição adicionará ao Banco uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos 88 pontos de venda da BM Sua Casa.

Como passo preparatório para a Aquisição, a BFRE será reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não serão igualmente objeto da Aquisição pelo Banco: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários atualmente desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Panamericano, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, será objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Originação, Financiamento e Securitização").

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, é de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição"). O Valor de Aquisição representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o Patrimônio Líquido estimado da BFRE ao final do exercício social de 2011, de R\$ 800.000. Portanto, o múltiplo implícito da Aquisição é de 1,175x (P/PL 2011E), sem considerar o benefício do ágio da transação, e de aproximadamente 1,13x (P/PL 2011E) considerando o valor presente do benefício do ágio da Aquisição.

Uma vez implementada a reorganização societária da BFRE acima mencionada e simultaneamente à Aquisição, o BTG Pactual adquirirá os Ativos de Gestão e as Atividades de Administração pelo valor global de R\$ 275.000. No contexto da operação, o BTG Pactual também adquirirá da BFRE a totalidade dos Ativos Proprietários. É condição de negócio para os vendedores que tanto os Ativos de Originação, Financiamento e Securitização quanto os Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários sejam alienados.

Em 31 de janeiro de 2012, foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest, os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Notas Explicativas

("BFRE"). A conclusão e fechamento da operação está sujeita à verificação de condições, incluindo a aprovação (i) pelo BACEN da transferência do controle acionário da Brazilian Mortgages; e (ii) pelos acionistas do Panamericano da aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, em Assembleia Geral a ser oportunamente convocada.

- e) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco Panamericano, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

Os acionistas Caixaapar – Caixa Participações S.A. ("Caixaapar") e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), acionistas titulares, em conjunto, nesta data, de 100% do capital votante e 74,20% do capital social total da Companhia, subscreverão, observado o parágrafo seguinte e por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de que são titulares, o montante mínimo de R\$ 1.335.651 ("Subscrição Mínima"), o que corresponderá ao montante mínimo do Aumento de Capital.

O preço de emissão foi fixado em R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial, o qual foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão da Companhia nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Caso o Aumento de Capital atinja o seu valor máximo, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 2.908.091, representado por 541.864.602 ações. Na hipótese de Subscrição Mínima, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 2.443.742, representado por 465.112.732 ações.

Em 31 de janeiro de 2012, os acionistas detentores de 100% do capital votante do Banco Panamericano subscreveram e integralizaram por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias de que são titulares, o montante de R\$ 971.523.

Os valores citados anteriormente, já integralizados em 31 de janeiro de 2012, na estimativa da Administração, seriam suficientes para adequar o Banco ao padrão de capital estabelecido na Resolução CMN nº 3.490/07.

- f) Em 18 de janeiro de 2012, os acionistas do Banco, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a proposta de incremento do dividendo obrigatório do mesmo, a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2012, dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado, sendo tal dividendo obrigatório ainda majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013 (inclusive).
- g) A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 3.533/08 que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. De acordo com a Resolução, os principais procedimentos que devem ser efetuados pelas Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN são:

Notas Explicativas

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, devem ser observados os seguintes procedimentos:

Pela instituição vendedora ou cedente, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada;

Pela instituição compradora ou cessionária, o ativo financeiro adquirido deve ser registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, devem ser observados os seguintes procedimentos:

Pela instituição vendedora ou cedente, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente;

Pela instituição compradora ou cessionária, os valores pagos na operação devem ser registrados no ativo como direito a receber da instituição cedente e as receitas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012 e as operações anteriores a essa data não serão reclassificadas.

- h) A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31 de dezembro de 2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012. O Banco Panamericano não utilizará a faculdade prevista nesta Resolução.

Notas Explicativas

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Marcos Roberto Vasconcelos

Roberto Balls Sallouti

Marcio Percival Alves Pinto

Fabio Lenza

Antonio Carlos Canto Porto Filho

Roy Martelanc

Marcos Antonio Macedo Cintra

Otto Steiner Junior

Mateus Affonso Bandeira

DIRETORIA

Diretor Superintendente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Iuri Rapoport

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa

Willy Otto Jordan Neto

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CONSELHO FISCAL

Daniela Maluf Pfeiffer

Fábio Franco Barbosa Fernandes

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Otto Steiner Junior

Antonio Carlos Rovai

Marcos Wagner da Fonseca

Sergio de Jesus
Contador – CRC 1SP198209/O-2

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em 27 de maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30 de março de 2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13 de junho de 2011.

Dessa forma, a Companhia atualmente é controlada diretamente pelo BTG Pactual, que é titular de 67.259.322 (sessenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e trezentas e vinte e dois) ações ordinárias e de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais de sua emissão, correspondentes a 51% de seu capital votante e a 37,64% de seu capital total, e pela CAIXAPAR, que é titular de 64.621.695 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e vinte e uma mil, seiscentas e noventa e cinco) ações ordinárias e 24.712.286 (vinte e quatro milhões, setecentas e doze mil, duzentas e oitenta e seis) ações preferenciais de sua emissão, correspondentes a 49% de seu capital votante e 36,56% de seu capital total.

O BTG Pactual é controlado indiretamente pelo Sr. André Santos Esteves. A CAIXAPAR é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, que é titular de 100% de seu capital votante e de seu capital total. A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira, sob a forma de empresa pública de direito privado, controlada pelo Tesouro Nacional.

Os quadros abaixo apresentam em detalhes os nossos controladores:

(i) Companhia

Acionistas Diretos	Ações Ordinárias	Participação no Capital Votante	Ações Preferenciais	Participação nas Ações Preferenciais	Total de ações	Participação no capital total
Controladores						
BTG Pactual S.A.	67.259.323	51,00%	24.716.838	21,98%	91.976.161	37,64%
Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR	64.621.695	49,00%	24.712.286	21,97%	89.333.981	36,56%
Conselho de Administração	10	-	-	-	10	-
Membros	-	-	63.033.788	56,05%	63.033.788	25,80%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

(ii) Banco BTG Pactual S.A.

Controlador do Banco BTG Pactual S.A.:

Acionista	Nº Ações	Percentual sobre o Capital Social
BTG Pactual Participações II S.A.	1.050.937.198 ON e 901.394.398 PN	87,57% do capital votante e 81,35% do total
André Santos Esteves	8.785.867 ON e 17.571.732 PN	0,8% do capital votante e 1% do total
Outros Investidores	140.436.935 ON e 280.873.870 PN	11,70% do capital votante e 17,55% do total

Controladores de BTG Pactual Participações II S.A.:

Nome	Nacionalidade	Capital Votante	Participação no capital total
BTG Pactual Holding S.A.	Sociedade brasileira	57,1%	30,7%
Outros investidores	-	42,9%	69,3%

Controladores de BTG Pactual Holding S.A.:

Nome	Nacionalidade	quantidade de ações detidas, por classe e espécie	Participação no capital total
André Santos Esteves	brasileiro	82.388.532 ações ordinárias / 485.984 ações preferenciais	30,13%

(iii) Caixaapar

Controlador	Ações Ordinárias	Participação no Capital Votante	Ações Preferenciais	Participação nas Ações Preferenciais	Total de ações	Participação no capital total
Caixa Econômica Federal	2.500.000	100%	n/a	n/a	2.500.000	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Data Base: 31/12/2011

De acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria (Comitê) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno das empresas integrantes do Conglomerado, a correspondente observação das políticas, normas e regimentos internos, bem como a observância das exigências legais e regulamentares, do sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna.

Atividades do Comitê

O presente Comitê é composto por 3 membros eleitos em 06 de dezembro de 2010, sendo seu presidente membro do Conselho de Administração e os outros dois integrantes apontados entre profissionais, totalmente independentes, inclusive aquele considerado especialista financeiro. Os atuais membros do Comitê de Auditoria substituíram os representantes anteriores, em decorrência das mudanças ocorridas na administração, comentadas na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras de 31/12/2011. Este Comitê, por ser órgão de suporte direto às decisões do Conselho de Administração, nas questões vinculadas à auditoria e contabilidade, foi simultaneamente modificado.

As atividades do Comitê desenvolvidas no segundo semestre de 2011, englobaram 10 reuniões formais, aspectos e informações de interesse do Banco e de suas controladas que foram considerados relevantes no desenvolvimento de suas funções. Adicionalmente, em reuniões realizadas em 04/11/2011 e 09/02/2012 foram revisadas e aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30/09/2011 e 31/12/2011, respectivamente. Os resultados dessas reuniões foram discutidos com os membros do Conselho de Administração.

Além das reuniões formais, vários outros encontros informais foram realizados com as áreas de controladoria, *compliance*, administrativa e de crédito, bem como com a Auditoria Independente (PricewaterhouseCoopers). O objetivo destes encontros foi o de tomar conhecimento dos procedimentos adotados pelas áreas e das transformações que as mesmas continuam promovendo nos processos e serviços sob sua responsabilidade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, de *compliance* e em suas próprias análises.

Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos

Durante o segundo semestre de 2011, o Comitê avaliou, em reuniões com as correspondentes Diretorias, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Banco, com ênfase nos riscos de crédito e de liquidez.

O Comitê vem, também, acompanhando os esforços da presente administração no processo de revisão dos padrões de governança, de gerenciamento e administração de riscos, do sistema de controles internos, na

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

implementação de procedimentos de *compliance*, na definição de novos sistemas e modelos de gestão e na segregação de funções, acompanhado de remanejamento e readequação de equipes, inclusive, com a incorporação de novos profissionais advindos do mercado.

Há de se enfatizar que houve progresso nestas áreas ao longo do segundo semestre de 2011 e, com a permanência dos gestores que assumiram as mesmas ao longo do período, espera-se que as melhorias continuem em ritmo satisfatório.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações obtidas, considera positivo os esforços que vêm sendo desenvolvidos visando garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do conglomerado Panamericano. Adicionalmente, o Comitê, com base nos trabalhos realizados pelas áreas responsáveis, de *compliance*, pela auditoria interna e pela auditoria independente conclui que não foram identificadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das políticas e normas internas e que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações financeiras, pelo planejamento e execução das auditorias, conforme normas reconhecidas e seu relatório deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco, com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Comitê de Auditoria mantém canal de comunicação permanente com os sócios do auditor independente, responsáveis por emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., tanto através das reuniões formais do Comitê de Auditoria, quanto durante o período em que os trabalhos são realizados. Isto vem permitindo a seus membros acompanhar as atividades desenvolvidas pela equipe de auditores e a execução do planejamento de auditoria, tomando conhecimento das eventuais fragilidades de controle interno por eles identificadas e melhor fundamentar as suas conclusões sobre as demonstrações financeiras e sobre os controles internos da Instituição.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna desenvolve sua atuação observando, principalmente, o gerenciamento de riscos, cobertura nas áreas que representam risco mais elevado e apoio ao Comitê de Auditoria.

A auditoria interna foi reestruturada e, por decisão do Conselho de Administração, reporta-se ao Comitê de Auditoria. Foram contratados auditores com experiência profissional, inclusive nas áreas de segurança da informação e tecnologia/sistemas, concentrando seus esforços nos trabalhos de cobertura

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

das áreas de risco mais elevado, em trabalhos especiais e nas demandas do Comitê de Auditoria. Estas atividades são definidas anualmente no Plano de Ação da Auditoria Interna, analisado e aprovado pelo Comitê de Auditoria. Os resultados destes trabalhos são expressos em relatórios mensais, apresentados durante as reuniões do Comitê. Estes relatórios não revelaram a existência de falhas materiais que possam comprometer a solvabilidade da Instituição durante o período.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A. em 31/12/2010 foi procedida em condições especiais, em função de inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e de irregularidades adicionais constatadas pela administração que assumiu em novembro daquele exercício, requerendo a preparação de balanço especial de abertura (30 de novembro de 2010), comprometendo a apuração adequada do resultado do exercício de 2010, bem como sua comparabilidade com períodos anteriores e futuros. Por esse motivo os trimestres do exercício de 2011, incluindo o do semestre findo em 30/06/2011 e do exercício findo em 31/12/2011 sofreram o mesmo prejuízo de comparabilidade.

A administração decidiu apresentar os balanços patrimoniais contábeis individuais e consolidados de 31/12/2011, comparativamente com 31/12/2010 e as demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado apenas para o exercício findo em 31/12/2011, não comparando com as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado para o período de um mês findo em 31/12/2010. O Comitê ratifica o procedimento adotado pela administração enfatizando que, a mera apresentação comparativa de demonstrações financeiras de 31/12/2011, com quaisquer outras demonstrações financeiras de 31/12/2010 que não o Balanço Patrimonial, não proporcionaria informação relevante para análise e tomada de decisão dos interessados nas mesmas.

Crédito Tributário

O crédito tributário, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, foi registrado até o limite considerado recuperável, conforme plano de negócios aprovado anteriormente pelo Conselho da Administração. O crédito tributário não registrado monta, aproximadamente, R\$ 335 milhões. O plano de negócios considera a conjuntura atual e cenários futuros, bem como indicadores macroeconômicos, de produção e de custo de captação, devidamente integrados ao acordo operacional com os acionistas controladores, suportando adequadamente a recuperação desses créditos.

Limite Operacional - Acordo da Basileia.

O Índice de Basileia, em 31/12/2011, atingiu 10,18%, considerando R\$620 milhões recebidos dos acionistas controladores e mantidos em depósito vinculado junto ao Banco Central do Brasil, em atendimento ao estabelecido na Res. CMN 4019/11, com o objetivo de cumprir parte das medidas apresentadas pela Administração em plano elaborado com vistas a manter o curso normal

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

das atividades do Banco, incluindo o cumprimento do padrão regulamentar de capital, conforme estabelecido pela Res. CMN 3.490/07.

Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco Panamericano, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1,8 bilhão.

Em 31 de janeiro de 2012, os acionistas controladores do Banco Panamericano subscreveram e integralizaram por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias de que são titulares, o montante de R\$ 972 milhões.

Com esta integralização de capital, em substituição ao depósito de R\$ 620 milhões, mencionado no Limite Operacional, o Índice de Basileia passa a ser aproximadamente 15%.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas, diretamente pelo Comitê, bem como, fundamentado nas revisões e avaliações, anteriormente mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, dos balanços patrimoniais individual e consolidado, auditados do Banco Panamericano S.A., em 31 de dezembro de 2011, das demonstrações individual e consolidada do resultado, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como de suas correspondentes notas explicativas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

Otto Steiner Junior - Presidente

Marcos Wagner da Fonseca

Antonio Carlos Rovai
Especialista Financeiro

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores
Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre
as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas, não foram apresentadas as demonstrações consolidadas dos resultados e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Entretanto, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB requerem que as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 sejam elaboradas de forma comparativa com o exercício anterior (2010) e apresentem também as cifras do balanço patrimonial consolidado de abertura.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Panamericano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

Ênfases

Limites Operacionais Regulatórios

Consoante apresentado na Nota 7.2.4, os limites operacionais regulatórios em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Em 2011 foram aportados recursos, no valor de R\$ 1.300 milhões (nota 28(e)) e recebido depósito de acionista no valor de R\$ 620 milhões (nota 7.2.4) para fins de recomposição patrimonial. Adicionalmente, em janeiro de 2012 foi aprovado aumento de capital no valor de até R\$ 1.800 milhões, dos quais R\$ 972 milhões foram subscritos e integralizados em 31 de janeiro de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na Nota 16, existem em 31 de dezembro de 2011 créditos tributários ativos, no valor de R\$ 2.715 milhões, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos para 31 de dezembro de 2011 e aprovados pelo

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Panamericano S/A após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis referente ao exercício social encerrado em 31.12.2011 e:

- a) à vista do Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 10.02.2011 , com ressalva quanto a não apresentação das demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido relativas ao exercício de 2010, dado não ter sido praticável, nas circunstâncias, pelas razões mencionadas nas notas explicativas nº 2 das referidas demonstrações e ênfase com relação ao desenquadramento dos limites operacionais requeridos pelo Banco Central do Brasil, deficiência mitigada pela integralização de capital constante do item 33.b das notas explicativas e ênfase em relação aos créditos tributários ativados que, para sua realização dependem da materialização das projeções constantes do plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, nota explicativa nº 31;
- b) Em reunião conjunta com o comitê de auditoria e com os auditores externos; e,
- c) A luz do relatório do Comitê de Auditoria,

Entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

Paulo Roberto Salvador Costa
Presidente

Daniela Maluf Pfeiffer
Conselheira

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Apresentação das Demonstrações Financeiras em IFRS.